



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04/11/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da vigésima segunda audiência pública do ano de 2014, sexta audiência pública temática do PL 467/14, do Orçamento de 2015.

Participarão desta audiência a Secretaria da Habitação, a Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação, Fundo de Habitação, Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Licenciamentos e Fundo Municipal de Parques.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios On-Line.

A integridade da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, “no *link* Audiências Públicas e Registro Escrito”.

Foram convidados a participar desta audiência pública a assessoria do Sr. Secretário Floriano de Azevedo Marques Neto, Secretário Municipal de Habitação; o Sr. João Abukater Neto, Diretor Presidente da Companhia Metropolitana de Habitação – Cohab; o Sr. Wanderley Meira do Nascimento, Secretário do Verde e Meio Ambiente, e a Sra. Paula Maria Motta Lara, Secretária Municipal de Licenciamento.

Registro a presença do Vereador Aurélio Nomura, membro desta Comissão, e a do Vereador José Police Neto.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, gostaria de deixar as minhas indagações por escrito e, se possível, que os Secretários presentes possam me encaminhar as respostas o mais rápido possível, pois, como Relator da CPI das Áreas Contaminadas e como também participo da Comissão do Meio Ambiente, informo a V.Exa. que terei que deixar esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, como gostaríamos de contar com a presença de V.Exa. nesta reunião, se quiser, pode iniciar a fala.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não dá realmente tempo, Sr. Presidente, pois 10h15 é o horário de abertura da CPI. Na mesma situação está o Vereador José Police.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Suspendo a sessão por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Srs. Vereadores, iniciaremos esta reunião com a exposição do Secretário Floriano, que fará um breve relato a respeito de sua Pasta. Em seguida, falará o Sr. João Abukater.

Tem a palavra o Sr. Floriano.

O SR. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Bom dia. Obrigado pela oportunidade de poder estar aqui com toda a minha equipe da Secretaria da Habitação e da Cohab. Para facilitar o entendimento do Orçamento 2015, preparamos uma apresentação com duração de 15 a 20 minutos para falar da Secretaria e da Cohab, porque, apesar de serem orçamentos distintos, ambos estão incorporados dentro do planejamento da Secretaria da Habitação. Mas todas as partes orçamentárias estarão muito bem explicadas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sobre tudo o que for exposto por V.Exa., eu gostaria que fosse distribuído à Mesa na forma impressa e digital.

O SR. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Como a nossa assessoria acaba de sair para buscar um computador para que V.Exa. possa mostrar as imagens de sua apresentação, suspendo a sessão por mais dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, o Fundo de Saneamento é um instituto que eu particularmente criei para a Prefeitura na Câmara Municipal de São Paulo; foi uma concessão da Sabesp que queriam dar a custo zero, ideia à qual eu me insurgi, e assim conseguimos dinheiro para Prefeitura de São Paulo. Na época, briguei como Serra e com o Kassab e consegui trazer a ideia a esta Casa, onde passou pelo Plenário. Hoje é um dos

melhores dinheiros que temos e é uma vitória pessoal minha nesta Casa.

Ao analisarmos a execução orçamentária de 2014, a receita, da fonte 08, é de 360. Quanto foi executado até agora desse dinheiro e onde foi gasto?

O SR. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – A Denise, que cuida do FMSAI junto comigo, vai fazer parte da explicação. Se V.Exa. quiser, podemos ir acompanhando e fazendo juntos.

P – Vamos debatendo. Quero saber quanto foi executado. Entre o atualizado e o liquidado, consta o valor de 247, em números redondos, atualizados até setembro. Pergunto, a quem foi pago esse dinheiro.

R – Essa, da fonte 08, é pertinente à securitização do fundo, que ainda não saiu.

P – V.Exa. não pagou nada? Não usou o dinheiro este ano?

R – Não, da securitização, não. Ainda não foi usado porque ainda não saiu essa operação.

P – Em 2014, da fonte 08, há várias utilizações de recursos, como, por exemplo, em urbanização de favelas e no Programa Mananciais. Pergunto onde foi aplicado o dinheiro do Fundo. Quero entender onde foi gasto o dinheiro do Fundo.

A securitização, como V.Exa. está dizendo, é a antecipação dos recebidos.

R – Isso. Mas essa não houve ainda.

P – Secretário, não houve e, sejamos honestos, não haverá, mesmo estando no Orçamento de 2014. Eu disse ao Secretário de Finanças para pararmos de iludir a cidade de São Paulo. Digo isso para que V.Exa. não se iluda e fique pensando que vai haver esse dinheiro, porque não vai. As razões, lhe explico: a Sabesp é uma empresa de capital aberto e tem ações na Bolsa, daqui e de Nova Iorque. Se V.Exa. quiser antecipar os recebíveis, é um papel. V.Exa., então, tem que ir à Comissão de Valores Imobiliários e dizer que quer trocar o papel no valor 7,5 do recebimento. Como num contrato de concessão, a Sabesp pode dizer, por exemplo, que este ano a água será de graça para São Paulo. Então, se ela está dando

desconto hoje, V.Exa. não tem o que receber.

Para entendermos a lógica disso, se V.Exa. conseguir descontar esses recebíveis em banco, precisa autorização do poder concedente, que é a Sabesp. E V.Exa. acha que ela vai autorizar isso?

Não autorizou até hoje e não vai autorizar isso. Como ela vai autorizar o que ela não sabe nem o que é e nem se poderá fazer, diante da crise que ela tem. Se ela tem 7,5, que tem de aplicar, contra 13, que ela tem obrigação de fazer...

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Fui eu que fiz a lei, Secretário. Ela tem 7,5 contra 13 que ela tem de fazer. A pergunta é a seguinte: imagine uma hipótese pouco provável. Sendo o acionista majoritário, o Governo, ele dê zero. Ela não vai autorizar isso. Vamos imaginar o contrário: a Sabesp vai ao banco para solicitar a emissão de um papel para descontar. Estamos no mercado de papel com valor de face. Se o valor de face é 360 milhões, mas, vencendo 10 anos à frente, quanto ela vai receber à vista? Não serão 360 milhões, terá que ser aplicado o deflator anual. Só um doido compra esse papel.

R – Essa operação foi toda montada pela Secretaria de Finanças através do Secretário Marcos Cruz.

P – Eu sei.

R – A gente participou na medida do possível dando as nossas informações práticas...

P – Secretário, é isso. Eu disse isso ao Secretário Marcos Cruz aqui...

R – Certo.

P - E estou dizendo ao senhor. O que não dá é a gente prometer habitação para a cidade de São Paulo, que nós vamos urbanizar favela, que vamos fazer dinheiro ou vamos fazer as urbanizações de favela ou o programa de mananciais. O objeto principal da criação do Fundo de Saneamento Ambiental – por isso é que ele se chama ambiental – é para aquilo. Por

isso é que eu quero saber passo seguinte: onde o senhor gastou o dinheiro. Onde o senhor pretende gastar é uma história, 360 milhões; mas não dá para prometer na Chácara do Conde, e o conjunto habitacional está parado porque não há dinheiro.

Poderia ser utilizado esse dinheiro. É um programa ambiental, está lá parado.

R – Para a Chácara do Conde ainda falta a aprovação final do projeto.

P – As casas estão pela metade. São 160 casas na metade do caminho. Fui eu que fiz aquele projeto. Eu participei da criação daquilo. Metade delas está parada na Chácara do Conde; daqui a pouco, vão ser invadidas. As pessoas não entendem: começa-se a construir e para a construção. E há dinheiro, daria para serem feitas.

Registro a presença do relator do Orçamento, nobre Vereador Ricardo Nunes.

Então, Sr. Secretário, vamos riscar do Orçamento. Não conto com esse valor. Não dá para falar de orçamento de 2015 e dizer que vai ter Fundo de Saneamento de 360 milhões. Qual é o dano que isso causa? Para os senhores entenderem, era dinheiro previsto para o Fundo de Saneamento, que tecnicamente, tem 360 milhões, que a Sabesp tem que pagar pela concessão de uso de água na cidade de São Paulo. Ótimo. Mas ele, prioritariamente, tem que ser gasto nos mananciais para recuperar represa, tirar as famílias que estão habitando sobre córregos, canalização de rede de água e esgoto *etc.* Enfim, fazer uma série de investimentos na área de mananciais.

Se tem um dinheiro previsto que não vai entrar, por que não vai entrar? Porque nós a Prefeitura está tentando isso há quatro anos. Há quatro anos isso consta do orçamento e é dito que será executado. Todo ano ele aparece na figura de uma antecipação de recebíveis. O que ocorre com a Cidade? Vocês vão ficar cobrando 360 milhões, e não há. Se não vai entrar onde está previsto, não vamos utilizar nunca. Isso causa uma lacuna. Imaginem que os senhores têm previstos, no orçamento de vocês, 36 mil reais. Esse dinheiro não vai entrar e vocês precisam fazer a casa. O que se faz? Tira-se de outro lugar para fazer. Esse é o buraco orçamentário que se está criando. Vou ter que pegar dinheiro remanejado da Fonte 00 ou de

outras fontes, pois não temos. Aí, o senhor vai ter dificuldade grande na engenharia financeira. Como vou cobrir esses 360, eles não entrarem?

R – Presidente, a informação que nós temos em nível de Prefeitura é que ainda essa operação pode ser concretizada. A informação que nós temos é que a Caixa Federal está fazendo um grande trabalho junto à Secretaria de Finanças para esses créditos serem absorvidos pela Caixa Econômica Federal. Existe um trabalho, feito há algum tempo, e o Marcos Cruz, Secretário de Finanças, ainda não me passou a mensagem de que não vai ser realizado. Pelo contrário, ele está achando que vai ser realizado.

P – Ele falou isso para nós no ano passado.

R – Não, mas esse ano, em função de todo o trabalho que foi feito ao longo de todo ano, foi se amadurecendo toda essa ideia que o senhor falou, que é muito justa e correta. Aí, chegaram junto ao Ministério do Planejamento, junto à Caixa Federal, e agora a equação está sendo montada diretamente junto com a Caixa Econômica Federal.

P – Interrompo o senhor para registrar a presença do Vereador Netinho. Pode continuar, Secretário.

R – Então, Presidente, a gente acha, a informação que eu tenho ainda é que tem muita chance de dar certo, essa operação.

P – Em 2015?

R – É.

P - O senhor diz que sim, eu digo que não. A Sabesp tem que anuir, autorizar.

R – Isso.

P – Ela não vai autorizar isso.

R – Não sei. Isso eu não posso dizer.

P – Vamos inverter o lado. O senhor é Presidente da Sabesp. O senhor autorizaria isso? Obviamente que não. É um dinheiro que, se há, fugirá à lógica.

R – Eu acho que, no caso, se deixar custo zero nas tarifas, com certeza as ações

na Bolsa vão zerar todas, e jamais um Presidente da Sabesp, de bom senso, vai deixar custo zero ou algum benefício de taxas para a população.

P – Não é custo zero...

R – Justamente, porque essas ações tem bolsa.

P – Não precisa descer, basta ela cair um pouco. Como é que eu estou ofertando um título no Mercado Futuro...?

R – Mas como o deságio é ao longo de 4, 5 anos pela frente, ainda compensa, é uma fatia pequena do desembolso.

P – Não é isso, o senhor não entendeu a lógica financeira. A Sabesp não vai anuir o pagamento futuro, ela não pode anuir aquilo que ela já anuiu em contrato. É diferente a lógica. A outra é o lançamento do papel no mercado, dependendo da CVM. Eu não posso descontar o papel em um banco no mercado que não tem autorização. A Sabesp fala: “Eu não posso autorizar o que eu tenho no contrato sem a autorização dos acionistas”. Os acionistas teriam que ser ouvidos para dizer: “Eu vou pagar isso aqui, esse papel é legítimo”. Para que ele tenha validade no mercado financeiro, a Sabesp tem que anuir, como se fosse uma confissão de dívida. Ela tem que confessar 7,5, mas não confessa o valor de face. Para o senhor entender: 7,5 dela não é igual ao valor de face. Para ser lançado o valor de face, é o valor que está escrito. Por exemplo, eu lancei um papel que vale 100 mil reais hoje, mas, para receber daqui a 10 anos, ele vale só 30. É isso. Ela só pode assumir o compromisso – e aí é que não fecha a conta – de 7,5%, que já está no contrato. Além disso, eu não posso ir.

R – É isso.

P – Tudo bem, mas qual é o valor?

R – É que, por exemplo, da receita de 2015-2016-2017-2018, ela iria tirar um percentual apenas para fazer essa operação.

P – O senhor não entendeu, Secretário, ainda. É 7,5 do valor de face, do valor do faturamento bruto da Sabesp. Ela não assume, ela precisa anuir isso: “Eu tenho 7,5”. E o

senhor precisa lançar um valor de mercado, um papel com valor nominal, pois 7,5 não é valor nominal. Esse é o problema. A conta não fecha. Eu preciso lançar um papel no mercado, e tem que ser com valor nominal.

Registro a presença do Vereador Dalton Silvano.

Continuando, eu tenho que dar um valor nominal a ele, e a Sabesp só sabe dizer o seguinte: “É só 7,5 do que for, do que eu faturar na cidade de São Paulo”, 7,5% que ela tem que pagar. Então, obviamente, a conta não fecha, pois ela diz: “Eu só autorizo 7,5, que já é objeto do meu contrato”. Eu pago no vencimento, medindo-se trimestralmente na forma do contrato que se está cumprindo. Isso ela paga. Ela não vai assumir além disso. Só para que tenha valor de face no mercado, tem que ser uma espécie de confissão de dívida futura da Sabesp para que esse título seja descontado, para que a CVM permita o lançamento dele, do produto papel. Por isso é que estou dizendo que não entrará o dinheiro. Mesmo que a Caixa queira descontar, direi o seguinte: “Espera aí: quando vou receber e que valor?”, “7,5% de quê, de quanto?”. É isso. Esse valor pode oscilar para mais ou para menos, mas não fecha a conta. Por exemplo, para vender no mercado financeiro, para descontar em um banco, quanto é o valor? “Cem mil reais hoje para receber daqui a 10 anos”. Então, tenho que aplicar o deflator. Não é 7,5: 7,5 de quanto? O senhor entendeu agora a dificuldade? É isso.

R – Como isso foi capitaneado pela Secretaria de Finanças, acho que esse caso seria mais pertinente ao Marcos Cruz responder.

P – Eu já falei para ele que o senhor não vai contar com esse dinheiro, como não contou. Só para eu entender: quando não tem esse dinheiro – aí, a pergunta -; se o senhor não terá esses 360 milhões previstos na peça orçamentária, e se o senhor está contando com ele, conforme o senhor nos afirmou aqui – e o senhor tem uma previsão de gasto pra ele -...

R – Sim, sim.

P – Diante dessa possibilidade enorme que não ocorre há quatro anos consecutivos... Pois ele consta na peça orçamentária como antecipação de recebíveis, não é o

primeiro ano em que ele aparece aqui. Nos quatro anos anteriores esse valor apareceu aqui, pedindo antecipação de recebíveis, desde o Prefeito anterior.

R – A ideia da securitização, o mais importante é que iríamos aplicar em desapropriações na região de mananciais. Porque mananciais tem um grande programa que é financiado pelo PAC, e são várias áreas, 64 perímetros de ação de infraestrutura de onde sairão muitas famílias das frentes de obras. Então, nós precisamos desapropriar muitos terrenos para contemplar essa situação. A securitização viria muito para facilitar esse requisito, das desapropriações. No caso, temos outras opções. Caso esse dinheiro não saia, como aconteceu neste ano, teremos que usar outros recursos do Tesouro para colocar...

P – O senhor disse tirar de onde?

R – Do Tesouro, ou de Fundos, ou de superávit de Fundurb, ou de outras situações. O Plano Diretor, agora, para garantir toda essa situação que nós estamos encontrando para conseguirmos cumprir com nossas metas da Secretaria da Habitação, o principal é pagarmos desapropriações. E o próprio Plano Diretor já contribuiu bastante com a destinação de 30% do Fundurb para desapropriações. Então, de qualquer forma, caso não saia a securitização, teremos condições de executar, de alguma forma, o nosso Plano de Metas dentro do que está previsto.

P – Secretário, com todo o respeito que nutro pelo senhor... O senhor é um homem otimista, mas as notícias que temos para o senhor não são boas notícias – e vamos dá-las um pouco mais à frente. Eu não contaria com esse dinheiro. Por exemplo, “o Programa Mananciais, que é um programa que nós criamos, se for contar com isso”... Eu conheço a peça orçamentária, Secretário. Já estou nesta Comissão há cerca de 20 anos. Os números que ocorrem dentro desse orçamento, inclusive da pasta do senhor, de ida e de volta, eu já os conheço bastante. Então, o senhor deve estar pensando: “Mas já há quatro anos estão tentando trazer esse dinheiro”, mas não virá. Se acontecer, será um milagre, e torço para que aconteça. Mas vou dizer a boa notícia que temos para o senhor, que é o Secretário de

Habitação: não pense que só senhor trabalha por aqueles mananciais; eu não parei e garanto que vamos ter mais resultados.

Secretário, indago se a assessoria já tem condições de exhibir. (Pausa)

R – Já. A Denise vai fazer a apresentação.

P – E eu vou continuar com o Programa de Mananciais.

R – A qualquer tempo, a gente pode fazer um aparte?

P – Pode. (Pausa) O Netinho quer fazer uma pergunta?

O SR. NETINHO DE PAULA – Sim. Sem atrapalhar a apresentação, ela é breve. A gente sabe que a Cohab tem buscado o encontro de contas junto aos municípios que possuem terreno da Cohab, inclusive construções. Alguns terrenos que não interessam mais para a Cohab, ela está passando isso para os municípios, está fazendo o encontro de contas – está nesse momento.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Secretário. Os comodatos das instituições sociais desses municípios que foram aprovados pela Cohab de São Paulo e pela Câmara Municipal para que eles tenham o comodato, eles vão se atribuir a quem a partir desse encontro de contas?

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – Vou pedir para o João Abukater, que é Presidente da Cohab, responder essa pergunta.

O SR. JOÃO ABUKATER NETO – Vão se atribuir à Prefeitura de onde estiver a sede. No caso de Carapicuíba ou Itapevi ou Rio Grande da Serra, todas as propriedades da Cohab serão transferidas para o município de Carapicuíba. A Cohab hoje é uma empresa dependente. Ela só pode aplicar recursos dela no município de São Paulo. Isso impõe um novo cenário para a Cohab. Então, é um dever de ofício hoje da Cohab, primeiro, não deter patrimônio que não sirva para habitação, passando isso aos municípios, seja o de São Paulo, seja o de Itapevi, seja o de Carapicuíba. Isto é, a Cohab tem por objetivo produzir habitação. A terreno que não serve para habitação deve ser dado outro destino, dentre eles a destinação a

outros municípios, quando for o caso.

O SR. NETINHO DE PAULA – Entendi. A pergunta objetiva é a seguinte: esses comodatos que foram cedidos para essas entidades entendem que essas entidades prestam algum tipo de serviço nesse município. Tem comodato de 50 anos, tem comodato de 90 anos. Quer dizer que esse foi um acordo entre esses agentes e a Prefeitura de São Paulo e a Cohab de São Paulo. Se a partir de agora passa a ser atribuído ao Prefeito Municipal, em função disso que inclusive acho correto – ou seja, a função da Cohab é construir casa -; mas esse acordo foi feito com a Cohab. Se o Prefeito entender que aquele comodato de 50 anos ou de 90 anos não faz mais sentido, então ele tem o direito de cancelar esse comodato?

O SR. JOÃO ABUKATER NETO – Primeiro, cada caso é um caso. Para o senhor ter uma ideia, a figura que traduz o comodato é o TPU – Termo de Permissão de Uso, que pode ser gratuito ou oneroso. Nós temos dezenas de situações em que você tem entidades que participam desse TPU como entidades sociais que prestam serviço. A gestão passa a ser do Município. Aquilo que foi compactuado, assinado e cumprido de parte a parte, que é uma relação biunívoca de prestação de contas e está ordem, tudo será respeitado juridicamente. Quer dizer, não existe nenhuma vontade de romper nenhum contrato, nem acordo com ninguém. Mas é uma questão de passar para a Prefeitura. A Cohab não tem como ficar com essa gestão.

O SR. NETINHO DE PAULA - Entendi. Então, na fala do senhor, fica claro que os acordos das entidades com a Cohab, independente do acordo de contas, do acerto de contas com o Município, isso vai ser assegurado com quem deu o comodato?

O SR. JOÃO ABUKATER NETO - Como eu disse para o senhor, eu não generalizo nem de um lado, nem de outro, pois há entidades que estão inadimplentes com a sociedade e com a Cohab. Outras estão adimplentes com a sociedade e a Cohab é que está inadimplente com elas, precisando fazer renovação etc.

Então essa gestão, o que eu disse para o senhor é o seguinte: todos os contratos

serão respeitados. E o Jurídico da Cohab cuida disso.

Não estou sendo específico de nenhuma área. O que estou dizendo é que, genericamente, de uma forma conceitual, contratos serão respeitados.

O SR. NETINHO DE PAULA - Tudo bem.

Sr. Presidente, queria, então, apenas informar aqui, que existe um número expressivo de entidades que me procuraram aqui, inclusive, para tratar desse tema. Entidades dessas regiões que estão muito preocupadas até pela própria fala do Presidente, que disse, aqui, não existir uma regra fechada para o que vai acontecer com essas entidades, que já dominam o comodato e que prestam seus serviços nos municípios.

Gostaria que ficássemos atento a isso, tendo em vista que a Câmara – que não é sua atribuição, é um direito da Cohab fazer isso – não participou desse processo, do encontro de contas entre os municípios e a Cohab de São Paulo.

Sr. Presidente, por isso quero pedir, por meio de requerimento, para que possamos saber quais são essas entidades e em que passo está esse acerto de contas da Cohab com esses municípios.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM) – É matéria que cabe à Comissão de Finanças e Orçamento.

Peço a V.Exa. encaminhasse o manifesto, ora verbal, por escrito para que nós encaminhemos à Cohab, para que eles apresentem, no prazo de cinco dias, por escrito, todo esse encontro, toda planilha. Assim poderemos votar o Orçamento, se não fica à parte e se V.Exa. está dizendo que há conflito, então, vejam, a Câmara, para votar, não pode ter dúvida em nenhuma peça. Daí as audiências públicas. Se há uma dúvida de que a conta não está fechando, precisamos averiguar o que é.

Quando estou dizendo, Vereador Netinho, que tem 360 milhões que não va entrar. O Secretário dizendo que esses 360 é para desapropriação, então, desapropriação serve para quê, dos mananciais? Para construir casa. A Secretaria de Habitação usa para construir casa.

Se eu não tenho terreno, eu não tenho casa. De onde é que vem o dinheiro? Vou ter de descalçar de algum lugar para cá.

Conhecendo a Peça Orçamentária, que conhecemos e estamos assistindo a Peça Orçamentária como está delineada este ano, é triste e é difícil.

Eu estava, agora de manhã, numa audiência com o Prefeito, estive tomando um café com ele. É difícil a situação orçamentária da cidade de São Paulo. Estamos, aqui, rezando, pedindo a Deus que esse conflito, da Bancada do PMDB rebelde com o PT, consiga votar a negociação da dívida. Será a boia de salvação para nós. Se não acontecer isso, teremos um ano extremamente difícil do Orçamento da cidade de São Paulo – basta olharmos a peça orçamentária.

Na peça orçamentária estão previstos 4 bilhões de investimentos: 360 são esses, que não vêm. Está escrito na peça orçamentária que está previsto para o subsídio do transporte 1,4 bilhão. Neste ano, estamos gastando 1,8. No ano que vem, serão 2,2 bilhões. Ou seja, tem um buraco de 800 milhões. Ou o Prefeito aumenta a tarifa em 30 centavos e a diferença só fica em mais 400 milhões ou teremos 800 milhões de buraco a mais.

Aí vamos a algo que interessa aos funcionários públicos. Está prevista na peça orçamentária 2,6 bilhões de repasse ao Iprem. Neste ano, estamos passando 2,4 bi e só estão aumentando em 200 milhões, mas isso não fecha a conta. No ano de 2013, o aumento de gasto de repasse da Prefeitura para o Iprem foi da ordem de 800 milhões. Neste ano, 1,4 bi. No ano de 2015 serão só 200 milhões? A nossa previsão é que serão mais 1,2 bilhão, porque vem aumentando o número de aposentadorias. Não temos o dinheiro que está escrito na peça orçamentária.

Aí, vamos na contrapartida dos investimentos da cidade de São Paulo. Nessa conta, se o Prefeito for corajoso, vai dar aumento de 30 centavos na tarifa de transporte, então abaixa 400 milhões: 50% do que ele precisa só para a tarifa de transporte, para subsídio. Basta olharmos a peça orçamentária.

Temos 790 milhões de IPTU, que já está na peça orçamentária, que é o aumento de IPTU que não aconteceu. Se a Justiça der, já está gasto no Orçamento. Habitação, consta 0,7, 20 milhões. Você começa a ver o dinheiro indo para o ralo e o desespero que nós estamos. Mas tenho uma notícia boa para o Sr. Secretário.

Secretário, peço para que o senhor faça um resumo. Temos que dar ciência, para as pessoas presentes, da realidade, para não ficarmos sonhando. Só temos uma notícia boa para darmos ao Secretário: conseguimos um grande avanço para a pasta do senhor. Já conseguimos 800 milhões.

- Oradora passará a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. DENISE – Bom dia a todos. Faremos uma breve apresentação para entendimento do Orçamento da Habitação, porque esse Orçamento é dividido em várias fontes.

A proposta da Habitação. Englobando a Sehab e a Cohab, é a urbanização e regularização de assentamentos precários com saneamento integrado e produção habitacional associada e serviços correlatos.

Na verdade, esse mapa representa os assentamentos precários, onde a Habitação atua. O planejamento é sempre feito procurando obedecer as sub-bacias hidrográficas, por conta do esgotamento. As informações, no Habisp é www.habsip.plus.inf.br, e tem todas as informações relacionadas a cada empreendimento. E, aqui, relacionado ao programa de metas, a Habitação atende aos objetivos 6 e 14. O 6 – as metas de obter terrenos, projetar, licitar, licenciar e garantir fontes para 55 mil unidades; Meta 36 – 70 mil famílias no programa de urbanização de favelas; 37 – beneficiar 200 mil famílias no programa de regularização e o objetivo 14, Meta 84 – concluir as fases 1 e 2 e iniciar a fase 3 no programa mananciais, beneficiando 70 mil famílias.

Para que os senhores entendam como se compõem as fontes de recurso no empreendimento, um exemplo: no Sapé, temos cadastradas duas mil famílias. Há um córrego

no Butantã. O projeto, basicamente, prevê as unidades novas, onde não há possibilidade de infraestrutura para a manutenção das famílias no local e a parcela onde há possibilidade de manutenção das famílias, onde é implantada a infraestrutura.

Aqui, como eram antes as condições, em 2010, antes do projeto; durante a execução; mais atualizada. Os senhores podem verificar aqui que o investimento já realizado e previsto ao final de 2014, conta com várias fontes de recursos, origens e convênios. Então, é uma soma de recursos que são aportados para a viabilização do empreendimento e a previsão para 2015, feita na proposta orçamentária, é: são 11% do empreendimento, onde serão entregues todos eles.

Então, todas as previsões feitas na questão da Habitação, todas elas contam com diversos empreendimentos, com várias fontes diferenciadas, dependendo da intervenção.

Essa é uma divisão na origem dos recursos, por Secretarias, que são unidades orçamentárias. Isso é o que traduz o que está nas peças orçamentárias.

Para a Habitação, estão previstos, para 2015, a aplicação de 2,99 bilhões de diversas fontes.

O primeiro programa é o de urbanização de favelas, onde a Sehab contribui com 152 milhões; SMDU, através do Operações Urbanas, 125; Fundurb, aqui não tem; Fundo de Saneamento, 159, totalizando, para a urbanização de favelas 437 milhões de reais.

E assim são, também, as distribuições - programa mananciais: Sehab, com 752 milhões; o Fundo Municipal de Saneamento, com 129, totalizando 800 milhões de reais previstos para 2015.

O próximo programa é regularização fundiária: 57 milhões, a Sehab; 129 milhões, o Fundurb; 39 milhões, a Cohab; 22 milhões, o Fundo Municipal de Habitação, totalizando 248 milhões.

Aqui, esse programa é construção de unidades habitacionais: 75 milhões, Sehab; 152 milhões e 700, Fundurb. Basicamente a Sehab é o aporte do Minha Casa Paulistana para

o programa Minha Casa, Minha Vida, e os 152 milhões previstos no Fundurb são exclusivamente para a aquisição de áreas novas para viabilizar os novos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida. Fundo Municipal de Saneamento, 25 milhões; Cohab, 86; FMH, 90, totalizando 438 milhões.

Ao final, apoio habitacional, aluguel social: 91 milhões, Sehab e um milhão no Fundo Municipal, totalizando 92 milhões de reais.

Aqui, a mesma leitura por fontes de recurso agora. Em urbanização de favelas. O que chamamos fontes municipais são fontes do Tesouro, fundos – Fundurb, Fundo Municipal de Saneamento, Operações Urbanas e Cohab.

Estadual, por convênios. Esse 03 é estadual de convênios específicos. Não é o 03 de Fundo de Saneamento, que está na fonte municipal. E fontes federais. Como estão distribuídos esses recursos na previsão da proposta?

Em favelas: 322 milhões no Municipal; 74, Estadual e 40 Federal.

Mananciais: 142 milhões, Municipal; 140, Estadual, aqui especificamente um convênio com a Sabesp; 600 milhões, Federal.

Regularização fundiária: 222 milhões, Municipal; 26 milhões, Federal.

Construção de unidades habitacionais: 354 milhões, Municipal; 12 milhões, Estadual; 72, Federal.

Aluguel social: basicamente fontes municipais.

Então, dos 2 bilhões de reais previstos de investimento na Habitação, como um todo, 1,1 bilhão vem de fontes municipais; 220, do Estado e 738 do Governo Federal.

Para termos uma ideia só, urbanização de favelas, os empreendimentos previstos, que darão continuidade o ano que vem, são esses, naquela mesma perspectiva do exemplo do Sapé. Exemplo: Paraisópolis; Viela da Paz; o Mananciais, a fase 2 será finalizada neste ano.

As prioridades inseridas para a Fase 3, Mananciais, estão aqui indicadas. São as áreas prioritárias que estão com seus projetos mais adiantados, até para aprovação junto à

Caixa Econômica, por conta da aprovação pelo PAC. Dois exemplos, mananciais: Boulevard da Paz, é uma das áreas que está bem adiantada; Arizona A também é outra área que está bem adiantada. Aqui, os senhores percebem a quantidade de famílias a serem reassentadas para viabilizar as urbanizações, as obras. E essas áreas são as indicadas para desapropriação, na região de mananciais, para viabilizar o programa Minha Casa Minha Vida, que está atrelado ao programa de financiamento do PAC. Algumas delas já desapropriadas. As demais seguirão para desapropriação naqueles valores disponíveis no Fundurb, que são aqueles 152 milhões, parte deles.

Em regularização fundiária, dois exemplos: City Itaberaba, que dá continuidade no ano que vem – aqui vejam uma ideia do City Itaberaba -; Parque das Flores também, vejam uma ideia do antes e depois que está acontecendo.

E na regularização fundiária também temos intervenções em áreas particulares e municipais que são, além de pequenas obras, a parte de documentação, quer dizer, a documentação que registra a área - levantamentos e registros que são feitos – para viabilizar a regularização das pessoas que compraram seus lotes nesses empreendimentos.

Na construção de unidades habitacionais, aqui acabou sendo cortado. Os senhores vêm aqui quantidades de unidades em cada estágio, dentro da meta.

Essas informações estão no *habisp.inf.br* e são as mesmas informações que aparecem no controle das metas pela Secretaria de Planejamento, onde, agora, os senhores podem verificar todos os valores e a distribuição de todas as fontes de unidades orçamentárias que nós resumimos aqui.

A Proposta Orçamentária tem um caderno intitulado Volume VII que traz o detalhamento das ações. Nesse volume, separamos as páginas do Volume VII, onde vocês podem identificar as ações. É uma série de unidades orçamentárias que contribuem para a habitação.

Então, ficou cortado. Depois, nós deixamos com a Casa, mas os senhores têm aí a

página exata que acabou sendo cortada, mas está no todo.

A Unidade Orçamentária 14 é a Secretaria de Habitação. É como a proposta de investimentos está distribuída, totalizando 1,127 bilhão, que é o que está no resumo inicial.

Então, por exemplo, aqui, Construção de Unidades Habitacionais, os 75 milhões é a Casa Paulistana, ou Programa Mananciais, basicamente, esses valores para cada lote individualizados são os valores oriundos das fontes Federal e Estadual também do convênio da Sabesp.

Temos aqui Equipamentos Públicos, 152 milhões vêm do Governo Federal, passando pela Sehab para equipamentos, como, por exemplo, Hospital de Parelheiros, que vem pela Sehab e é transferido para a Saúde e para outros equipamentos também.

Viola da Paz. Um exemplo: R\$ 7,5 milhões, aqui, na Sehab, mas também tem outros recursos para a Viola da Paz, e os senhores vão identificar, por exemplo, no Fundo Municipal de Saneamento. Todas as áreas, então, estão aqui.

A outra unidade orçamentária, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, onde temos as operações urbanas.

Esse primeiro – saiu cortado – é a Operação Urbana Água Branca. Na Operação Urbana Água Branca são esses os empreendimentos que estão previstos.

O Programa 3Rs, que é um programa de recuperação e revitalização de empreendimentos, para que possam ser regularizados e, efetivamente, comercializados, é um programa que vem atrelado a uma recuperação do empreendimento e regularização.

Esse segundo é a Operação Urbana Água Espaiada, esse outro conjunto, onde temos previsto um aporte complementar para o programa Minha Casa Minha Vida, via Cohab, de R\$ 15 milhões e outras intervenções pontuais também.

Na Operação Urbana Faria Lima temos a divisão de empreendimentos.

O Fundo de Desenvolvimento Urbano, Fundurb, tem 152 milhões para aquisição de áreas pela previsão do Plano Diretor. É o percentual fixo da estimativa de receita do fundo. Vai

ser aplicado nas desapropriações, basicamente, para o programa Minha Casa, Minha Vida.

O Programa de Regularização Fundiária temos aqui, também, os empreendimentos, e onde colocamos Intervenções Diversas é porque são várias intervenções e, depois, tem o detalhamento.

O Fundo Municipal de Saneamento tem uma parcela para aquisição de áreas: R\$ 25 milhões.

No Programa Mananciais, as fases também com seus aportes de recursos.

Em outros programas de urbanização de favelas também, totalizando 313,9 milhões, são 314 milhões, um mil reais de diferença que, na soma, não pegou.

Aqui, a pergunta que o Vereador, Presidente da Comissão, fez em relação aos recursos da securitização: estão previstos para a habitação, dos 360 milhões previstos que não ocorrerem esse ano e que continuam sendo perseguidos – e, por isso, aparecem novamente no Orçamento que vem -, e nunca alcançam, mas uma hora chega, estão destinados, aqui, 60 milhões dos 360, para a habitação. Trinta milhões distribuídos no Mananciais e 30 milhões distribuídos em urbanização de favelas.

O restante dos 300 milhões de expectativa de realização da operação estão previstos para viabilizar desapropriações e frentes de obras para as canalizações de córregos por conta, também, dos termos de compromisso do PAC.

Então é onde se busca também a viabilização das canalizações. Isso porque a característica dessas intervenções é mais aderente às possibilidades de utilização dos recursos, segundo as regras da Caixa Econômica que, hoje, é onde se busca viabilizar essa operação. É por isso que ele está enquadrado nas canalizações de córrego.

Aqui um exemplo de um aporte que está previsto para o Ponte Baixa. O fundo já vem aportando recursos no Ponte Baixa, esse ano. E, para o ano que vem, é dentro desse recurso. A securitização é que também tenha uma parcela para o Ponte Baixa.

Na Companhia Metropolitana de Habitação, a Unidade Orçamentária 83, temos,

para a construção de unidades habitacionais, 83 milhões, mais 3,2 milhões e Regularização Fundiária, 39.

Aqui, uma pequena informação: essa classificação veio já definida, no sistema, por Sempla. Ela precisa ser ajustada, pois, na Regularização Fundiária, não é gerenciamento social nem de obra. Na Regularização Fundiária, são serviços que precisam ser contratados como despesas – além das despesas cartorárias – de serviços e obras para regularização da infraestrutura e obtenção dos autos de vistoria do Corpo de Bombeiros para regularização dessas unidades habitacionais, desses empreendimentos.

Então, aqui, faço só essa ressalva, pois isso precisa ser corrigido.

Alguns exemplos. Cintra Gordinho, Santa Etelvina, quer dizer, toda essa área também está programada para o ano que vem, em relação à regularização.

E no Fundo Municipal de Habitação, temos Apoio Habitacional, esse um milhão é a parceria social que ainda está contratada e já vinha desse ano.

E também, tirando a administração da unidade – eu não consegui cortar daqui, pois isso eu grudei do relatório – temos, em unidades habitacionais, e aqui também, não é gerenciamento, são serviços, a distribuição da construção dessas unidades. Então, por exemplo: conclusão da Mário de Andrade, reforma e manutenção de empreendimentos Apoanan, Asdrúbal do Nascimento e outros. Aporte do Minha Casa Minha Vida, também para infraestrutura não incidente de alguns empreendimentos, direitos humanos, Parque Boa Esperança, passivos ambientais de empreendimentos que já estão no Fundo. A regularização também para obras e AVCB de Talara, Texima, Lírios do Itaim, que são empreendimentos antigos.

Por exemplo, aqui, o Mário de Andrade, o Texima, e outras áreas que estão contempladas, e o detalhamento disso, a Cohab pode falar melhor.

Mas essa era mais para que os senhores pudessem ter o entendimento de como a habitação está distribuída e pulverizada na Peça Orçamentária. É mais para que os senhores

entendam que é preciso agregar várias informações para concluir a proposta para habitação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM) – Sr. Secretário, passo eu a fazer as indagações.

Primeiro, no ano de 2014, no Orçamento em andamento, o senhor tem orçado 955 milhões das transferências federais, atualizadas 325, empenhado só 26 milhões, liquidado 4,4 milhões, ou seja, o senhor tem 8,2% cumpridos. O que está acontecendo, Sr. Secretário?

O SR. _____ - Sr. Presidente, sabia que essa pergunta ia chegar, então, pedi ao João Leopoldo, nosso Coordenador de Manancias, para fazer as devidas explicações técnicas sobre o que aconteceu nessa questão. João, por favor.

O SR. JOÃO LEOPOLDO - No caso do Programa Mananciais, principalmente, que são as fontes de recursos federais, o PAC 1 tem um resíduo ainda a realizar, mas que, para avançarmos, dependemos da conclusão do nosso compromisso que é a produção habitacional e que, hoje, está concentrada principalmente na Chácara do Conde e Alto da Alegria.

Alto da Alegria está em vias de aprovação pela Caixa e, tendo isso concluído, a aprovação do Chácara do Conde, conseguiríamos alavancar e receber do Governo Federal, mais ou menos, R\$ 130 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Esse ano ainda? Estou tratando o Orçamento 2014.

O SR. JOÃO LEOPOLDO – Não, 14 não há perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - O que o senhor espera de 2014? Nós temos orçado com você 955 milhões. O senhor executou 8,2. Para a cidade de São Paulo isso é um péssimo desempenho.

R – Sim.

P – É uma desgraça os senhor ter disponibilizado 9 milhões e só cumprir 4.

R – Certo.

P – Eu não sei o que está acontecendo na Secretaria, mas é o pior dos

desempenhos com os quais nós podemos nos defrontar. Não sei quais as dificuldades que estão se criando numa Secretaria de Esportes, Secretário.

Aqui vai a crítica – é dura, mas tem que ser assim: não se pode ter 955 milhões e executado 4. É inaceitável isso, Secretário.

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente, acho que o João Leopoldo, tecnicamente, vai poder explicar melhor.

O SR. PRESIDENTE – Por mais que ele explique.

R – A licitação de mananciais foi feita em 2012; contratada em 2012, com 8 consórcios de empresas construtoras, os vencedores, para construir em 64 perímetros de ação de mananciais.

Nessa situação, eles soltaram o contrato na gestão anterior, sem ter o empenho de verbas e acertado com o PAC. Depois de quase um ano, em novembro ou dezembro do ano passado, nós conseguimos assinar o termo de acordo para que os recursos da OGU contemplassem essa licitação que foi feita em 2012.

O ano de 2013 já foi muito ruim a situação porque não se tinha dinheiro previsto no orçamento geral da União para essas obras de mananciais, embora tenha sido contratado, licitado.

E, para não perder todos os contratos, nós fomos mantendo as obras durante 2013. Quando assinamos, em dezembro do ano passado, esse termo de acordo com o PAC e acertamos com o Ministério das Cidades e com a União, pelo Ministério do Planejamento, que viriam os recursos para os mananciais, iniciou-se, praticamente, nesse ano, a elaboração dos projetos executivos. É isso que eu queria que o João Leopoldo fizesse uma explicação técnica, porque é ele que cuida disso. Só para terminar a explicação, para que fique bem esclarecida a situação.

P – Quero dizer uma coisa para o senhor, Secretário: vai dizer que os projetos técnicos não estão executados. O básico estaria com condições de se executar. Nós já

estamos no 11º mês do ano de 2014 e pouco se fez.

R – Justamente por causa dessa mudança de foco da Secretaria, Nós mudamos a maneira de trabalhar em mananciais. Nós não vamos autorizar, como não autorizamos, inícios de obra em cima de projeto básico. Isso dava margem a aditivos, a descontrole financeiro das obras que existia no passado – não preciso nem falar o que acontecia. E a gente tomou uma decisão com o apoio do Prefeito de fazer apenas e tão somente na hora que os projetos executivos, que fossem definidos com os estudos geotécnicos, de edificação, das redes, tudo muito bem definido, autorizar o início dos serviços.

P – Secretário, imagine o seguinte.

R – Sendo assim, estamos trazendo uma grande economia para o Município

P – Não é a informação que nós recebemos. E pense o senhor que nós somos bem informados

R – E nós estamos trabalhando junto à Caixa Federal

P – Secretário, eu entendo

R – De uma forma muito árdua

P – Secretário

- Falas simultâneas.

P – Tudo bem, Secretário. Eu conheço projeto de Engenharia. Para que o senhor tenha ideia, uma das empresas minhas é de consultoria de Engenharia. Então, nós elaboramos projetos de naturezas diversas. Nós sabemos o que acontece na sua Secretaria. Uma coisa, Secretário, é o senhor definir projeto. Outra, é criar dificuldade. É o que está ocorrendo lá hoje.

São duas as razões, Secretário: o senhor, talvez, não seja especializado nisso, mas nós conhecemos um pouco, um pouquinho. Vou dar um exemplo: o senhor faz um dimensionamento num pavimento flexível, equivalente estrutural de 32, daí o senhor vai lá e diz: “vou mudar porque não acredito nisso”. Já tem um projeto contratado, tem um, aí vem o Sr. João Leopoldo e quer mudar tudo de novo para poder fazer tudo de novo.

O senhor acha que não sabemos o que está acontecendo lá? Vai acabar virando, Secretário, uma obra inexecutável, porque se tem um projeto definido, questiona tudo de novo, contratam outra empresa para fazer a outra consultoria para fazer o projeto e, há dois anos, não sai. Dá nisso aqui.

O senhor acha que nós não sabemos o que está acontecendo, Secretário?

Secretário, vou dizer uma coisa para o senhor

R – Presidente, com todo o respeito. Não é só o crivo técnico da nossa Engenharia da Secretaria. São, também, os critérios que têm que ser obedecidos do Programa Mananciais pela Caixa Econômica Federal. Existe uma Engenharia dentro da Caixa Econômica Federal muito rigorosa, junto com a nossa equipe para analisar tudo isso.

P – Eu acho que o senhor não entendeu, Secretário. Eu disse que nós conhecemos o procedimento. Este que vos fala conhece. Talvez, um pouco mais do que o senhor possa imaginar. Quando estou dizendo para o senhor: uma vez definidos os projetos de Engenharia contratados pela Prefeitura, que deve fazer a fiscalização, o controle e o acompanhamento com bastante clareza, aprovado na Caixa Econômica Federal

R – Então, a Caixa não aprova enquanto não chegar nesse nível de perfeição.

P – Mas daí tudo bem, Secretário. Então, vou naquilo que eu vinha dizendo: sabe por que não chega nisso, Secretário? Porque nós estamos nos 11º mês do segundo ano de governo e não executamos esses projetos ainda.

R – Para o nível de projeto existente, a Caixa não libera nada. Ela não dá ordem de serviço.

P – Secretário, mas eu estou dizendo para o senhor: estamos no 11º mês, encerrando o ano de 2014, e não temos projetos definidos. Ainda assim, vou dizer uma coisa: se os projetos de Engenharia de uma obra contratada, que tem dinheiro federal, não estão definidos... e quando define um, volta tudo à estaca zero.

Uma coisa é o senhor fazer projetos; outra, é criar dificuldades.

Eu concordo que tem que adequar a tabela CIAP, os projetos de Engenharia claramente, o que não pode é ter um projeto aprovado que volta à estaca zero.

R – Não, mas não tem aprovado. Nenhum caso se aprovou ao nível de a a Caixa Federal liberar a ordem de serviço.

P – Secretário, o seu departamento técnico tem um projeto. É apresentado e aprovado. Foi apresentado dentro das normas. Disse: “não esse projeto não serve mais”. Eu volto à estaca zero. Acabei de dar um exemplo. Se o senhor tem equivalência estrutural e diz ‘não esse índice de suporte está errado; a troca de solo é diferente; eu não quero isso’. Isso se chama criar dificuldade.

Secretário, o senhor está falando com um, além de Vereador, técnico. Não subestime aquele que está na frente do senhor.

R – Não, com certeza.

P – Nem o senhor João Leopoldo. Eu estou dizendo: uma coisa é o senhor criar dificuldade. Que é o que está ocorrendo no campo técnico. Uma coisa é o senhor conduzir os projetos: aprova o projeto dentro das normas técnicas – é o que o senhor tem que fazer. Só que estou no 11º mês e tenho 955 milhões, que deveria estar gastando neste ano e só gastei 4. Isso se chama ineficiência administrativa. O departamento que tem que cumprir isso é esse departamento? Se tinha que ter trocado, por que é que não trocou antes? Se tinha que ter mudado, por que é que não mudou antes?

R – Dr. Milton

P – Porque nós estamos no 12º mês, Secretário.

R - Dr. Milton, a licitação foi feita em cima de projeto básico muito fraco.

P – O senhor tomou posse quando?

R – Em janeiro de 2013.

P – Pois é. Nós já estamos indo para o 24º mês de posse do senhor, e, agora, o senhor está dizendo aqui

R – Só que nós conseguimos assinar o recurso do PAC em novembro do ano passado.

P – Eu concordo

R – Por quê? Fizeram a licitação sem ter verbas acertadas.

P – Secretário, são duas coisas apartadas.

R – Eu estou explicando isso. Por exemplo: a partir de dezembro ou novembro do ano passado, nós tivemos a sinalização que o Programa Mananciais seria colocado em prática.

P – Secretário, deixa eu dizer uma coisa para o senhor

R – Para não cancelar as licitações, nós pegamos os projetos básicos, chamamos todas as construtoras, o departamento técnico deles, junto com a Caixa Federal, junto com a nossa equipe e falamos: o padrão de projeto agora tem que ser nesse nível. Não é o padrão da Secretaria. É o padrão que a Caixa Federal exige.

P – Isso é conhecido há quanto tempo, Secretário? Se o dinheiro era do PAC?

R – Ai o que acontece: nesse processo todo nem as construtoras que ganharam as licitações não estavam acostumadas a apresentar um projeto nesse nível de detalhamento como a Caixa Econômica Federal não aprovava aquilo que eles apresentavam. Não é questão de o João Leopoldo não querer aprovar, não é questão de a Secretaria não aprovar. Nós estamos seguindo uma mudança estrutural de economia que vamos ter com recursos do PAC

P – Isso é outra história, Secretário.

R – De uma maneira fantástica. É um grande progresso que nós estamos conseguindo fazer com que as construtoras... porque mudou. A história do passado é outra. Daqui para frente, eles têm que seguir critérios técnicos muito bem definidos, planilhas orçamentárias bem definidas, custos bem definidos

P – Para o senhor não se precipitar, Secretário. Nós estamos requisitando do senhor cópia de inteiro teor, com todas as medições, inclusive, das gerenciadoras e do pessoal que o senhor tem. Há um requerimento meu que será votado na Comissão de Finanças, não

nesta semana, mas na próxima, requisitando do senhor tudo o que o Sr. João Leopoldo fez, cópia de inteiro teor, de gerenciadora, passo a passo, o que é que o senhor fez, onde o senhor gastou o dinheiro, quais os passos que o senhor deu.

Não se precipite no discurso, porque as atitudes nossas terão consequência. O senhor não precisa dizer para mim o que está fazendo porque nós sabemos.

Eu só vou requisitar – já estou antecipando – cópia de inteiro teor, de tudo que foi gasto, a forma, os problemas que o senhor está enfrentando e as mutações que houve tanto de gerenciadores existentes, contratos de gerenciadora o senhor disponibilize para executar os projetos. Não é empresa de Engenharia. Não é empresa contratada. É o senhor quem deve ofertar os projetos, o senhor paga gerenciadora... o senhor está cheio de gerenciadoras para tocar os projetos, que valor o senhor gasta para pagar os projetos que o senhor diz que não tem? E qual a interferência dos técnicos que o senhor está tendo lá. O senhor vai ter que informar, de capa a capa.

R – Tranquilamente, com o maior prazer.

P – Tudo, todos os passos técnicos, que eu, com a equipe técnica, vou examinar. Verei número a número o que o senhor está dizendo para nós. O que não se pode é chegar numa gestão pública, depois de dois anos, e dizer o seguinte: “eu gastei 8,2”.

Uma coisa é elaborar o projeto. De qualquer maneira, se foi feito com o projeto básico que o senhor entende que não é suficiente, acho que para licitar, sim; para executar, não.

R – Isso.

P – Tudo bem. E por que não foi feito o executivo então, com os elementos técnicos para fazer? A adequação seria muito melhor. E o senhor tem gerenciadora porque paga. O dinheiro para gerenciar o senhor tem, paga e gasta; gente tem contratada até não poder mais. Então, vou perguntar ao senhor: essas empresas contratam funcionários ligados ao senhor e aos outros gabinetes das empresas.

Secretário, eu vou concluir para ficar bem claro.

R – Nós informaremos tudo ao senhor.

P – Eu vou pedir os nomes dos funcionários das gerenciadoras, das empresas, saber a quem eles estão ligados, porque chegar a nós é que os senhores mandam contratar parentes e amigos nas empresas, que estão gastando o dinheiro lá.

R – Não.

P – Se chegar isso aqui, Secretário... eu espero... este é um depoimento público. A gente tem alguns nomes, Secretário, que chegaram para mim. Chegou num envelope lacrado, dizendo olha: “parente daquele foi contratado na construtora”; nós vamos apurar.

É por isso que vou requisitar do senhor e saber; e chamar as pessoas aqui para interrogá-los.

R – Sem dúvida.

P – Eu vou chamar as pessoas aqui, que estão nas empresas, se tiver gente parente de funcionário, parente de quem quer que seja contratada nas empresas, esse não é um bom quadro.

Estou dizendo, Secretário: não denegue hoje aquilo que o senhor pode mudar de ideia amanhã.

Então, Secretário: o senhor diz que as coisas têm que ser bem feitinhas. Eu acho que têm que ser, mas do início ao fim. O senhor está lidando com um Vereador que trabalha com livre informação acima dos outros. Não que os outros não seja, é que tomo um cuidado maior em estudar aquilo quando vem para uma audiência pública. Quando trago a essa colocação, essa natureza de informação o senhor sabe de que estou falando. Digo, qual o descontentamento nosso aqui? 955. O senhor está dizendo que não tem projeto, os executivos não estão prontos. Ótimo! Qual a esperança então para a sociedade. O que resta sabido o seguinte: a sociedade veio aqui, debatemos em debate terrível, dizer o seguinte; onde estaremos com esperança na habitação, que o que queremos, nossas casinhas, recuperação

do manancial que é o que interessa. Não quero ver essa discussão no debate, mas tem de se feito. Quero saber onde está... Vamos executar o que o senhor previu, 755 do fonte 02. O cumprimento histórico ano a ano não é bom do Governo Federal. Realmente não tem repassado. Até entendo onde esta a dificuldade. Agora, o senhor dizer para nós que acompanhamos a economia, isso é uma comissão de finanças, onde a caixa não pagou há três meses atrás, estou dando um dado de três meses atrás, oito bilhões do PAC, ela pagou, radiando as despesas próprias o Governo Federal não passou para a caixa. Pagou 10 bilhões de programas sociais das despesas dela não passando do PAC, com rombo de 15, fora os últimos três meses que os dados são de três meses atrás, como vamos ter esperança de o ano que vem contar com dinheiro, com uma execução orçamentária chego a duvidar, não é tanto do senhor, se a caixa mesmo está com disponibilidade de cumprir isso aqui, ou está querendo tanta dificuldade técnica que outrora não havia, e que repassava os recursos, estou olhando um todo, agora a caixa não passa. Outros tempos passavam, agora não passa mais. A mesma dificuldade..

O SR. SECRETÁRIO – Não peguei a fase anterior, mas a fase atual o nível de exigências é bem alto...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É bem alto. Vou citar um exemplo. Por que só isso ocorre na Secretaria do senhor? Porque o córrego Ponte Baixa que está sendo executado não tem essa deficiência técnica e lá o dinheiro chega, do Governo Federal. Veja o nível de execução orçamentária do córrego Ponte Baixa. É dinheiro federal. Não tem problema técnico, o que está acontecendo lá? Porque lá executa e aqui não? Ou a caixa não quer pagar mesmo porque não tem dinheiro, porque é uma das vertentes que acreditamos, aqui dado problema do Governo Federal, que tem problema de caixa, sabemos que tem, não dá para esconder isso, é público, a Dilma admite isso, tem mesmo problema de dinheiro, agora não pode uma obra do Ponte Baixa, que também graças as Deus foram nós que pedimos e lutamos por ela, para que saísse, está acontecendo. Lá as coisas... o nível de projetos...

R – A ideia nossa, sempre foi de agilizar o máximo o programa do PAC. É uma das prioridades que temos na Secretaria. Tanto é que observando a dificuldade de aprovação dos projetos, a dificuldade que as construtoras que tem no escopo delas de executar os projetos do Executivo fiscalizados pelas gerenciadoras e pela nossa secretaria, não chegam a um nível tão bom que a caixa não consiga liberar a ordem de serviço. A dificuldade é tão grande que em reuniões anteriores, há meses atrás o prefeito se dispôs até fazer um – usando uma palavra simples, usou – vamos dar um cheque especial, tentar destravar essas obras, com recursos municipais e depois esperar até que a Caixa Federal libere essa ordem de serviço. Isso está sendo feito, depois de enorme sacrifício da nossa equipe das gerenciadoras das construtoras em alguns casos, que é da Camargo Correa, no Arizona, da EIT e da Construtora Planova, se não em engano. Vila Nova. Dos oito consórcios, só três...

P – O senhor está fazendo notificação de recebíveis da Caixa...

R – Vamos começar a fazer, porque sabemos que a curto prazo teremos condições de receber o dinheiro da Caixa Federal...

P – O mais importante tem aquele Boulevard da Paz. Um caos para descer...

R – Sabemos de tudo isso, e estamos pedindo para Finanças, já passei pelo prefeito, ele já autorizou, o Marcos Cruz, para liberar essa receita, antecipadamente, a gente colocar... Da Camargo Correa, em torno de 15 milhões, a Vila Nova é 39 milhões e o da EIT...É coisa de 60 milhões que deve dar, para darmos uma destravada e iniciar essas obras.

P – Secretário, vou dar uma boa notícia para o senhor agora mas me ressalta uma preocupação Durante o processo eleitoral, o que vou dizer, já informei o Prefeito Fernando Haddad, consegui no debate político, o governador Geraldo Alckmin a execução de pelo menos 800 milhões, por ano, do programa mananciais, aí vem a preocupação, o senhor está dizendo que não tem projetos. O senhor está jogando um balde. Está dizendo livro de projeto. Livro de projeto tem ser o mesmo, tem de ser compatível entre as....Esse é um compromisso dele comigo. Pessoal comigo. Depois eu mostro a gravação dele falando para o senhor, aqui

para mim. Serão 800 milhões anos que podemos gastar, mas para isso tem de ter os projetos da mesma forma. Nós não quisemos fazer esse debate. Na outra eleição, pensei que era eleitoreiro, nem eu quis, nem o Governador, nem o Prefeito, sabia disso antecipadamente. Cabe a mim, fazer o levantamento, levar ao Governador que deva fazer essa semana, ainda dos dados, o que mais me preocupa, vamos nos basear então que há projetos básicos nos núcleos que tem de ser atendidos. Em complemento aquilo, se o Governo, se a Prefeitura do Município de São Paulo, não tem dinheiro. Dada a inexecução do Governo Federal, é possível que esse dinheiro virá. Vamos trabalhar para que ele venha, é o compromisso que ele tem publico, feito a gente, gravado, filmado, para que façamos. Emaranhado de projeto que não sai de uma obra licenciada ambientalmente, ai começa a nos preocupar.

R – O desespero é nosso também.

P – Secretário, veja o seguinte: o senhor tem gerenciadora, empresas de projetos que conhecemos... Não tem nenhum projeto, só o básico?

R – Poderia pedir um minuto, do nosso técnico, o Álvaro, para que pincelasse alguns assuntos muito específicos sobre aprovação do projeto, aquilo que passa pela sua mão, o que te pega. Porque ele analisa os oito consórcios. Serão rápidas palavras...

P – Os habitacionais que vem da Caixa, o mesmo tema, a mesma natureza de projetos, de dificuldade de projeto, não?

R – Não, o programa Minha Casa Vida, é muito mais simples. É seguir os procedimentos da Secretaria de Licenciamento, quanto as aprovações de projetos, colocou o projeto dentro e os terrenos de emissão na posse, ou já está no cartório, com escritura passada, o recurso vem imediatamente sem problemas algum.

P- Vamos ouvir o técnico. Com a palavra o Sr. Álvaro.

O SR. ALVARO – Sou da gerenciadora Hagaplan Planejamentos JNS, atuamos na questão de aprovação do projeto do programa mananciais. As empreiteiras entregam o projeto do Executivo para nós. Temos uma planilha de escopo, onde itens mínimos devem atendidos.

Fazemos reuniões periódicas com as empreiteiras, visando que aprovação se dê da forma mais ágil possível, evitando retrabalho retorno de projetos para análise. Podemos perceber hoje nesse período em que as empreiteiras começaram a entregar os projetos, é que eles estão tendo uma grande dificuldade em atender o mínimo exigido pelas normas, não criamos dificuldades, apenas procuramos atender as normas técnicas,. Com várias reuniões, inclusive com o Sr. Prefeito, com a Secretaria de Governo, ficou definido que: para não ter trabalho que sentássemos juntos e indicássemos o que não estaria correto. Os projetos estão sendo entregues e estão sendo aprovados. O que existe hoje, é uma análise muito com detalhes da Caixa Econômica Federal, tanto na questão da aplicação de preço Sinape, questão de preço Siurb, a questão de planilhas e orçamento e a questão de compatibilização dos projetos com as planilhas orçamentárias. Muitas vezes os projetos vêm de uma forma e a planilha tanto memória de cálculo e memória orçamento, não condizem com o que está retrado no projeto.

Tivemos exemplos de mandar para Caixa

P – Uma duvida na tabela de preços mencionada pelo senhor. Onde assim: “vamos adequar a tabela Sinape...” Que é a tabela do Governo Federal?

R – Isso. Que é exigência do Governo Federal?

P – O senhor vem pagando até hoje as medições... Vem pagando com os preços de hoje, do contrato Prefeitura, é isso?

R – A Caixa não remunera...

P – Deixa concluir. O senhor vem pagando hoje tudo que foi feito. A Prefeitura do Município de São Paulo vem pagando com que valor?

R – Preço Siurb.

P – Ótimo. O preço Sinape é menor?

R - Em alguns casos menores, alguns casos maiores.

P – Nos casos menores em que o Sinape é menor como será resolvido?

R – As empreiteiras tem de aderir ao preço Sinape para que a Caixa faça o

reembolso dos valores.

P - Sim. Como faz com o erário? Quem vai ressarcir?

R – Não tem ressarcimento. Isso é uma imposição da própria Prefeitura do Município de São Paulo...

P - Sr. Álvaro se o senhor está dizendo a empreiteira está renunciando o preço – olha que o senhor falou de público, é grave – O senhor está dizendo o seguinte: a empreiteira vai abaixar preço em alguns itens?

R – Sim.

P – Muito bem. Ela já recebeu maior então? Então vou querer discutir o preço da empreiteira em todos os contratos. O senhor está dizendo que ela vai pagar a menor, hoje, e já recebeu a maior. Está confuso, Está renunciando para adequar. O prejuízo é o erário. O que ela já recebeu pra trás? Então tinha gordura?

R – Ela não recebeu preço executado...

P – O senhor não entendeu. O que foi pago até hoje, não é tabela Sinape.

R - Não houve nenhum pagamento desses itens Sinape.

P – Não pagou a obra?

R – Não pagou nenhuma.

P – Nada?

R – Nada. O que foi pago, basicamente, nos contratos de mananciais foram: projetos do Executivo, manutenção de canteiro, em temos de obra, não foi pago nada.

P – Estou dizendo para o senhor, não é bem assim. A Estrada da Baronesa, que foi feito, a Ponte sobre a M'Boi Mirim que está sendo com recurso da Prefeitura. Não importa, está pago para aquilo. Se um desses itens tiver lá, vai suscitar dúvida. Entendeu agora o que o que estou falando.

R – Entendi.

P – Renuncia de valor ou pior que isso. O senhor reduzindo preço. Não conheço

essa Peça na lei de licitações, que permita renegociação nesse instante. Teria de haver um reequilíbrio econômico financeiro do contrato para que pudesse fazer essa redução, não renúncia. Se pretende renunciar está dizendo que super faturou. Vai dizer o seguinte; renunciei o item, chega aqui agora, e diz: olha precisa abaixar o item. Então tinha gordura? Que conversa? O senhor está dizendo: olha vai abaixar. Não vai abaixar porque isso é gordura.

R – Era preço Siurb.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Tudo bem, você está dizendo que o preço Siurb tem gordura?

R - Não. É que a composição do preço Siurb é diferente da composição do preço SINAPI.

P - Tudo bem, mas se a empresa está admitindo que vai executar pelo preço SINAPI, vai reduzir o valor. O senhor está dizendo que vai renunciar valor. Isso é grave.

O senhor está dizendo: “Vou renunciar valor”, se vai renunciar valor é porque tinha gordura. Isso é um objeto de ação popular para eventual ressarcimento do erário, em os senhores todos vão figurar no polo passivo. Como não? É uma conversa estranha.

O senhor está dizendo: “Olha, vou reduzir o valor”. Eu concordo que tenha para reduzir, mas busque o reequilíbrio econômico financeiro do objeto contratado para que o senhor possa fazer isso.

A Prefeitura fala que o senhor tem que abaixar o valor. Por que vai abaixar? Ele superfaturou então?

As coisas ditas aqui no microfone... O senhor está numa Comissão de Finanças, uma comissão da Câmara Municipal de São Paulo. O senhor entendeu a gravidade do que o senhor falou aqui? O senhor falou: “Vou abaixar e vou adequar”.

Secretário, como é essa história?

R - Presidente, é o seguinte: como agora tem que seguir a tabela do Governo Federal, que é a Tabela SINAPI, as empresas obrigatoriamente...

P - Registro a presença do meu nobre Colega e amigo Paulo Fiorilo.

R - Como tem que seguir a Tabela SINAPI, as empresas todas estão acertando os quantitativos dos projetos executivos, nos custos SINAPI. Há situações onde a Tabela Siurb é maior e às vezes menor do que a SINAPI. Eles estão fazendo passo a passo a abertura dos custos e vendo as diferenças. Às vezes transporte de terra para um determinado lugar é um valor...

P - Secretário, eu entendi tudo isso.

R - Estão fazendo essas adequações todas. Para a gente poder receber o valor da Caixa Federal e depositar direto na medição...

P - O objeto disso eu entendi, o senhor quer adequar a tabela ao SINAPI.

R - Sim.

P - A tabela do Governo Federal. Acho justo. As empresas cobraram mais caro, então?

R - Não, elas seguiram...

P - O senhor está dizendo vai ter que reduzir para adequar. Ou estou errado?

R - Elas participaram de uma licitação onde a base de preços era a Tabela Siurb. Em cima da Tabela Siurb, colocaram alguns percentuais de desconto...

P - Secretário eu entendi isso.

R - E ganharam a licitação, legalmente. Tudo correto.

P - Tudo bem, Secretário. Eles receberam. A Prefeitura pagou em algum momento esses valores. Agora, vai reduzir é porque tinha gordura. A pergunta é: por que não se fez isso antes da inicial? Eu não sei quem errou.

R - Tanto é que, na Prefeitura, agora, tem um despacho do Prefeito orientando todas as secretarias a só fazer licitação em cima da Tabela SINAPI, como se usava no passado a Tabela Siurb, a licitação é lícita, é correta, é perfeita.

P - Eu não estou discordando da orientação, o que estou dizendo é diferente. Os

senhores estão admitindo que tinha gordura lá que a empresa agora, sem reequilíbrio econômico financeiro do contrato, o senhor está dizendo que falou: “abaixa aí; abaixe!”.
Abaixou por quê?

R - A verdade é a seguinte, a média que o pessoal técnico conseguiu dentro desses projetos executivos que estão prontos, a variação está dando em torno de 1 a 3%.

P - Secretário, poderia ser 001.

R - De 1 a 3% se a construtora acha que absorve isso, ela vai absorver; se ela acha que não absorve, o Município é obrigado a pagar a diferença com recursos do Tesouro. O senhor entendeu?

P - Secretário, eu entendi isso.

R - Então, eu tenho que usar mais recursos da Prefeitura para pagar a diferença.

P - É esse tipo de ação que o senhor está sujeito quando exerce um cargo público.

O senhor precisaria eventualmente ter pago um valor a maior. Quando...

Entenda o que está acontecendo com o senhor, especificamente com o senhor: se o senhor pagou eventualmente qualquer valor na Tabela Siurb e agora está conseguindo desconto, eu pergunto, o senhor então vai pedir para que a empresa que recebeu essas eventuais diferenças, esses deltinhas, para que ele venha ressarcir o erário? Porque senão o senhor vai estar sujeito a uma ação popular. O senhor pessoalmente.

R - Esse cuidado eu tenho. Esse cuidado tem que ser tomado, com certeza.

P - O senhor é operador (Ininteligível), Secretário. O senhor entendeu agora o que eu estou dizendo?

R - Perfeitamente.

P - O alcance disso. Isso já está lançado em processo?

R - Não, ainda não. Porque eles estão terminando de preparar essas tabelas de SINAPI...

P - Agora ficou claro.

R - Para aprovar dentro da Caixa Federal.

P - Eu vou abrir para os inscritos do povo falar. Eu gostaria de debater com o senhor, Secretário, uns dois dias sem parar, para esclarecer tudo.

R - Esse assunto é bem vasto.

P - Eu preciso que o povo fale, em seguida os Vereadores.

O SR. DALTON SILVANO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Qual é a questão de ordem, Vereador?

R - É que eu tinha feito também a inscrição.

P - Está feita, assim como está feita a inscrição do Vereador Ricardo Nunes, Dalton Silvano...

R - Eu queria pedir um aparte.

- Manifestação fora do microfone.

P - E Paulo Fiorilo.

R - Para V.Exa. com relação a essa última pergunta, até para eu entender. Senão vou ficar aqui, pelo menos, dentro da minha visão.

Remendando a pergunta para o Secretário, se essa redução – porque entendi nessa última fala, não é Secretário – de rentabilidade. Seria possível, então, na medida em que se reduz o valor ele estar deduzindo da sua rentabilidade, do seu lucro? Porque obviamente, a hora que eu falo que a minha proposta que ganhei na licitação prevê um retorno do meu investimento de 1,4. E aí, por força da legislação, sou obrigado, não faço de livre e espontânea vontade, sou obrigado então a reduzir. Não tenho outra alternativa.

Então, aquela que seria a minha rentabilidade de 1,4, vai ser 1,35. Portanto, eu, por força da lei, por força da obrigatoriedade, sou obrigado, então, a reduzir o valor individual e, portanto, vou reduzir a minha rentabilidade, meu lucro, etc. É isso que o Secretário quis dizer, agora na sua última fala?

Viu, Vereador Milton Leite, eu não compreendi, mas estou dizendo o seguinte: sou

obrigado a reduzir o valor, por força da lei...

P - Vereador Dalton, Vereador Dalton Silvano, deixa eu esclarecer a V.Exa.: quando a Prefeitura celebra um contrato público essa figura não está prevista. Está prevista só uma figura: reequilíbrio econômico financeiro. Essa figura que V.Exa. mencionou ela não figura nos contratos. Ela tem que ser incitada pelas partes para maior ou menor. É possível a qualquer momento, e a Lei de Licitações assim preve. Ele pode subir ou descer, mas tem que ter lançado.

Ele não pode chegar, um ente público, e dizer: “agora o senhor abaixa. Ou o senhor está fora ou não está.”. Não é isso. Só tem uma figura possível de ser feito isso. Não existe a figura “eu vou adequar”. Eu sou favorável, pessoalmente, que sejam pagos pela SINAPI. Dependendo dos casos, alguns sim outros não. Mas a Tabela SINAPI é uma boa tabela na linha mediana. Mas a figura para isso tem que ser feito como reequilíbrio econômico financeiro do contrato. O sujeito tem uma empresa, ele não pode chegar ao ente público e dizer “agora o senhor vai ter que descontar, ou não executa”.

R - Mas aí estou dizendo de repactuar o contrato. O que eu estou dizendo. Eu sou obrigado a reduzir, vou repactuar o contrato, então, sou obrigado a pagar menor, vou pagar a menor na repactuação do contrato. É que eu não estou entendendo.

P- Vereador, eu esclareço a V.Exa.: a figura de reduzir valor de contrato é possível, se houver reequilíbrio econômico financeiro. Só isso é previsto no contrato. Isso não consta adequação de tabela de A, de B ou de C do Governo do Estado ou do Federal, não é cláusula editalícia, nem contratual. Assim ele não pode fazer isso.

R - Até porque não vai reduzir verbalmente: “olha, reduz aí”.

P - Pois é.

R - Isso não acredito que esteja acontecendo.

P - Por isso que este Vereador está solicitando cópia de interior, capa a capa, para poder chegar nisso.

R - Você entendeu, não é Vereador: “reduz aí”. E eu, de livre e espontânea vontade, sem contrato nenhum, sem falar, eu reduzo. Aí, realmente, é grave. Eu espero que isso não...

P - Você acha que a empresa vai dizer o seguinte: tenho um contrato num determinado valor, ele vai falar: agora vou abaixar? Negócio estranho, Vereador, o que é isso?

R - É verdade.

P - Vai baixar por quê?

R - Se for de livre e espontânea vontade é estranho.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Ou estava superfaturando ou não estava, das duas uma. Ou foi pago a maior, daí tem que ressarcir, tem que devolver o dinheiro.

Abertas as inscrições, falarão, pela ordem, pelo tempo não superior a três minutos as perguntas, o Secretário as anotarás, bem como João Abukater que estão falando neste momento, e responderá em bloco, as perguntas do povo aqui presente, Secretário.

Peço desculpas de antemão o nível de discussão, mas aqui é a Câmara Municipal de São Paulo e a Comissão que tem a tradição de debater as coisas com algum nível, pelo mesmo nível de informação. É necessário que assim o seja, Secretário.

O SR. FLORIANO MARQUES - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - É bom o senhor se adequar a essa realidade de postura da Câmara.

Falarão, pela ordem, Fábio, Carmem Cabalaria, Eunisa, Laerte Brasil, Edílson, Benedito Roberto, Daniel Aymoré, farão as perguntas e o Secretário responderá.

Em seguida, serão os Vereadores que estão inscritos na seguinte ordem: Vereadores Ricardo Nunes, Dalton Silvano, Netinho e Paulo Fiorilo.

Por favor, esclareço que, aqueles que formularem perguntas e depois desejarem qualquer alteração na Peça Orçamentária, seria uma boa orientação que o fizessem por escrito, para que o relator que está ouvindo tudo, pudesse anotar as alterações que se faz na

Peça Orçamentária. É preciso que se faça isso.

Fábio Siqueira, V.Sa. pode falar o que desejar, mas queria que agregasse por escrito.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Obrigado Vereador Milton Leite, saúdo os demais Vereadores Dalton, Netinho, Ricardo, Paulo Fiorilo, Secretário de Habitação Floriano Marques, Presidente da Cohab João Abukater, demais funcionários da Secretaria da Habitação, população paulistana, público presente, as questões são muito claras na área da Habitação, aqui.

Pela densidade dos temas, a gente vai começar a citar, por exemplo, a questão da meta 29 – produzir 55 mil unidades habitacionais. A pergunta é a seguinte: quantas unidades habitacionais foram produzidas em 2013? Segundo o site do Planejamento foram, apenas, 2076; em 2014, menos ainda, até agora, 627 unidades, sendo que a meta são 55 mil unidades para os próximos dois anos.

No ritmo da dotação orçamentária, a gente observa que somando Fundurb, Fundo de Saneamento, Cohab e Secretaria, foi executado até 30 de setembro, ou seja, $\frac{3}{4}$, 75%, apenas 45,7%. Ou seja, de 521 milhões, 238 milhões. Então, não só no Mananciais que está havendo atraso, também na entrega das 55 mil moradias previstas também está havendo grande atraso.

Como também está havendo na urbanização de favelas, por isso a pergunta também: quantas, das 70 mil famílias, já foram beneficiadas em 2013 e 2014, na urbanização de favelas, visto que para 2014 a promessa era de 6.550 famílias. Dificilmente será atingido, pois a execução orçamentária foi apenas 44% da dotação de urbanização, até 30 de setembro. Ou seja 30% a menos do que os 75% desejável. Somando Sehab e Saneamento redonda em 85 milhões de reais de quase 200 milhões previstos. Portanto, as urbanizações de Heliópolis; do Córrego da Mina, em Perus; de São Francisco, em São Mateus e do Sítio Itaberaba, em Perus; prometidas até o fim de 2014, não serão entregues, porque está havendo déficit

orçamentário na urbanização das favelas. Com a regularização fundiária, está acontecendo o mesmo problema. Para 2014, a promessa era beneficiar 13.860 famílias. Gostaria de saber qual o número para 2014 e 2013, sendo que, nas quatro dotações para regularização fundiária; Sehab, Cohab, Fundo de Habitação e Financiamento, zero foi executado. Ou seja, coloca-se dinheiro nesses quatro entes e não se executa nada. Apenas está sendo executado do Fundurb, pouco ainda na regulação fundiária, fato que dificilmente atenderá as 13 mil famílias para 2014, sendo que a meta geral dos quatro anos da gestão Haddad são 200 mil famílias. Ou seja, dificilmente será atingida, sendo que não executam a dotação da Sehab e da Cohab, na regulação fundiária.

Por fim, a Conselheira Dona Socorro teve de sair para a reunião do idoso e perguntou sobre a questão de Itaquera: Favela da Paz, Caititu. Qual o projeto? Quer saber sobre a questão do comodato. O que está acontecendo lá. Aliás, infelizmente, a Secretaria de Planejamento está errando na identificação dos terrenos de habitação, pois no seu relatório consta Iguape A como Itaquera. Não é. É Artur Alvim, Penha. Eles sempre estão colocando dados errados no Planeja Sampa.

Outro exemplo é Minas Gás. Foi colocado Freguesia, Brasilândia e Distrito Casa Verde. Isso não existe. Além da baixa execução orçamentária na Habitação, os dados estão saindo errados.

Minha última pergunta é sobre cortiços. Cadê a verba para os cortiços nas regiões Sé e Mooca. Os cortiços estão pegando fogo. As pessoas estão sendo feridas. E desapareceu o programa Morar no Centro Cortiço, porque a gestão Haddad não está priorizando a moradia no Centro de São Paulo.

E também sobre o Conselho Municipal de Habitação. Esse conselho sumiu. Não há um centavo para ele no Orçamento nem no PPA. Gostaria de saber por que a gestão Haddad não gosta do Conselho Municipal de Habitação.

São essas as perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a palavra a Sra. Carmem.

A SRA. CARMEM – Bom dia à Mesa. Vou ser rápida em minha fala.

Tenho um documento que protocolarei e deixarei nas mãos do Secretário e da Comissão de Orçamento. Algumas perguntas já foram respondidas pela apresentação da Denise na questão da verba que seria destinada às famílias do aluguel social.

Nós, da Viela da Paz, e podemos falar em nome de outras comunidades, reivindicamos que o valor de 400 reais, que é repassado às famílias, seja alterado na proposta orçamentária de 2015 para 500 reais. A comunidade está inserida numa área nobre, onde o valor do aluguel é alto, assim sendo, as famílias precisam ir para muito longe, prejudicando o trabalho, a educação e a saúde de todos seus componentes. Já faz, praticamente, quatro anos que essas famílias recebem 400 reais. A gente sabe que a especulação imobiliária é muito grande e o aluguel na região é aumentado numa discrepância a toda hora. Que pelo menos o aluguel social seja equiparado ao valor de mercado dos aluguéis.

Há outro ponto. Acho que estão inseridos na verba da Viela para desapropriações os 3,5 milhões da área da Rua João Caiafa e o DUP da Rua Dr. Luiz Migliano. Solicitamos urgência nas desapropriações dos terrenos, principalmente da Rua João Caiafa. As obras já deveriam ter se iniciado. Em 2014, a gente ainda não tem do juiz a emissão de posse nem autorização para o pagamento desses terrenos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a palavra a Sra. Ivanisa Rodrigues.

A SRA. IVANISA RODRIGUES – Bom dia. Sou da União dos Movimentos de Moradia e quero trazer três questões relacionadas ao Minha Casa, Minha Vida.

A primeira delas é que acho muito importante a inclusão da rubrica para infra não-incidente que foi colocada. É uma iniciativa muito importante, porque vários terrenos que hoje não são viáveis para construção de moradia, se a Prefeitura usar seu papel de urbanizadora, ela pode utilizar esses terrenos para viabilizar as construções. No entanto, tanto no aporte

financeiro para as obras, para viabilizar o programa na cidade de São Paulo, que tem o custo mais alto que qualquer outra cidade deste País, quanto para infra incidentes; os valores colocados no Orçamento são para lá de insuficientes. Fiz uma continha rápida e tanto na verba da Cohab quanto na da Sehab, o recurso vai dar para 4.500 unidades.

Pensando que o próximo ano é determinante, ou seja, que começa o Minha Casa 3, porque os projetos começam a ser apresentados, apenas 4.500 unidades para a cidade de São Paulo, no universo de 3 milhões de moradias no País, é insignificante.

Por isso é importante que seja qualificado esse recurso e investido para melhoria da qualidade das unidades e também da localização desses empreendimentos para que a gente não fique fazendo casa popular apenas no fim do mundo, especialmente nos extremos da periferia, esse recurso é fundamental. Só assim ele será viabilizado. É preciso ter também parâmetros para priorizar as iniciativas com maior qualidade urbanística e habitacional, Sr. Secretário. Não é apenas distribuir 20 mil reais para fechar a conta. É para melhorar a qualidade de localização e das unidades.

Por fim, estranhei a ausência de qualquer menção ao programa de Assessoria Técnica. É Lei Municipal a necessidade de assessoria técnica para elaboração de projetos, tanto de conjuntos habitacionais como também de pequenas intervenções de urbanização de favelas, de reformas. Se a Prefeitura de São Paulo continuar se ausentando desse debate, novamente desqualifica nossa política habitacional.

São essas as minhas considerações. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado. Com a palavra o Sr. Laerte Brasil, que anda mais contido ultimamente. Se o senhor for prender os ladrões do Brasil, vamos ajudar.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu só tenho me defendido, mas a partir do dia 20 vou dar um sacode no Alckmin e nos seus comparsas. Fique tranquilo.

Sou Presidente Nacional da União Global Seguro dos Trabalhadores e

Empreendedores Sustentáveis do Brasil. Através do seu órgão institucional, que é a Brasil Habitat Cidades, nós vimos cumprimentar os Vereadores desta Comissão, o Secretário da Habitação, as demais autoridades e a todas e todos aqui reunidos para debater o presente e o futuro das políticas públicas habitacionais na cidade de São Paulo. Sei que o problema habitacional da cidade de São Paulo e as demais cidades, eram, vamos dizer, 25 anos de regime militar, que retrocederam as políticas públicas, tanto da cidade de São Paulo e das demais cidades, para 250 anos atrás. Um golpe que foi dado em cima do projeto de reformas urbanas que Jango tinha para transformar as cidades do País, junto com a elite do País.

Mas a pergunta aqui para o Secretário é a seguinte: na região Sul aqui, há quase 2,850 milhões de famílias que moram em assentamentos irregulares e nós da Central defendemos, nas 61 audiências públicas do PDE, a regulamentação fundiária, inclusive a cota de solidariedade que defendemos, que foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Laerte, você me permite interromper? É que fiquei com uma dúvida em um número. V.Sa. mencionou 2,850 milhões lá na parte Sul da cidade, irregulares. Não seria de habitantes totais? E não 2,850 milhões em assentamentos irregulares. Eu fiquei em dúvida no número só.

O SR. LAERTE BRASIL - A cidade de São Paulo tem 11 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Isso.

O SR. LAERTE BRASIL - E tem 2,850 milhões que moram...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - O senhor falou, na parte Sul, de irregulares. É por isso que...

O SR. LAERTE BRASIL - Não. É na cidade.

O SR. MILTON LEITE - Ah, na cidade. Ah, aí sim. Tudo bem.

O SR. LAERTE BRASIL - E Vejo aqui que o aporte financeiro que V.Exa. tem para a Secretaria desenvolver a organização, seria, só para regulamentar, insuficiente.

Mas a pergunta é a seguinte: quantas famílias, com esse pequeno recurso que

V.Exa. tem, a Secretaria pretende atingir até 2015, com esse aporte?

E a urbanização das favelas também, são 313 milhões - não é? -, que há para regulamentar as favelas. Uma verba também insuficiente.

Gostaria também de perguntar quantas favelas a Secretaria pretende urbanizar até 2015.

Era só o que tinha para dizer aí. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Obrigado, Laerte Brasil.

Não tivemos de prender ninguém.

Edilson Mineiro.

O SR. EDILSON MINEIRO - Cumprimentar os Srs. Vereadores, os representantes da Prefeitura Municipal e a todos os presentes. Sou Edílson, sou Assessor do Vereador Nabil Bonduki. Temos procurado contribuir com o debate da Habitação e, este ano, inclusive, fizemos isso com bastante vigor, do que saiu no Plano Diretor da Cidade.

O Plano reafirmou alguns valores importantes da política de habitação, como, por exemplo, a necessidade do Plano de Habitação, de uma política fundiária e a ampliação das ZEIS. Mas, para que ele possa efetivamente ser realizado, é necessário que o Orçamento reflita essas preocupações e, inclusive, formate programas que possam viabilizar efetivamente uma ação da Prefeitura, que vá para além do acompanhamento dos programas federais, do PAC e do Minha Casa, Minha Vida. Então, com relação a isso, queria fazer duas considerações aqui, em relação a dois aspectos importantes para nós, da política de habitação, que acho que podemos aperfeiçoar aqui no debate do Orçamento.

Em primeiro lugar, a questão da regularização fundiária. A regularização fundiária de interesse social foi reafirmada, no Plano; ela é uma meta do Plano de Metas da Prefeitura e é a que apresenta, até agora, o menor desempenho nesses últimos dois anos, segundo a informação que colhi no *site* da Prefeitura: 18% da meta, apenas, atingido. Então, especificamente em relação a isso, há vários aspectos, como, por exemplo, a necessidade de

radicalizar instrumentos como a demarcação urbanística ou outros.

Mas eu queria trazer aqui para a discussão a necessidade de ter um olhar especial para a questão dos conjuntos que foram construídos com o Funaps, tanto o programa de mutirões como outros programas até de urbanização de favelas, que foram feitos com recursos do Funaps, que foi uma das últimas políticas criativas feitas pelo Município, que não dependiam de recurso federal.

Só no Programa de Mutirões, cerca de 15 mil unidades construídas, muitas delas estão irregulares, e essa regularização tem uma especificidade porque é regularização em área pública, na maior parte dos casos, e é uma regularização que, além da questão da terra, também tem de envolver a questão da comercialização das unidades - comercialização que tem de ter critérios específicos porque a população que está lá já é uma população idosa, enfim, tem uma série de características especiais.

Assim, aqui, a questão que eu queria trazer para debate é se não é adequado criarmos uma rubrica específica para regularização dos mutirões, regularização dos empreendimentos feitos do Funaps, que vá além da questão da terra e também veja a questão das unidades. Eu vi só uma rubrica específica em relação a esse assunto, que tem 2,5 milhões de reais, que também é bastante insuficiente em relação ao tamanho do problema.

Então, o primeiro aspecto a fixar aqui pode ser via Fundo Municipal de Habitação, mas é incrementarmos essa ação, porque é uma ação que está ao alcance da Prefeitura, na medida em que a Prefeitura é a proprietária da uma parte dos lotes. Esse é um primeiro aspecto.

Outro aspecto que também acho que é pontual, mas importante, da política de habitação é que o Plano inovou num aspecto que é a ideia da criação de um serviço de moradia social.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Pela conclusão.

O SR. EDILSON MINEIRO - O serviço de moradia social - já concluindo - trabalha

com a ideia de que se deve produzir habitação não necessariamente para vender, mas para fazer o atendimento de situações de risco que estão vinculadas a outros serviços, como de assistência social. Também não houve uma rubrica específica para poder implementar. Inclusive, o programa tem prazo de implementação de 12 meses, a partir da aprovação da lei, que, se não for viabilizada, vai gerar consequências jurídicas, inclusive para a Prefeitura.

Então, como equacionar a implementação do Programa de Moradia Social, como outro aspecto de inovação e de afirmação de uma Política Municipal de Habitação, que é mais do que simplesmente complementar a ação das demais esferas de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Benedito Roberto Barbosa.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA - Queria, em primeiro lugar, agradecer também a possibilidade de nós do movimento estarmos presentes, à Presidência desta Comissão, ao Vereador Milton Leite; também saudar aqui todos os integrantes da Mesa, o Secretário de Habitação e todos os demais da Mesa; e também as companheiras e companheiros que estão aqui. Apenas duas questões, porque acho que as questões aqui já estão sendo levantadas, as que foram levantadas anteriormente, são bastante relevantes.

A primeira questão... Sou Conselheiro Municipal de Habitação e, nessa condição, já tínhamos certa desconfiança de que as coisas não andavam muito bem, como não andam - como aqui claramente apresentadas e já demonstradas nesta audiência.

Pedimos também uma informação, inclusive para João Leopoldo e para a Secretaria dele, sobre o Programa de Urbanização de Favelas, porque temos a sensação - inclusive entramos em contato com algumas comunidades - e as obras estão praticamente todas paralisadas - ou andando de forma muito lenta, muito devagar. Falando especificamente de Heliópolis, por exemplo, falei com o pessoal lá da Associação e eles falaram disso, que a situação é bastante ruim, do ponto de vista do andamento das obras.

Em relação à questão da Parceria Social ou do Aluguel Social - antiga Bolsa Aluguel -, pleno acordo com a comunidade da Vila da Paz. Como Conselheiro Municipal de Habitação,

fizemos uma proposta de resolução para aumentar o valor, para fazer um reajuste orçamentário do valor para 557 reais, e a reunião era para acontecer na semana passada - não me recordo o dia da reunião -, só que essa reunião foi cancelada, não sabemos o motivo até agora, não houve grandes explicações, mas desconfiamos, porque a Prefeitura, a Secretaria da Habitação, não concorda com a elevação desse valor de 300 ou 400 reais para 557 reais. Considerando que a própria Secretaria de Finanças esteve numa reunião conosco do grupo de trabalho e colocou o seguinte: que hoje só há 92 milhões para pagar o valor da Bolsa Aluguel, do Aluguel Social.

Se isso acontecer, não vamos ter como fazer esse aumento. Então, queríamos pedir à Comissão de Finanças que analise essa questão, porque, hoje, o Município de Santo André - que é um município muito menor aqui da região metropolitana -, paga 465 reais do Auxílio Aluguel, e a Prefeitura de São Paulo paga entre 300 e 400. É uma humilhação a cidade de São Paulo pagar 300 reais para as famílias que moram em favelas e áreas de risco. As famílias estão reivindicando esse aumento e apresentamos essa proposta para o Conselho Municipal de Habitação, no dia 25 - inclusive, avisamos todos aqui -, vai haver reunião do Conselho Municipal de Habitação, já está apresentada a proposta e vamos votar, e queremos o apoio de todos, inclusive para podermos aprovar esse aumento. E aí pedimos para que os Vereadores aqui providenciem o Orçamento para que possamos pagar as famílias nessa questão. Então, era isso o que eu queria aqui colocar.

Em relação, então, ao pedido de informações sobre o Programa de Urbanização de Favelas, especificamente; e também especificamente sobre esse tema da Bolsa Aluguel, Aluguel Social, Auxílio Aluguel - enfim, são vários nomes que tem o programa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Obrigado.

A preocupação de Benedito - um comentário rápido - é de todos nós: o valor realmente é difícil, não se aluga mais nada por esse valor da Prefeitura. Mas há de se entender, vamos estudar aqui um meio de tentarmos alocar algum recurso para que o

Secretário possa ter margem também para tentar socorrer as famílias que se encontram no Auxílio Aluguel, que está com esse valor que, realmente, não dá para as famílias serem atendidas. Então, é difícil mesmo, é muito difícil. E 92 não vai cobrir o total. É uma dificuldade enorme no Orçamento como um todo, mas esse é um ponto a que a Comissão está atenta.

Daniel.

O SR. DANIEL - Como proteger coisas, pessoas, lutas que resistem? Rede Novos Parques SP. Nós queremos fazer duas perguntas ao Secretário de Habitação, saudando José Floriano, José Abucater- da Cohab –, os Vereadores presentes - Milton Leite, Paulo Fiorilo, Netinho, Ricardo Nunes, Dalton - e todas e todos os presentes, companheiras e companheiros dos movimentos de moradia. Somos solidários às causas levantadas, que o companheiro Benedito colocou, o aumento da Bolsa Aluguel, sem sombra de dúvida, é uma necessidade urgente. Dito, estamos solidários a vocês. E o aumento da execução orçamentária, Secretário: apenas 8% executados no ano de 2014 é muito pouco, revela realmente a necessidade de melhorarmos muito para 2015. Temos confiança que o senhor realmente possa aprimorar isso, desembaraçar os entraves, Vereador Netinho, que estão obstaculizando os empreendimentos da Habitação.

Mas venho aqui não apenas para falar da necessidade de melhorar a gestão da Secretaria e a execução orçamentária da Secretaria, mas para falar de uma coisa importante que é a urbanização de um espaço que é um símbolo do direito à Cidade. Eu me refiro à Favela do Moinho. Às companheiras e companheiros que não conhecem, a Comunidade do Moinho resiste bravamente, no Centro da cidade de São Paulo, e o Prefeito Fernando Haddad, durante a campanha à Prefeitura de São Paulo, prometeu urbanizar; o Secretário, inclusive, visitou a comunidade e, até agora, não houve essa urbanização, não existe o saneamento básico, unidades de saúde, creches, e a Prefeitura está devendo uma resposta clara a essa comunidade que, inclusive recebeu promessas durante a campanha eleitoral de Fernando Haddad. Passados dois anos do Governo, nada mais justo a comunidade estar aqui

questionando o Secretário do porquê da não urbanização até agora.

A segunda questão: vivemos a mais grave crise de falta d'água da história deste país, muito por conta da negligência, da omissão e da incompetência do Governo do Estado de São Paulo e da Sabesp, que é uma empresa mista, que vende ações na Bolsa de Valores de São Paulo e na de Nova Iorque, distribui lucro para os acionistas ao invés de investir na captação da água que deveria abastecer, agora, tranquilamente, as pessoas na cidade de São Paulo. Eu me refiro, agora, então, à Represa Billings, que é um dos mais importantes mananciais da Cidade e, infelizmente, não é usada para abastecimento humano, porque ela é extremamente poluída.

Temos lá uma comunidade grande, liderada pelo Jardim Apurá, que defende o Parque Linear da Pedreira, que é o Parque dos Búfalos, que resiste há mais de 50 anos, e obtivemos a informação do Prefeito Fernando Haddad, do senhor, enfim, de que houve um convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo e com a União para que aquele parque aconteça parcialmente. Ele possui 11 nascentes de água e entendemos - e queremos aqui avisar aos movimentos de moradia – que foi feito já o mapeamento de áreas para que haja construção das necessárias unidades habitacionais, mas não dentro de uma área que possui manancial, que possui nascentes de água. Então, é um absurdo construir prédio num lugar que produz água, durante a maior crise de falta de água de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Concluindo, Daniel.

O SR. DANIEL - Então, o Parque Linear dos Búfalos resiste, a comunidade pobre que mora lá, trabalhadora, não aceita a construção. Inclusive, os movimentos de moradia locais não aceitam a construção lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Concluindo, Daniel.

O SR. DANIEL - E nós queremos, junto com os movimentos de moradia da Cidade, apontar áreas que não prejudiquem a produção de água da Cidade.

É isso aí. O Parque Augusta resiste há 50 anos; o Parque dos Búfalos e a Favela do

Moinho resistem; a revolução somos nós: Parque Augusta sem prédios já! Valeu!

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Só para contribuição de V.Sa.: a Represa Billings contribui, está contribuindo com água para os mananciais. A água da Represa Billings é bombeada para a Represa Guarapiranga, via córrego, que abastece, sim, e será a grande solução de água que traremos para a cidade de São Paulo.

Graça Xavier. Em seguida, Alexandre; em seguida, Roberto, Vera e João, para encerrar. E o Secretário passará a respondê-las em blocos. Facilita, assim, Secretário, as perguntas e respostas.

Insisto que as pessoas formulem por escrito como o companheiro fez: " olha, precisa mudar a verba do Auxílio Aluguel". Nós entendemos também, mas esse é um tema que nós já temos. As pessoas fazem um discurso inflamado. Se não colocarem no papel, nós ficaremos aí meio que em aberto, sem saber o ponto específico que se quer que reclame. Sejam específicos. O Relator vai observar tudo aquilo que vier por escrito, para tentarmos mexer no Orçamento.

O objetivo da audiência pública é tentar, dentro da Peça Orçamentária, dado o pleito, a solicitação dos que aqui contribuem com as sugestões, ver a eventual possível modificação, adequação orçamentária. Mas, para isso, é bom que se faça por escrito para dizer: "olha, o pessoal tal pediu o valor tal para a obra ou serviço tal", senão fica difícil. As pessoas falarem não resolve.

Por favor, querida.

A SRA. GRAÇA XAVIER - Bom dia a todas e a todos. Sou Graça Xavier, sou Coordenadora-Geral da União dos Movimentos de Moradia.

De antemão, fiquei observando toda a audiência e é a primeira vez em minha vida que vejo uma audiência e praticamente foram duas construtoras falando e brigando o tempo todo. Então, gostaria que, na próxima audiência, revissem esse das construtoras aqui na audiência pública que está tratando de um orçamento do Município de São Paulo e não de

duas construtoras em si. Essa é a primeira orientação que eu gostaria de deixar bem explícito para todos e todas.

A segunda coisa é com relação à apresentação que trata de urbanização e regularização de favelas, que está na parte do Heliópolis, que eu não consegui entender, que ficou... não ficou bem confuso, porque na parte do Heliópolis é uma coisa, aí depois tem um parque linear que é Parque Bristol, Jardim São Savério e Vila Liviero, que não ficou claro (ininteligível) São Pedro/Liviera, virou uma "mistureba" que a gente não conseguia ter claro aonde vão ser destinados esses recursos. Essa é uma questão.

A outra é com o próprio recurso que está destinado para novas unidades habitacionais, chega a 4,5 mil, se eu entendi direito a apresentação que está aqui. Só a União dos Movimentos de Moradia já está aprovado para a gente começar 4,9 mil unidades. Então eu gostaria de saber se vai esse orçamento. Pedir também para os vereadores que estão aqui olhar essa peça orçamentária e ter todo esse cuidado, porque, assim, não condiz a quantidade de projetos aprovados para a quantidade de recurso que está sendo pedida. Essa é a terceira questão.

A quarta questão é com relação aos conjuntos habitacionais que já existem hoje. Então são várias pessoas morando. Netinho sabe muito bem disso, que vem de Cohab, e aí tem que ter um olhar diferenciado. Eu falo no papel de quem vem e para quem vem, então tem que ter esse olhar diferenciado, porque vários conjuntos que estão hoje, estão construídos e totalmente abandonados, porque as próprias famílias que estão pagando e tudo não têm condições de reformar, de pintar as construções, então o pós-ocupar ou pós-morar também têm que ter recurso para fazer todos esses reparos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Alexandre.

O SR. ALEXANDRE – Bom dia a todos e todas. Bom dia à Mesa. Bom, eu quero aqui ressaltar que é muito bacana falar de muito número, são valores altos, mas aqui a gente

tem que ressaltar pessoas e também uma localidade específica, que é o centro de São Paulo, que está abandonado, jogado aos ratos, baratas, pragas; não querendo discriminar, também aos dependentes químicos, que também precisam de um apoio muito grande do equipamento do Estado.

Mas, basicamente, moradia é o principal na vida de qualquer família, de qualquer pessoa. E por que é que nós vamos iniciar milhares de obras, sendo que na cidade de São Paulo tem milhares de imóveis abandonados, completamente abandonados pela especulação imobiliária. (Palmas)

Outra coisa: nós estamos vendo crescer em número desordenado milhares de habitações no mesmo centro de São Paulo onde nós temos esse abandono completo. São prédios, prédios e prédios. E quem vai comprar isso? A população de baixa renda? Não tem meio milhão, 800 mil, 1,5 milhão para pagar num imóvel, não. E todos os imóveis que estão abandonados, eles vão continuar abandonados? Vão se juntar a mais outros que estão sendo construídos, obtidos pelos especuladores.

Então eu venho dar um alerta muito grande para a gente rever essa situação. Acho bacana, vamos construir unidade na periferia, vamos recuperar córregos, vamos urbanizar, vamos criar condição de vida para o bairro, mas e o Centro? Fica a minha questão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – (Fora do microfone) - Roberto, em seguida a Vera, o João, (ininteligível) o Secretário passará a responder.

O SR. ROBERTO – Bom dia a todos os senhores. Bom dia, senhoras. Cumprimento a Mesa. Meu nome é Roberto, sou representante do UFC 3 Co Combate, situado na Estrada Velha de Itaquera, ao lado do Itaquerão. É uma favela que está com um canteiro de obras, com placas avisando vai haver grandes obras. O projeto nosso chama FNFVNV(?), Formados na Favela Você Nasceu. Eu gostaria de fazer uma pergunta aos nossos excelentíssimos vereadores e ao representante aqui, o Secretário da Habitação: o que vai acontecer com os moradores daquela região?

Porque existem muito prédios que a Cohab termina, como teve no ano retrasado e no passado, que houve as ocupações, que estavam prédios da Caixa, da Cohab abandonados, aí a população menos favorecida invadiu, porque precisando de moradia, invadiu. Aí teve todo aquele rebuliço, o povo teve que sair.

Eu e meus seis filhos e minha esposa participamos dessa ocupação, porque eu moro num barraco dentro da favela, sou líder da comunidade e estou há 10 anos, eu e minha mulher, inscrito no cadastro do CDHU, Cohab, Minha Casa Minha Vida, e nunca sai moradia para nós. Eu gostaria de saber dos representantes o que vai acontecer com nós lá, situada em frente à Praça Francisco Daniel Lopes, em frente ao canteiro de obras, se nós vamos ter acesso à moradia ou nós vamos para o auxílio-aluguel. Eu gostaria muito.

E ao nosso amigo, ao nosso Vereador Netinho, que o povo aguarda a visita dele até hoje lá, eu as crianças do UFC aguardamos nosso irmão ir lá conhecer o nosso projeto.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sra. Vera Lúcia.

A SRA. VERA LÚCIA – Bom dia a todos. Meu nome é Vera, faço parte da coordenação do Movimento de Moradia. Queria fazer uma pergunta para o Secretário de Habitação Floriano como que está destinada a desapropriação dos prédios na área central. Também queria saber do orçamento, porque o Movimento fica preocupado com as áreas centrais, e para estar dando (*sic*) a resposta dessas propostas de desapropriação (*sic*), que eram 39 prédios para desapropriar e até agora a gente não tem nenhuma solução, nenhuma resposta. A gente queria saber como que está esse desenvolvimento frente a essa desapropriação na nossa área central. E também a gente queria saber como é que está a parte de verbas para estar entrando nesse desapropriação (*sic*). Também o Movimento agradece mais audiência pública na Habitação com os assuntos que interessam a esse Movimento. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – João.

O SR. JOÃO – Exmo. Sr. Secretário, Exmos. Srs. Vereadores, senhoras e senhores, companheiros do movimento social, aqui estamos nós. Sou o professor João Cassiano de Oliveira, represento a FACESP, Federação de Associações Comunitárias do Estado de São Paulo e sou diretor presidente da Universidade Aberta dos Idosos Autônoma do Estado de São Paulo.

Apreciamos com muita alegria e satisfação a participação, hoje, da comunidade, porque estamos vendo que aqueles anos de chumbo passaram. Hoje nos sentimos felizes quando homens simples do campo, ou dos povos jovens – não das favelas -, dos povos jovens que estão nascendo mudam a concepção, que já foi mudada a nível (*sic*) internacional, vêm aqui e faz uso da palavra, num diálogo permanente com autoridades que estão manejando um aspecto importante.

Observei algumas contradições no manejo e na administração do projeto orçamentário. Existe uma enorme quantidade para ser aplicada e outra que não se justificou, foi muito pouca. E venho mais bem preocupado com esse manejo dessa contradição, dessa contradição de ordem econômica que existe nessa peça orçamentária. Como vamos sair dessa contradição, desse problema que se está tratando? Para onde vamos caminhar? Porque o mais importante para os Srs. Vereadores... Vereador vem de vereança. Vereadores vigiam e devem vigiar. Nesse caso nós nos preocupamos com a administração econômica e com o que concerne à utilização das empreiteiras, o trato econômico ali que pode existir, em base a escândalos que tivemos visto e não queremos que isso seja aqui em São Paulo.

Outro ponto é realmente apoiar e dizer aqui, publicamente, a todos, que Mario Berti Junior, um dos grandes prefeitos da cidade de Washington, transformou 1,5 milhão de edifícios abandonados e incendiados com uma readequação para moradias dignas de cidadãos imigrantes e norte-americanos. Isso, por que não fazemos aqui em São Paulo, que existe, existe isso?

O nome está aqui. O manejo do fundo de habitação, o manejo do saneamento

ambiental, a Secretaria do Verde, vários aspectos aqui dentro. Tudo isso nós temos que discutir e levar conosco uma solução, uma observação importantíssima. Por essa razão queremos agradecer este momento que estamos aqui presentes e pedir, isso sim, o melhor trato aos moradores de rua, aos moradores de ocupações, especialmente, que ali para os idosos, para todos os projetos que saiam de construção civil, todos os projetos. Recordemos que nós temos uma lei muito clara sobre como deve ser a ocupação para os idosos.

E peço também aos integrantes dos movimentos que têm ocupações que tratem bem os seus idosos, porque nós temos aí na Universidade algumas observações no sentido de que fazendo eles trabalharem e estão colocando no quarto andar, no sétimo andar, no oitavo andar. E, por favor, considerem que hoje vocês são cidadãos, amanhã serão idosos e idosas.

Um abraço a todos e vamos seguir com esse trabalho que é muito importante, porque estamos buscando justamente desentranhar burocracia existente basicamente dentro da Caixa Econômica, com as empreiteiras, o tempo, o trato, e isso demora muito. Um abraço a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Secretário, para as respostas aos presentes que formularam. Se o senhor quiser se cercar do presidente da Cohab, da equipe inteira, fique à vontade. O importante é a resposta.

O SR. JOSÉ FLORIANO – Se o problema for de uma parte ou de outra, eu chamo o técnico para ajudar nas respostas. Mas é importante a gente começar dizendo, nesses dois anos, para que a gente está aqui. Acho que talvez haja uma falta grande de comunicação entre o que a Secretaria da Habitação faz e os municípios, coisa que a gente vai procurar estreitar daqui para frente num relacionamento um pouco mais direto com as subprefeituras, que vão ser realmente os canais adequados para essa ligação com os municípios.

Quando nós assumimos a Secretaria, há quase dois anos atrás (*sic*), o programa habitacional da cidade de São Paulo era muito baixo, era muito pequeno, e ele era pautado exclusivamente em receitas municipais, ele não ia para o Minha Casa Minha Vida, ele não

tinha esse objetivo na época. O que se fazia era o programa do PAC, mas que na época era liderado pelo Governo do Estado de São Paulo.

Aí nós assumimos e verificamos que a necessidade de São Paulo, principalmente, era a questão de terrenos. Como é que nós vamos fazer para viabilizar um programa habitacional onde os terrenos são muito caros? Aí foi que nós chegamos para o Prefeito Haddad e pedimos 300 milhões de reais para a gente desapropriar terrenos na cidade de São Paulo, coisa que a gente já está numa fase final de gastos desse recurso. No ano passado, 2013, gastamos 85 milhões, neste ano já gastamos uns 128 milhões e temos um pouco para gastar até o final do ano; e no ano que vem, com certeza, nós vamos terminar esses 300 milhões de reais, que é para dar vida ao programa das 55 mil unidades. Esse foi o primeiro objetivo, que a gente está conseguindo realizar.

O segundo objetivo foi: mas por que tudo passa pelo Município para a gente poder viabilizar esse programa? Por que a iniciativa privada não chega com projetos, com programas e com empreendimentos dentro do Minha Casa Minha Vida? Essa análise também foi fácil de fazer e nós vimos que não fechava a conta. O que se tinha até então eram 76 mil reais do programa Minha Casa Minha Vida e o aporte do Casa Paulista, do Governo do Estado, de 20 mil reais. Então, com 96 mil, para o empresário comprar o terreno, fazer a obra, fazer a infraestrutura, ele não conseguia inviabilizar e ninguém estava viabilizando esse tipo de obra dentro da cidade de São Paulo.

Foi quando também levamos para o Prefeito Haddad a ideia de nós fazermos o Minha Casa Paulista, que virou lei e é um aporte de até 20 mil reais que nós vamos poder fazer - e já fizemos agora na semana passada, foi o primeiro empreendimento que nós assinamos – para conseguir a empresa privada viabilizar os empreendimentos e trazer para nós os projetos e construção de unidades habitacionais.

Aí foi que isso destravou o mercado. Só com essas informações, hoje nós temos, da iniciativa privada, mais de 32 mil unidades habitacionais na Secretaria de Licenciamento.

Isso foi coisa de começo do ano para cá, quando a lei do Minha Casa Paulistana foi aprovada, e foi agora na metade do ano, e depois também com o apoio do Plano Diretor. Edilson, que participou de todo o trabalho e viu que nós demos uma preferência muito grande na habitação social, e isso foi contemplado dentro do Plano Diretor. Nós conseguimos, então, ter essa participação do privado dentro do programa habitacional São Paulo.

E os números não mentem o que nós estamos falando. Hoje nós temos, em obras concluídas, 3.358 unidades habitacionais, desde o início do ano passado até agora. Estamos em obras, com praticamente 16 mil unidades em obras. E nós estamos, com projetos para iniciar obras que já estão em fase final de aprovação dentro da Secretaria de Licenciamento 54 mil unidades habitacionais. Dessas 54 mil unidades habitacionais 25 mil vão atender à faixa dois. Ou seja, as famílias que ganham de 1.600 até 4 mil e poucos reais. Também está tendo o apoio da Secretaria da Habitação.

Além disso, temos terrenos em desapropriação, mais 17 mil que vão gerar mais 17 mil unidades. E mais 12 mil unidades que estão sendo feitas em projeto. Total de 102 mil unidades habitacionais. Hoje estamos viabilizando 102 mil unidades habitacionais que, com bastante esforço, acredito que vamos estar em obras até final de 2016 de, pelo menos, 70, 80 mil unidades habitacionais. E estamos lutando bastante para que as 55 mil unidades – que é a meta do programa – consigamos entregar até o final de 2016.

Então acho que isso contempla uma questão feita pelo Fábio sobre essa situação. Acontece que no site da Secretaria de Planejamento, eles colocam o percentual de executado apenas o que se entregou as chaves e não contempla todos os outros problemas que temos até chegar à entrega das chaves. Já pedi para a Secretaria de Planejamento fazer uma tabela mais escalonada, em que fossem dados percentuais para terrenos desapropriados, obras em andamento outro percentual, enfim, para que a população possa enxergar melhor o que está acontecendo com relação ao desempenho dessas metas do programa habitacional.

A questão da nomenclatura dos bairros Iguapeá e Minas Gás, vou pedir para o

nosso pessoal verificar. Está correta?

(NÃO IDENTIFICADO) – As informações estão corretas. O Iguape A, na Cidade Líder, é Distrito de Itaquera. E o Minas Gás fica junto à Marginal, no Distrito de Casa Verde. As informações estão absolutamente corretas.

- Manifestação fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) – No empreendimento Minas Gás, há dois meses, foram entregues 100 unidades. E fica no Distrito Casa Verde.

O SR. SECRETÁRIO – Outra questão foi sobre a regularização fundiária. Acho que há muita dúvida a esse respeito. Vou pedir para a Ana Lúcia Sartoretto, nossa Coordenadora de Regularização Fundiária para fazer um apanhado geral que vai responder muitas perguntas que foram levantadas aqui.

Então vou pedir para a Ana Lúcia colocar o panorama, como está a regularização fundiária tanto na parte de Secretaria da Habitação, e a parte de Cohab se houver alguma coisa para completar informações com relação a Cohab, por favor.

A SRA. ANA LÚCIA SARTORETTO – Boa tarde a todos. Quanto à questão da regularização fundiária, a meta para os quatro anos desta gestão é de 200 mil famílias serem beneficiadas.

A evolução do trabalho tem sido feita com o nosso acompanhamento. Incluímos nessa área não só a parte de áreas públicas, também áreas particulares e empreendimentos sendo beneficiadas nessas 200 mil regularizações, atendendo a 200 mil famílias.

Chamamos de áreas públicas aqueles núcleos urbanizados que já receberam ou estão em fase de finalização de obras de urbanização. Então estamos aguardando para poder dar a concessão de direito real de uso ou o direito real de moradia.

Nas áreas particulares são loteamentos feitos por particulares. E temos várias frentes de trabalho desenvolvidas aí, alguém abordou a demarcação urbanística. Estamos fazendo essa demarcação em 10 áreas e isso depende da atuação dos registros de imóveis

também.

Essas demarcações não dependem só da municipalidade. Nós vamos, constatamos a área, fazemos uma planta e levamos ao cartório. Então é uma atuação conjunta com o cartório de registro de imóveis. E esse é um dos trabalhos de regularização fundiária, não só a demarcação urbanística, como a averbação, registro da regularização nos registros de imóveis, bem como a abertura de matrículas para as áreas públicas.

Além de tudo, estamos com vários subprograminhas para aquelas áreas que já sofreram intervenção da municipalidade, para tentarmos resolver a questão registraria de abertura de matrícula ou então solução via usucapião.

Esse é um problema muito grande na cidade de São Paulo. Não há uma solução que tenha sido adequada, porque as varas de registro público estão muito congestionadas com a questão da usucapião. Hoje há por volta de 23 mil ações de usucapião em andamento nas varas e esse congestionamento se traduz na demora da solução para a usucapião, nós temos entrado em entendimentos para buscar uma solução para que o registro seja feito através do depósito de nossas plantas nos cartórios de registro de imóveis, para que isso subsidie uma agilidade maior nas ações de usucapião.

Outra frente em que estamos trabalhando é a do artigo 71. Dentro da lei federal que foi promulgada em 2009, é um artigo que fala que os loteamentos anteriores a 1979 poderão ser levados a registro. Estamos trabalhando nisso porque ainda hoje temos um passivo dentro da Secretaria de 500 loteamentos nessa situação. É para resolver e finalizar todas essas áreas.

Então hoje temos um trabalho muito amplo, muito aberto nisso. Agora, o que tem de ficar claro é que não é um trabalho que dependa só da atuação da Secretaria. Depende da atuação da Secretaria produzindo todo um material técnico, fazendo todo o levantamento da situação, mas também dos registros de imóveis, que hoje são 18 na Capital. E infelizmente a conscientização da irregularidade se dá principalmente em algumas áreas em que há dois ou

três registros de imóveis que atuam. Por exemplo, na zona Leste os cartórios atuantes são o 7º e o 9º.

Então estamos trabalhando praticamente com seis demarcações no 9º Registro de Imóveis, uma área muito grande, que é o 1º de Outubro – não sei se vocês conhecem -, é uma área que quando entramos a nossa expectativa lá era de encontrar 1.700 famílias. Quando cadastramos tinham duas mil, trezentas e poucas famílias.

Ou seja, um acréscimo e isso tem uma atuação nossa na identificação. Um trabalho que é coordenado com uma empresa que nos dá suporte porque temos de levantar todos os moradores, qualificá-los para podermos dar um documento que se chama legitimação de posse. E esse documento é levado ao registro de imóveis e depois de cinco anos esse é o documento de propriedade do lote ocupado. É uma substituição da usucapião. O morador não tem de fazer, mas isso tudo é muito trabalhoso.

Por exemplo, a primeira vez que entramos nesse loteamento conseguimos a adesão de 400 famílias. Por mais que trabalhássemos lá não havia o acesso. Aí voltamos, explicamos novamente e ficamos conversando para que eles entendessem a importância de nos fornecer. Aí a lei exige que sejam entregues alguns documentos como certidão de casamento, certidão de nascimento para que tenhamos certeza que ao declarar ser solteiro isso esteja na certidão de nascimento. E muitas vezes esses documentos não estão em São Paulo. Aí vem o documento. É preciso solicitar e damos todo esse apoio buscando num Cartório que fica no Bairro da Liberdade, para reconhecimento de firma e tudo mais.

Então é um trabalho extenso, enorme e que a lei não mostra. A lei fala: hoje vamos fazer a demarcação, mas o trabalho que envolve, o número de pessoas envolvidas e o tipo de necessidade de trabalho é imenso. Estamos perseguindo essa meta, 200 mil famílias estão colocadas e hoje podemos dizer que estamos trabalhando para sejam entregues em torno de 60, 70 mil entre 2013 e 2014.

E tudo vai depender da atuação não só nossa, como do cartório, como demais

órgãos municipais que licenciam, como a Secretaria do Verde, precisamos do licenciamento deles e do Cidade Legal, que é um programa do Estado e também precisamos da atuação de um órgão de SJ, para levar também a registro essas plantas junto aos registros de imóveis.

Então há um envolvimento da municipalidade imenso aqui. E é isso que temos. Não é um trabalho que se possa quantificar naquele momento: comecei, está pronto. Não. É comecei e estou desenvolvendo. Isso eu acompanho de perto. Temos ido diariamente a todos os cartórios. Temos tido as portas abertas, eles estão muito interessados em resolver porque sabem da situação, mas são problemas que encontramos, às vezes burocráticos, às vezes de documentos que a gente não pode se furtar de exigir, de levar ao cartório, a gente tem que levar. Então é isso. Mas o andamento está dentro do previsto, estamos dentro da meta estabelecida. E assim, se for necessário, podemos abrir todos os programas que estão dentro da regularização fundiária para mostrar o andamento e como vai ser previsto, até o final do ano, o seu fechamento.

Acho que é isso.

(Palmas)

O SR. FLORIANO MARQUES – Continuando, falta uma observação para terminar a parte do Fábio, que é em relação à Favela da Paz, em Itaquera. A favela foi cadastrada e vai para o empreendimento São Sebastião, que é ali perto, que foi invadido e ocupado o ano passado, demorou muito a reintegração de posse, mas foi conseguida. A Caixa Federal avaliou os problemas advindos da reintegração, quebraram muita coisa, danificaram o imóvel, mas as obras estão em andamento com previsão de março/abril ser entregue e atender à demanda da Favela da Paz.

A segunda foi a Carmem, que me entregou um documento, falou sobre o Aluguel Social. Essa questão do Aluguel Social também me incomoda muito, demais. Hoje, são 28 mil e poucas famílias cadastradas no Habisp e que recebem aluguel social. Como foi dito, alguns recebem 300 reais; e algumas 400 reais, quando ficam dentro da Operação Urbana. Mas tenho

o compromisso de até o final deste ano vai sair no *site* da Secretaria da Habitação, no Habisp onde todas essas famílias vão morar, atendendo a critérios do Ministério das Cidades e aos critérios que foram aprovados no Conselho Municipal da Habitação agora, recentemente. Todas essas famílias são provenientes de áreas de risco ou de alta vulnerabilidade social. Todas as 28 mil famílias vão ser indicadas no *site* da Secretaria aonde elas vão morar, em que empreendimento vão morar. Esse é um grande passo dentro do programa de metas do Prefeito Haddad, e vamos conseguir zerar a questão do Aluguel Social. Em contrapartida, ainda existe o problema porque as obras demoram, um ano, um ano e meio, dois anos para serem concluídas e temos de continuar pagando o Aluguel Social.

Tenho feito grande esforço junto as Secretarias de Finanças e Planejamento para conseguir um pouco mais de recursos, e como foi explicado desde o início da audiência, a questão orçamentária do Município de São Paulo é bastante grave, é difícil. O que se tem em mente é que, por enquanto, nós não temos recursos orçamentários para aumentar o valor do Aluguel Social. A minha luta é que devagarzinho, a partir do começo do ano que vem, em função das unidades que estamos entregando, quase todo mês, daqui para frente, vamos entregar unidades habitacionais, que vão contemplar as famílias que estão no Aluguel Social, vai desafogando a conta e vai liberando recursos para eu fazer um trabalho junto à Secretaria do Planejamento e de Finanças para, pelo menos, conseguir atingir o objetivo de 500 e poucos reais, essa é a pretensão que vai passar pelo Conselho Municipal. Mas hoje não tem orçamento. A minha promessa fica no sentido de que a gente está lutando muito para que esse valor aumente para o ano que vem.

A questão dos terrenos da Luiz Migliano e João Caiaffa já está dentro da Secretaria de Planejamento o nosso pedido para a liberação de recursos para, até no final deste ano, a gente faça o pagamento da desapropriação.

A Ivanisa citou um assunto importante para a gente comentar, sobre a infraestrutura não incidente. Ciente desse problema que a maioria dos parcelamentos de solo onde

ultrapassa o número de 200-300 unidades, que é fazer um conjunto um pouco maior, sempre se tem problema junto à Caixa Federal de que os serviços não incidentes, ou seja, aquela rede de água, de esgoto, que precisa chegar para alimentar aquele empreendimento, ou aquele asfalto que precisa fazer numa determinada rua, para melhorar o sistema viário e dar acesso ao empreendimento, o Programa Minha Casa Minha Vida não contempla, ele não paga esses serviços.

Cientes dessa situação, colocamos na lei do Minha Casa Paulistana, que é o aporte de recursos, a possibilidade de contemplar a infra não incidente dentro de todos os empreendimentos da cidade de São Paulo.

Tudo o que estiver acontecendo nesse sentido, tanto da iniciativa privada, como da municipal, onde estamos desapropriando e os terrenos passando para a Cohab que está fazendo o chamamento para escolher as construtoras que vão desenvolver essas obras, o que tiver de não incidente, vai ser contemplado pelo Programa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLORIANO MARQUES - Para as entidades também, da mesma forma. Tudo igual. Inclusive a gente está afinando com as entidades. Temos a promessa que já está bem definida das 11-12 mil unidades que vamos passar terrenos desapropriados para as entidades e também estamos dando aporte técnico para os projetos que as entidades trazem, para conseguir agilizar as aprovações junto à Secretaria de Licenciamento.

Da mesma forma como estamos fazendo esse esforço para aprovar os projetos da iniciativa privada, também fazemos para o programa entidades.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLORIANO MARQUES – Infra não incidente para qualquer programa, projeto ou empreendimento que chegue, o infra não incidente vai ser contemplado com recurso do Minha Casa Paulistana.

A Denise estava falando sobre a questão da assessoria técnica, as entidades no

âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida tem uma previsão de 500 mil reais, no Orçamento. Está previsto isso.

O SR. RICARDO NUNES - Deixa terminar os que se inscreveram.

O SR. FLORIANO MARQUES – Termina todo mundo, depois atendo você.

O SR. RICARDO NUNES - Os Vereadores têm que fazer perguntas. Por favor, Secretário.

O SR. FLORIANO MARQUES – O Laerte Brasil, a relação de quantas famílias, a questão da regularização das favelas, eu acho que está contemplado com a Ana Lúcia, que já fez a explicação.

Edílson sobre o Plano Diretor, regularização fundiária, está explicado o trabalho como está sendo feito. A questão dos conjuntos do Funaps, talvez mereça alguma observação por parte da Cohab. Quero ver se o João Abukater quer fazer alguma explicação.

O SR. JOÃO ABUKATER – Quando a Prefeitura regulariza e passa através de lei, que é aprovada por esta casa para a Cohab, o passo seguinte é fazer o processo de tirar VCB das edificações, depois sai a regulamentação. Esse é o procedimento, isso vem sendo feito dentro de uma rotina, a velocidade disso depende naturalmente da velocidade de regularização e depois de ter recursos para poder fazer as obras. É isso que vem sendo feito.

O SR. FLORIANO MARQUES - Outra questão levantada pelo Edilson é com relação à moradia social, a questão basicamente da locação social, se foi isso que eu entendi também. Esse programa locação social estou retomando ele com bastante força, criei já um grupo de trabalho que está tentando delinear as regras de uma nova política de habitação que vamos adotar ainda dentro da gestão do Prefeito Haddad.

A ideia é desapropriarmos os prédios do Centro, principalmente, fazer a remodelação, revitalização e com a Secretaria de Assistência Social fazer a gestão. Queríamos ficar mais focados na questão habitacional. A gestão condominial e tudo estamos fazendo, é um trabalho com a Secretaria de Assistência Social e por isso vamos demorar ainda alguns

meses para fechar essa política como um grande programa do Prefeito Haddad. Temos muitos prédios que estamos desapropriando um deles a gente acabou de pagar agora no mês passado e conversando com o Prefeito muito provavelmente vamos torná-lo uma locação social.

Dos 39 prédios do Centro da Cidade que estamos analisando através da equipe da Cohab a maioria deles estão sendo viabilizados o que significa que o pagamento da desapropriação, mais os custos que envolvem as obras de revitalização, aquilo que chegar até 200 mil reais estamos aprovando junto a Cohab e estamos conseguindo recursos para finalizar a desapropriação porque vamos colocar esses prédios ou dentro da PPP do Estado, que é o convênio que foi firmado entre a Prefeitura e o Governo do Alckmin, onde vão ter 14 mil unidades dentro do centro expandido de São Paulo e podemos dar esses prédios como contrapartida municipal para participar da PPP do Estado ou vamos fazer por conta própria.

A questão do Parceria Social vai ser colocada no Conselho Municipal de Habitação como eu expliquei há falta de recursos já foi respondida essa questão. Informação sobre os programas de urbanização de favelas (palavras ininteligíveis) ter uma informação para fazer que ele que comanda esse planejamento.

O SR. _____ - Da parte de urbanização de favela nós temos cerca de 15 favelas em andamento entre elas as maiores são Heliópolis, Paraisópolis e São Francisco, que são de conhecimento de todos. Na questão de Paraisópolis estamos concluindo um contrato em meados do ano que vem, que vai concluir o córrego Colombo, o pavilhão social já foi entregue, obras de equipamentos sociais importantes como o Centro de Triagem e o Pavilhão Social e a preparação de toda a área do grotão lá para receber a escola de música, que também vai ser um grande projeto para a região.

Paralelamente a isso estamos providenciando a licitação do córrego Antonico com recursos do PAC que já foram liberados e essa licitação vai acontecer em dezembro ou no começo do ano que vem para início ainda o ano que vem das obras do Antonico e com isso

fechar a urbanização de Paraisópolis em definitivo. Quanto a Heliópolis, o córrego do Gaivotas agora houve (palavras ininteligíveis) a obra foi retomada, ela andou paralisada por problemas contratuais com a empresa, a questão dos edifícios da Sabesp é o mesmo contrato que foi retomado agora, quem for lá agora vai ver que as obras estão sendo agilizadas.

No caso do Sabesp 2 era um convênio com o CDHU, conseguimos os aditivos do convênio de 840 unidades para 1200 unidades, esse convênio foi assinado o mês passado com o Governador e as obras já estão num ritmo melhor, a gente deve concluir essas unidades até final de 2016. São todas as unidades que vão atender as famílias que estão em Heliópolis.

Também foi viabilizado em Heliópolis o terreno da Petrobrás e vão ser viabilizadas quase cinco mil unidades e com isso destravar as obras restantes que faltam em Heliópolis, que são dois ou três núcleos que falta fazer e o esgotamento, mas qualquer intervenção em Heliópolis tem de retirar muitas famílias e isso implicaria em por mais gente em aluguel.

Então, estamos viabilizando essas unidades para entrar definitivamente nesses núcleos, fazer o esgotamento e entregar à organização de Heliópolis também, coisa de mais dois ou três anos estará concluído completamente. De qualquer jeito as obras estão andando.

Outras obras como, por exemplo, o Sapé está sendo concluída no ano que vem, o Vila da Paz em 2016, a obra do (palavra ininteligível) em 2016, tem várias obras de urbanização que estão andando e esperamos, além dessas obras que estão andando, iniciar o programa Renova SP e os projetos estão na fase final de desenvolvimento da primeira etapa, que será licitada no início do ano que vem com obras previstas para final de 2015 o início de parte das obras do Renova. Só o Renova deve beneficiar na primeira etapa cerca de 20 mil famílias. Então, acreditamos que essa meta do Prefeito Haddad também vai ser cumprida de 70 mil famílias beneficiadas com obras de urbanização de favelas.

O SR. FLORIANO MARQUES – A questão do Daniel da favela do Moinho, no ano passado, estive lá, e tentamos fazer uma agenda positiva junto a Sabesp e Eletropaulo para fazer as obras de melhorias mínimas necessárias que são muito emergenciais de

saneamento e energização. Tiveram muitas dificuldades e a Sabesp não conseguiu trabalhar porque teria de demolir alguns barracos para fazer uma linha de esgoto de uma forma adequada e a Eletropaulo também teve muita dificuldade. Isso foi passado para a comunidade e falei que enquanto não recebesse um documento da comunidade liberando o acesso dessas concessionárias para trabalhar dentro da favela do Moinho não teríamos como agir mais.

Esse documento chegou a menos de um mês, com a chegada desse documento, na semana passada já protocolei e falei pessoalmente com o Paulo Massato, que é Vice-Diretor da Sabesp e que vai fazer gestões rapidamente para conseguir iniciar os trabalhos de saneamento mínimos para a favela.

Também protocolei um documento na Eletropaulo pedindo que novamente pudessem os técnicos fazer uma nova avaliação e tentar atender a demanda da favela. O Parque da Pedreira é onde vai sair um empreendimento que foi assinado 3860 unidades habitacionais numa grande área que foi comprada pela iniciativa privada dentro dessa grande área eles separaram o local onde dava para construir unidades habitacionais. Então, a iniciativa privada passou por todos os processos de aprovação de Cetesb: recursos naturais, dentro da Secretaria de licenciamento da Prefeitura, dentro do Graprohab, que é o órgão do Estado e conseguiu aprovar o projeto para construir essas unidades.

Como está dentro das áreas de mananciais, vai atender a demanda do PAC, ou seja, são as famílias que estão recebendo aluguel social e foram retiradas de frente de obras, pelas obras do PAC de mananciais e que vão ser contempladas com esses apartamentos.

A empresa se chama Encampe, algo assim, é uma construtora muito boa e correta, tem feito boas obras no Brasil todo. Eles compraram a área.

A Graça... a questão de urbanização de favelas de Heliópolis, acho que o Tibiriça respondeu a sua questão, né?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. _____ - O que aparece lá como São Pedro Olivieiro é um

contrato que está assinado com a Secretaria, mas essa obra não foi iniciada ainda por conta que consta dentro do perímetro do Renova SP, que os projetos estão tratando da bacia como um todo do perímetro meninos, então, não estamos iniciando nenhuma ação sem que todo o conjunto da bacia seja analisado. Existe um contrato para a urbanização dessas duas favelas, mas que pode ser eventualmente jogado para uma nova licitação dentro do perímetro meninos como um todo.

Na época era uma emergência atuar nessa área por conta das inundações e tudo o mais, mas isso está dependendo do projeto perímetro meninos que ainda está em elaboração. Acho que mais dois ou três meses a gente tem uma decisão sobre iniciar imediatamente essa obra ou aguardar a licitação do Renova, que também vai acontecer no começo do ano que vem.

O SR. FLORIANO MARQUES - O Alexandre falou sobre a questão do Centro de São Paulo. O Centro de São Paulo é isso que a gente tem feito, nós temos 39 prédios na mira de desapropriação, já desapropriamos vários deles, já temos emissão na posse de vários deles e nós estamos fazendo um programa tanto dentro da Cohab, que vai soltar o chamamento para a revitalização dos prédios, como também a participação ativa do município de São Paulo na PPP do Estado e uma das contrapartidas do município vai ser desapropriar o prédio e passar para a PPP do Centro.

Isso também somado com a lei de IPTU progressivo vai facilitar muito a questão de solucionar esse grande problema que é a falta de uso desses prédios no Centro de São Paulo e que dá margem a um Centro complicado, feio, mal habitado e em lugares fantásticos onde as pessoas poderiam estar morando e morando bem e perto de serviços, transporte público e daria um alento para essas famílias nesse sentido, não só as famílias de baixa renda...as de média renda vão morar, nós temos o compromisso que 25% do número de unidades revitalizadas vamos destinar para baixa renda até 1600 reais nem que para isso tenha que ter o subsídio do município de São Paulo no aporte de recursos. Essa política está sendo feita e é

um objetivo forte para 2015.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, uma regra do debate, nós fazemos as perguntas, o senhor responde. Com todo o respeito que tenho ao público, o senhor responde diretamente, porque o mesmo direito de o senhor assistir a um, terá de assistir a todos e não dispomos desse tempo.

R – Então deixa para o final. Está bem. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu prefiro que o senhor responda... Tenho respeito por todos aqui presentes, mas só para ordenarmos o debate. Os outros presentes se sentirão prejudicados. Se o senhor debate com um e não com outro, gostaria até de dispor desse tempo, mas infelizmente não temos. Tenho outras secretarias...

R – Qualquer coisa eu coloco a Secretaria à disposição também dessas pessoas que queiram...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Isso. O senhor pode até recebê-las.

R - Ser recebidas por mim pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Isso. O senhor pode recebê-los lá e esclarecer pessoalmente.

R – É só marcar e agendar. Eu recebo todos vocês.

Agora vou falar sobre a questão do Roberto. Roberto, qual é o endereço dessa favela?

- Manifestação fora do microfone.

R – Está sabendo, Márcia Terlizzi, minha equipe, Ricardinho. Está sabendo desse caso?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, vamos otimizar.

R – Posso responder depois.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor pode recebê-los ou a sua assessoria fazer contato. Vamos otimizar.

R – Márcia, pegue o telefone dele e resolva.

A Vera, desapropriação dos prédios do Centro, acho que já está respondido com as outras perguntas que foram feitas.

E por final, o João, também sobre a ocupação do Centro e melhor tratamento aos moradores de rua e idosos. Isso, João, é uma coisa fundamental, tanto dos critérios federais, atender prioritariamente aos idosos, como agora dentro do Conselho foi reafirmado, dentro dos critérios municipais o atendimento ao idoso no programa habitacional, bem como morador de rua também vai ter essa oportunidade, moradores de cortiço, enfim, várias outras exceções de famílias que tem muita vulnerabilidade. Então isso vai ser atendido dentro do nosso programa habitacional com certeza.

Espero ter atendido a maioria. Se houver alguma dúvida, por favor, a Márcia Terlizzi vai receber as pessoas conforme o Presidente orientou. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É porque dá tempo de esclarecer com detalhes com a assessoria que está presente.

Nesse momento, passo às indagações que caberiam ao Relator do Orçamento, mas ele deu a fala por três minutos ao Vereador Dalton Silvano, que deseja formular uma questão. Em seguida, o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. DALTON SILVANO – Quero cumprimentar o Presidente Milton Leite, demais Vereadores, o Secretário Floriano, João Bucater, a quem conheço há muito tempo. Vou ser breve, agradeço ao Relator ter me passado a palavra.

Quando começou a audiência pública eu tinha uma pergunta, agora tenho 10, mas vou resumir.

A primeira questão - quero endossar as palavras do Secretário -, há uma coisa no Governo que é de fundamental importância: os projetos não podem sofrer solução de continuidade. Ou seja, de um Governo para o outro parar. Vemos que o Governo não tem recurso, a Secretaria não tem recurso. Então há um projeto que quero colocar na pauta, já pedi

audiência com o Secretário, que é o seguinte: tem de se tomar uma decisão com relação aos terrenos ocupados, com relação às associações que ocupam os terrenos, a parte comercial que ocupa os terrenos, as igrejas que ocupam os terrenos.

No passado havia uma proposta de se fazer uma licitação. Já que se precisa de dinheiro e a Cohab não consegue controlar todo o seu patrimônio, todos os seus imóveis, no meu entendimento aquelas associações que não tem a TPU, tem de receber a TPU, porque em determinado momento a Cohab não deu mais TPU, por causa de irregularidades que existiam em alguns casos.

Então tem de se resolver. Sou contra essa questão de passar os terrenos da Cohab para a Prefeitura de outros municípios. Tem de se tomar uma decisão, se precisa de dinheiro, então que se vendam os imóveis garantindo uma licitação, porque não se pode doar, entregar o imóvel sem a licitação.

Agora aquelas associações que já estão lá há muito tempo e tem um trabalho sério, tem de convalidar essas questões do TPU. Estou aqui porque estou vivendo isso. Foram vender as lojas comerciais, aí quiseram vender o conjunto das lojas comerciais em detrimento de se vender as lojas individualmente. E têm pessoas ocupando lá há 20 anos. Nessa hora em que vai vender tudo vem o poder econômico, compra e tira aquelas pessoas que estão lá.

Então acho que a Secretaria tem de tomar uma posição, porque inúmeros terrenos estão ocupados por igrejas, associações e comercialmente. E é uma forma de se tomar uma posição e se livrar desses imóveis. Essa é uma questão.

Outra questão é que falta sintonia entre a Secretaria e a Câmara dos Vereadores. Vou dar um exemplo: A Ana falou em usucapião, cartório, cartório, cartório e não ouvi uma vez ela falar na Câmara Municipal e isso porque, por exemplo, temos a Favela Maravilha – aliás, quero cumprimentar o nosso povo da zona Leste, da Cidade Tiradentes -, é uma comunidade grande, há um proprietário que tem 100 mil metros quadrados daquela comunidade e fiz um projeto de desapropriação, o japonês sumiu e aí a Secretaria vetou meu projeto, Ana, porque

isso ia entrar na regularização. Perdeu a oportunidade.

Por exemplo, o Vereador Milton Leite, que é um grande entendido, o plano diretor abriu uma grande porta, abriu um grande precedente, pena que o Edilson foi embora. Nós votamos um terreno particular para atender – e eu apoio a Habitação, porque fui despejado e estou muito á vontade para falar -, aprovamos um terreno para atender habitação para um movimento que veio aqui na porta.

Então a Câmara Municipal pode sim fazer projeto de lei para desapropriar. Falei aqui com a Líder Francisca, está lá um terreno em Itaquera, pegaram e levaram no CDHU e responderam que o terreno é caro. O que é caro? Já que não tem terreno para o Minha Casa Minha Vida.

E outra coisa, Secretário, coloque na agenda, eu vou lá pessoalmente, no Governo anterior muitas associações tiveram a promessa de receber, através de seus associados, apartamentos e não receberam. Ficaram pendentes. Agora tem de sair correndo atrás e ficar implorando para resgatar uma promessa lá do passado.

Então isso tem de ser resgatado também. Estou vendo aqui e convivemos com várias associações. Essa questão da desapropriação do terreno, o meu projeto foi vetado, era a grande oportunidade. O japonês sumiu. Põe lá para o precatório, mas já tinha regularizado 100 mil metros quadrados da Comunidade Maravilha.

Então entendo que a Câmara Municipal pode sim colaborar muito mais. Sempre falo da Cidade Tiradentes porque estamos lá há muitos anos e há outras áreas da zona Leste. Temos ainda área agrícola que foi de mil novecentos e nada. São áreas livres, que podem sim ser ocupadas para terrenos da Minha Casa Minha Vida. A Secretaria é eficiente, parabéns à Ana e a todos os técnicos. Eu sempre fui bem atendido.

Então tem de estar tudo mapeado e eu criei uma figura, no Plano Diretor, Sr. Secretário que é para poder demarcar áreas de equipamento social. Afinal, não adianta só edificar para habitação.

E tem várias áreas demarcadas, como é que vamos proceder? Pois, aí sim, vou ser a favor, já que estão demarcadas para fazer equipamentos sociais junto com habitação, institucionais, creches, escolas, centro da terceira idade, do jovem. Como é que a Cohab vai se comportar com esses terrenos já demarcados?

E aqueles terrenos que ainda podem ser demarcados porque ocupam áreas agrícolas, rurais e coisas parecidas.

E, por fim, o que nós estamos falando aqui é de novas casa: 50 mil novas casa. E eu tenho uma luta de 19 anos - todos vocês eram mais novos – que é o Plano Mil.

Então nós cuidamos de 50 mil novas unidades, mas na cidade inteira. Renda mínima, em média, temos perto disso.

Mas temos de fortalecer esse desejo, pois eu recebo, no gabinete, gente que tem um problema ou outro, seja administrativo, ou financeiro, e seu imóvel está sendo tomado. Então temos de cuidar, sim, das novas 50 mil, mas também temos de preservar quem já está morando, Sr. Secretário.

Quero, realmente, que a Cohab cuide disso, pois tem de pagar a fatura da Caixa Econômica, no Plano Mil, que foi construído lá para trás, em 1992. Tem de pagar a fatura, só que não conseguem receber por 'n' motivos.

Então esses alguns problemas que eu gostaria de dizer, pois a Cohab tem de tomar posições com relação a esses terrenos ocupados irregularmente. Ou põe para vender e cede os TPUs para essas entidades.

Era rápido meu pronunciamento, nobre Relator, mas acho que é de extrema importância que cuidemos desses assuntos aí.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM) – Sr. Secretário, por favor.

O SR. _____ - Para ser breve, Vereador Dalton Silvano, acho que merece também o atendimento, ou eu venho aqui, ou o senhor à Secretaria, para que possamos estreitar todos esses problemas.

O SR. DALTON SILVANO (PV) – Eu agradeço, pois sempre fui muito bem atendido pelo Secretário e por toda sua equipe também.

O SR._____ - Muito obrigado, assim fica mais fácil de nós lidarmos pontualmente com todos esses casos.

A questão da Cohab, para ser breve, aproveitando a presença do Presidente João Abukater, ele mesmo poderia responder sobre os terrenos ocupados e sobre a destinação para outras Prefeituras.

O SR. JOÃO ABUKATER NETO – Para resumir, o seguinte: nenhuma pessoa que ocupa imóvel, seja fazendo trabalho social, seja religioso, ou que more e esteja dentro da política social que a Cohab, ou a Prefeitura e o Prefeito Haddad tem, vai ser prejudicada.

Só precisamos fazer um trabalho para que a Cohab não carregue mais o ônus de administrar centenas de milhares de propriedades que não servem mais para habitação. Além disso, podemos vender, dar, e é só passar um projeto na Câmara.

O que não pode é esse fardo ficar em cima da companhia. São centenas de processos, milhares, toneladas de papel, sem brincadeira. Só de TPU, os volumes dão metade dessa sala. Isso não produz habitação, nem traz benefício social para o Município de São Paulo.

Então a Câmara tem um papel importante, sob a batuta daqueles que são os líderes dos partidos, dos membros dessa Comissão de Finanças, pois também é uma questão financeira. Portanto, é aliviar. Aliviar para que a gente possa concentrar esforço na produção, sem prejuízo de ninguém. Não existe essa necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. João Abukater Neto, há centenas de imóveis. Faço uma pergunta simples. O objeto da Cohab é habitação. Quantos desses poderiam ser permutados por unidades habitacionais, que têm condição de? Se não todos, uma parte. Se a igreja ou (ininteligível) faça uma permuta por habitação popular. Há centenas de imóveis que estão dando problema. O problema para mim é a solução. “Vamos fazer uma

permuta. “Mande projeto de lei”. “Há 300 imóveis. Vamos trocar, vamos permutar por unidades habitacionais”. Já que V.Exa. tem um problema, na nossa visão, ele é solução. Propriedade da cidade de São Paulo é solução, não é problema. V.Exa. me desculpe. Se V.Exa. tem uma série de imóveis que gera problemas... Nobre Vereador Dalton Silvano...

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, eu posso dizer, diferentemente de V.Exa., que eu estou há vinte anos cuidando desse assunto, porque, antes de ser Vereador, já cuidava desse assunto e não se resolve. Quer dizer, vinte anos para se tomar uma decisão, se faz licitação, se não faz, se toma TPU, se não toma.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador Dalton Silvano, a sugestão é simples. A Cohab é para produzir unidades habitacionais. Então, façamos um balanço do que nós temos e convertemos em propriedade. Fica com o imóvel aquele que ofertar o maior (ininteligível) unidades habitacionais. Comprem um prédio no (ininteligível)

O SR. NETINHO DE PAULA – Sr. Presidente, nobre Vereador Milton Leite, existe uma questão aí. Ela tem que ser tratada com um pouquinho mais de delicadeza. Existem pessoas que têm ou comodato ou TPU há quinze ou vinte anos. Esses comodatos ou esses acordados do TPU foram feitos por 30, 50 ou 90 anos para essa entidade. O que a Cohab traz agora é que ela está fazendo um ajuste de contas, porque ela não tem mais projeto de moradia para terrenos, e não pode construir fora do eixo, fora do município de São Paulo. Então, ela está fazendo um acordo, um ajuste de contas com essas prefeituras, como, por exemplo, Itapevi e Carapicuíba. Devem existir outros municípios. Ela está fazendo esse ajuste de contas.

O SR. DALTON SILVANO – V.Exa. quer dizer, trocar terreno por dinheiro que está devendo? Ela vai explicar bem explicado.

O SR. NETINHO DE PAULA – Isso. Ela tem que receber. Às vezes, ela deve também o IPTU. Então, ela está fazendo um ajuste de contas, porque é correto.

Sr. Presidente, nobre Vereador Milton Leite, a única coisa que eu estou dizendo aqui é que essas entidades que têm esses termos fizeram com a Prefeitura de São Paulo, com

os políticos de São Paulo, com os Presidentes da Cohab de São Paulo, que entenderam que essas entidades prestam um serviço adequado... Quando ela simplesmente agora vira e fala: “A partir de agora, amigos, vocês não falem mais com a gente não. Agora vocês falem com o prefeito daquele município”. Aí não é certo, Sr. Presidente, nobre Vereador Milton Leite. Por quê? Porque o prefeito daquele município não tem o entendimento nem o porquê daquele comodato ter sido passado. Aí se vira uma disputa política. Já não é mais o uso social da área. E essa é uma preocupação que nós temos que ter, porque nem todas as entidades são irregulares e nem todas as entidades não cumprem o seu papel social.

Isso aqui está sendo feito sem que a Câmara participe e saiba, de fato, quais são essas entidades e em que pé isso está sendo tratado. Isso está sendo feito à revelia da Câmara Municipal, Sr. Presidente, nobre Vereador Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É claro. Nós vamos fazer um levantamento daqueles que assistem razão. A princípio, até para que haja transparência, as propriedades que não podem produzir podem fazer um leilão público. Quem quiser ofertar o maior número de unidades habitacionais dentro do município de São Paulo oferte, em contrapartida com uma propriedade do município aqui vizinho. A Cohab tem sim uma posição clara sobre isso.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes, relator.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, eu preciso fazer um encaminhamento aqui. Eu pediria aos Srs. Sr. João Abukater Neto e Floriano para se pudermos marcar uma reunião com o Sr. Abukater, na Câmara, na hora que V.Exa. puder, para tratar desse assunto. Sr. Abukater, se V.Exa. puder munido com a relação dos imóveis, a relação dos comodatos e os TPUs, a gente conversa. Acho que a Câmara pode ajudar. Isso é importante. É uma preocupação legítima aqui. Poder ser assim?

O SR. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Perfeito, perfeito.

O SR. RICARDO NUNES – A gente marca uma data. Já são três horas e meia de audiência pública. Evidentemente, como relator, não vai conseguir fazer todas as minhas

questões. Eu pediria a sua compreensão, (ininteligível) que V.Exa. colocasse a sua Assessoria depois à disposição, senão eu vou gastar mais duas horas aqui, como relator.

R – Com certeza.

O SR. RICARDO NUNES – Para a gente poder conversar. Falei com a Sra. Ana Lúcia, por telefone, nesses dias, uma pessoa simpática.

R – Tudo o que V.Exa. precisar, estamos à disposição, a qualquer momento, a qualquer hora.

O SR. RICARDO NUNES – Eu só vou pontuar algumas questões. Depois se pudermos falar com a Assessoria de V.Exa., para a gente poder acertar a questão da peça orçamentária. Há alguns itens que são importantes deixar públicos e nas notas taquigráficas.

Sr. Secretário, começando aqui pela manutenção de sistema de informação e comunicação, V.Exa. tinha uma verba de 300 mil reais em 2014, e está indo para cinco milhões de reais em 2015, para manutenção, não é para compra de equipamentos. Justifica isso? Por que ir de 300 mil reais para cinco milhões de reais? Há um aumento de 1.567%. Minhas perguntas são técnicas com relação à peça orçamentária, onde a gente vai se adequar, tirar, colocar e atender às emendas dos nobres Vereadores, além do que toda a população falou. A gente está anotando tudo. Isso está filmado, para fazer uma proposta do orçamento que seja o reflexo do que a sociedade quer.

Com relação à Administração de unidade, o seu orçamento de 2014, de 27 milhões de reais, está indo para 41 milhões de reais, um aumento de 54%. O que justifica resumidamente essa questão? Não impede depois que V.Exa. nos mande detalhado, em documento, por e-mail.

Com relação à verba de atendimento habitacional, aluguel social, eu vi na sua fala que V.Exa. se demonstrou bastante preocupado com isso. V.Exa. disse que atende hoje a 28 mil famílias. É um número bastante alto para pessoas que estão vivendo em situação ruim, ainda com recurso do cofre municipal. Tudo o que eu falei aqui é fonte 00, dinheiro do Tesouro.

Então, nós temos previsto, em 2014, 72 milhões de reais. Isso está indo para 2015 91 milhões de reais, ou seja, sete milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais por mês em pagamento de aluguel social, um aumento de 19 milhões. Não vejo justificativa, Sr. Secretário.

R – Não, essas são as frentes de obras, que agora, inclusive com o PAC...

O SR. RICARDO NUNES – Dezenove milhões?

R – Não, do ano que vem, nós vamos ter, retirar muita gente em frente de obra, não só no PAC, em obras de urbanização. O ano que vem vai ser um ano crucial para essa situação, porque nós pretendemos, até 2016, concluir todas as obras que foram iniciadas na gestão anterior. Então, vai aumentar muito o número de pessoas de frente de obras, que vão ser removidas. A nossa previsão é esse valor, e ainda está apertado.

O SR. RICARDO NUNES – Se V.Exa. atende em torno de 28 mil famílias e está aumentando em 30%, vão aumentar nove mil famílias?

R – Só em mananciais, são quinze mil famílias, só no programa de mananciais.

O SR. RICARDO NUNES – Dentro da peça orçamentária, Sr. Secretário, V.Exa. tem, na regulação fundiária, de que é de suma importância, até porque se a Secretaria Municipal da Habitação não andar em consonância com o que esta Câmara Municipal votou do Plano Diretor...

R – Sim.

O SR. RICARDO NUNES – V.Exa. viu como ficou o mapa de ZEIS na cidade de São Paulo. Então, criou-se uma expectativa enorme de toda a população da Cidade, desta Casa; e na regulação fundiária, V.Exa. tem um recurso da fonte 07, de onze milhões. Do total de 57 milhões, V.Exa. tem onze milhões na fonte de recurso 07, e tem 26 milhões na 02 e 20 milhões na 00. Esses onze milhões da 07, regulação fundiária, não seria prudente nós substituímos, para colocar 07 no aluguel social e deixar a 00?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A fonte 00 é dinheiro da Prefeitura. Fonte 02

é Governo Federal; 03 é Governo Estadual; 07 é aquele IPTU. Se acontecer, existirá o dinheiro. Se a Justiça der. Se não der, não acontecerá. É aquele sim ou não. É isso que chamam de fontes. Fonte 00 é de onde vem o dinheiro. 00 é da Prefeitura, próprio dinheiro do orçamento, dos impostos que nós pagamos. O outro 02, Governo Federal; 03, Governo Estadual. 07, que foi mencionado, é dinheiro do IPTU; 08 é de operações urbanas e fundos, e assim sucessivamente.

O SR. RICARDO NUNES – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Vereador Milton Leite. Isso é importante. Eu preciso fazer o meu papel como relator, por conta da peça.

Sr. Secretário, seria importante a gente fazer uma alteração.

R – Tudo isso, nobre Vereador, podemos responder até, por escrito, para V.Exa. brevemente.

O SR. RICARDO NUNES – Ótimo.

R – Para ficar mais bem sedimentadas as informações.

O SR. RICARDO NUNES – Isso, excelente.

Sr. Secretário, com relação à questão dos seus custo de pessoal e encargos sociais, está aumentando de 20 milhões para 27 milhões. Eu não detectei nenhuma nova contratação na sua secretaria ou concurso público, a não ser a questão do dissídio, do reajuste do funcionário.

R – Nós estamos tentando, nobre Vereador, ajustar os quadros agora, perante agora à nova realidade da Secretaria Municipal da Habitação. Quando nós fizemos a cisão, no ano passado, da Secretaria de Licenciamento, que era agregada na Secretaria Municipal da Habitação, nós não tínhamos inclusive nem muita experiência sobre o assunto na hora da separação das pessoas. Agora depois de passado esse ano, nós detectamos que, realmente, alguns departamentos da Habitação demandam de profissionais, principalmente na Assistência Social, engenharia e arquitetura. A gente precisa de novos concursos. Já pedimos isso para o Planejamento, para se abrirem novos concursos, para a gente poder agora, dentro de um

planejamento novo, quando cresceu muito o movimento da Habitação, acertar essa situação dos recursos humanos.

Posso até, por escrito, depois sedimentar bem essa questão.

O SR. RICARDO NUNES – Dentro do assunto, eu ia falar de Cohab depois. Até um assunto que eu tenho falado com a S-Urb e com Desenvolvimento Urbano, por conta da SP Obras, da São Paulo Urbanismo, SPTur, por conta do Anhembi. Tem-se discutido um pouquinho com relação à folha das empresas; e a Cohab, Sr. Secretário, tem duas listas. Ela tem uma lista com 254 pessoas, que são funcionários de carreira, e V.Exa. tem uma folha de pagamento de 873.552 reais por mês. Já, Sr. Secretário, com relação aos cargos de confiança, são de 129 pessoas, a um custo de 1.055.000 por mês. Parece-me bastante incoerente, só para repetir. Estou falando isso porque temos uma dificuldade danada de recursos, então é hora de apertar o cinto.

O SR. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Sim, sim, sim. Perfeito.

Nós entendemos esse problema. Ano passado, no final do ano, a gente conseguiu cortar mais ou menos 80 pessoas, principalmente de cargos de confiança. E o novo planejamento deste ano está sendo feito também. O João Abukater está encabeçando a nova modelagem que precisa ser dada à Cohab, também dentro do novo aspecto de trabalho que a Cohab vai exercer no programa habitacional. Isso com certeza está sendo feito, e maior detalhes poderiam ser subsidiados pelo João Abukater.

O SR. RICARDO NUNES – Então só para complementar essa questão.

Na Cohab, o seu custo de pessoal em cargos, para 2014, é de 46 milhões e 700 mil reais. Para 2015 baixou um pouquinho, 3%: para 45 milhões e 119 mil reais. Então é uma questão importante para ser esclarecida, e é até importante comentarmos, para cada gestor, na sua pasta, ter uma atenção com relação a isso.

O SR. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Perfeito.

P – Com relação ao geral da sua Secretaria, houve lá uma alteração da Fonte de

recurso 00, que é do Tesouro Municipal, de 316 mil reais para 136 milhões de reais, um aumento de 43.000% da Fonte 00.

Com relação ao dinheiro de recurso federal, nós tínhamos, em 2014, 955 milhões. Não executou quase nada, mas baixou um pouquinho, agora para 666 milhões. Da Fonte 03, que é recurso do Governo da Cidade de São Paulo, em 2014: 99 milhões, que agora está indo para 214 milhões. E na Fonte 07, que é o dinheiro do IPTU, que não sabemos se vai entrar, não tinha nada, e entrou 20 milhões. Um presente de grego que o Planejamento deu para as secretarias, e as secretarias mais próximas não tem o 07. A Assistência Social tem muito 07; estou vendo que a Habitação tem 07. Mas Desenvolvimento Urbano e Planejamento não tem 007. A minha pergunta é com relação ao quadro geral da pela orçamentária.

Aumentou muito o uso de recurso da Fonte 00 do Tesouro Municipal. Caiu do Governo Federal. Estamos tendo alguma dificuldade de receber esse dinheiro do recurso federal, está tendo algum problema, e aumentou um pouquinho o do estadual, pois até melhorou a nossa relação com o governo do estado. Então se depois o senhor poderia falar, de forma geral, com relação a isso. Queria falar rapidinho da Cohab.

A mesma coisa é a Cohab com relação ao custo com a Prodam. Em 2014, um milhão, 893 mil reais. Aumentou 90%: 3 milhões, 597 mil reais. E é para manutenção. Não tem um equipamento novo, não tem um *software* novo, é só um custo de manutenção. Secretário, esse custo com a Prodam se justifica? A Prodam tem levado uma boa parte dos recursos municipais da Fonte 00, e o que temos visto, de várias secretarias, é um serviço não muito eficaz. E algumas companhias, como a CET, fez direto. A Educação esteve ontem aqui. Grande parte, 50 milhões de investimento, a maioria, é com empresa privada, e não com a Prodam, por conta da eficiência e do custo alto. Então gostaria que o senhor analisasse se isso é justificável, se eu posso cortar esse orçamento, se podemos ajudar a cidade mantendo um milhão e 900. Essa é a questão com relação à Cohab, no que tange ao sistema de informatização da Prodam.

Ainda da Cohab, de uma forma geral, da Fonte 00, diminuimos um pouco, de 438 mil reais para 280 mil reais. Do Governo Federal aumentou bastante, de zero para 3 milhões, 260 mil. Temos visto o histórico do repasse de recurso do Governo Federal, se isso não é uma preocupação, se não pode gerar algum risco com relação aos planejamentos da Cohab. Do Governo do Estado, está indo de 11 para 12 milhões, então praticamente se manteve. E a Fonte 09 foi de 67 milhões para 111 milhões. Não sei se o Abukater melhorou as receitas da Companhia. Se puder, gostaria de uma análise geral com relação a essa Fonte 09, se protestou, o que o senhor fez para recuperar, como aumentar a mensalidade. Enfim, como se justifica esse aumento de 66% da Fonte 09?

Temos outra questão que precisamos focar bastante, e eu pediria que o senhor desse a maior atenção, se possível, pessoalmente, para não diminuir o recurso da regularização fundiária, a questão do 07 – precisamos pôr fonte de recurso 00 lá –, porque ontem mesmo o Prefeito Fernando Haddad estava no CQC. Não sei se o senhor assistiu.

R – Não, eu não vi.

P – Não viu o CQC?

R – Não, eu não vi.

P – O CQC foi lá no bairro, e o bairro estava irregular, não tinha regularização fundiária, não tinha documento, não tinha asfalto, e o Prefeito foi lá. Aí, depois de uma semana, mostrou tudo asfaltado. Eu fiquei pensando como é que conseguiram asfaltar. Não é possível que vocês tenham conseguido fazer a regularização fundiária lá em São Mateus... Alguém assistiu ao CQC ontem?

- Manifestação fora do microfone.

P – Você conseguiria fazer a regularização fundiária em uma semana?

- Manifestação fora do microfone.

P – Não? Então temos um grande problema. Eu acho, e o Vereador Dalton Silvano falou aqui, que estamos cometendo um erro. Percebemos a sua vontade. Ano passado, o

senhor veio... Indiscutível é a sua vontade de querer alinhar e de querer acertar com a cidade. Outro dia encontrei com o senhor lá na Prefeitura, na sala do Prefeito, conversamos uns dois minutos, e o senhor entusiasmado de dizer das questões habitacionais, que o senhor estava se empenhando. Isso vamos marcando, né? Agora, não tem um diálogo com a Câmara Municipal. Estive ano passado com o senhor lá com o João Antônio, para termos uma conversa, e até hoje o senhor não me chamou para aquela conversa. E eu tenho visto aqui a Ana, que falou da regularização fundiária. Por exemplo, temos um caso em Parelheiros, no Jardim Maracá da Serra, que a Ana Lúcia conhece, que não tem rede de água. Eles usam uma mina de água contaminada, e a Sabesp não põe água porque tem a questão fundiária. Então seria preciso priorizar alguns casos. Até se a Ana Lúcia puder me falar... A meta são 200 mil famílias em quatro anos, e já tem dez áreas fazendo a demarcação urbanística. Podia ter discutido isso. A gente ajuda. Porque para todo secretário eu falo: nós temos o sentido da palavra. É vereador, vereador. Estamos todo dia lá. O Milton Leite, o Paulo Fiorilo... O Paulo Fiorilo está lá na zona Leste. Às vezes ele quer fugir um pouquinho e bater lá na nossa área. E lá na Ilha do Bororé, outro dia, eu me encontrei com ele. Não sei o que ele foi fazer lá, perdido. O Netinho, da comunidade, vem da Cohab. O Dalton Silvano. Todos os Vereadores. Então temos contribuições a dar, Secretário, muita. E nós somos o reflexo do que as pessoas vêm aqui falar com a gente. Olha que bonito tanta gente participando. Ficamos felizes de as pessoas virem participar.

Então, Secretário, para termos um orçamento melhor, o senhor precisaria nos escutar mais, ficar mais próximo. Tem um café bom aqui. Venha aqui, visite a gente.

R – Vamos fazer isso.

P – Mas faça mesmo, Secretário.

R – Eu reconheço essa falha nossa, mas vou tentar corrigi-la. E eu vou gostaria só de pedir a vocês para trabalharmos bem essa questão fundiária, até porque, a respeito do problema dos mananciais, o Milton já falou bastante. Quanto à questão da Cohab, o Dalton e o

Netinho já falaram bastante. E o meu amigo Paulo Fiorilo ainda falará outros assuntos. Então, para não ficar repetitivo, Secretário, gostaria que pudéssemos ver qual a relação das áreas em que estão fazendo demarcações urbanísticas, e termos um programa do que vai ser feito para frente e alinhar.

O SR. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Vereador, anotamos as perguntas e vamos responder em breve.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Secretário, o Vereador Fiorilo fará as perguntas, o senhor responderá em bloco porque...

R – Por escrito?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pode ser respondida. Então, o Vereador Fiorilo está com a palavra; e o senhor anota e responde.

O SR. PAULO FIORILO – Secretário, queria voltar à questão da verba de atendimento habitacional. O Vereador Ricardo Nunes, Milton Leite e eu dialogávamos que na rubrica 2635 há 91 milhões, mas na apresentação há mais 1,689 milhão. Esse valor está na indicação do fundo. Então, na realidade, o que vamos ter para o aluguel social é 92 milhões?

O SR. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – É isso.

P – 92 milhões?

R – Isso.

P – A pergunta é: na atualização feita em setembro, a Secretaria foi para 114, portanto, maior do que está sendo proposto para 2015. Não há aqui uma dificuldade a ser administrada pela Secretaria? Parece-me que o valor proposto para 2015 será menor do que vão gastar em 2014. O senhor disse que o Orçamento, em função dos problemas, é menor do que o de 2014. Deixo aqui uma questão para a Secretaria, até porque como o relator está preocupado de onde vai ajustar, cortar, é melhor ficar claro que não está faltando. Não estou dizendo só dessa, mas foi a que me chamou mais a atenção.

A segunda questão – e não sei se o senhor já fez referência – é quanto ao relato da

quantidade de moradias previstas, chegou a 102 mil unidades.

R – Isso, é.

P – A expectativa da Secretaria, até 2016, é entregar 102 mil unidades?

R – Não, não, não.

P – Qual é a expectativa até 2016? Vamos chegar a 55 mil ou haverá alguma dificuldade em função das restrições orçamentárias?

R – Eu quero entregar 55 mil chaves, mas deixar contratadas, pelo menos, umas 80 mil.

P – A expectativa é entregar quantas?

R – Entregar 55 mil, até o final de 2016, isso com o avanço que estamos dando agora.

P – E as outras?

R – Deixar, pelo menos, mais 30 mil unidades contratadas, em andamento. Pelo menos, quero deixar umas 80 mil unidades para o próximo gestor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor falou de 102...

R – São 102 mil viabilizadas, mas até viabilizar... até pagar, liberar a ordem de serviço, o projeto aprovado, entendo que demora um pouquinho. Então a minha expectativa pessimista são pelos menos umas 80 mil das 102 mil.

O SR. PAULO FIORILO – O que vão assinar esta semana, é o que? É Minha Casa Minha Vida ou é Casa Paulistana?

R – Não... Nós assinamos, a semana passada, 3.860 unidades.

P – Minha Casa Minha Vida?

R – Minha Casa Minha Vida para atender o PAC.

P – E a expectativa é que vocês assinem semanalmente uma quantidade dessas ou não?

R – Não semanalmente, mas a programação, até o final deste ano, é de mais 4 mil

a 5 mil unidades assinadas e contratadas com a Caixa. E todo mês, como temos processo de grupo de trabalho semanal, que envolve as Secretarias, a aprovação de projetos – Secretaria do Verde, Meio Ambiente e da Habitação – nós estamos tentando agilizar ao máximo a aprovação de projetos. É isso que está *pegando* um pouco.

P – Se o senhor pudesse encaminhar à comissão esse cronograma, até para que possamos acompanhar. A expectativa da gente é que, de fato, haja 55 mil moradias

R – Tenho, tenho sim condições.

P – Com relação à Casa Paulistana, a construção de 20 mil moradias no centro de São Paulo, o senhor podia rapidamente descrever como está esse processo?

R – Sim.

- Pausa.

O SR. PAULO FIORILO – Sim, o Presidente está... Se o senhor puder, o senhor manda por escrito?

R – Sim, sim.

P – Depois, nas considerações finais, se o senhor puder, faça nas suas observações. Por fim, o senhor pode informar à comissão como está a questão da transferência de recursos da fonte 3 – Sabesp para o Fundo. Está sendo feito, até porque essa é uma discussão com a qual o Vereador Milton Leite tem muito cuidado, preocupação. Foi votado o ano passado.

Essas são as minhas questões, até para que o senhor...

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, posso complementar? É rápido. (Pausa)

Secretário, para a recuperação das fachadas históricas da área central, estão previstos 5,2 milhões. O senhor pode explicar, e é da fonte 00. Fachada cara, e é preciso fazer isso agora?

Quanto ao Fundo Municipal da Habitação, a administração da unidade acabou saltando em 647%, para 10,2 milhões. Eu não entendi o porquê do salto.

O senhor comentou a resposta de uma pessoa, que para assessoria técnica do Minha Casa Minha Vida são 500 mil reais. Será que gasta tudo isso? Se pudermos ter... A nossa grande preocupação é com a fonte 00.

Obrigado, Secretário.

O SR. DALTON SILVANO – Vereador, pode incluir também o Monumento do Ipiranga porque levaram a espada do Dom Pedro, ele está sem dente, o cavalo está... Tem de incluir a restauração do Monumento. Até os dentes roubaram.

O SR. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Tudo isso vamos ver. Queria agradecer pela oportunidade, vou levar comigo alguns aprendizados desta reunião. Estamos aqui sempre para aprender. Esta gestão está mais perto de vocês, vai ser melhor tanto para mim quanto para comunidade trabalhar mais perto dos Vereadores. Vou tentar então cumprir de uma forma mais rápida, mais efetiva.

Esta oportunidade é muito boa para discutirmos o Orçamento. As respostas todas, em poucos dias, nós traremos na forma de ofício a cada Vereador, responderemos todas as questões. Colocamos a Secretaria e a Cohab à disposição para qualquer cidadão que quiser resolver seus problemas, marcar audiência. Estamos sempre abertos às entidades, à comunidade, às pessoas que precisam de esclarecimentos. Conto com vocês para nos ajudar, sempre que possível trazendo boas ideias para que possamos alcançar nossos objetivos, objetivo difícil, mas se Deus quiser vamos conseguir, até 2016.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, vamos encerrar a audiência pública. Contamos com o compromisso de que V.Sa vai enviar as respostas para que possamos prosseguir com a peça orçamentária.

O Governador acabou de me convidar – no momento em que saí foi para falar com ele -, amanhã às 18h volto a tratar da pauta dos 800 milhões. Temos de discutir, como podemos fazer o aporte para Sehab – Programa de Mananciais. Estou preocupado, mas há

pelo menos o básico. Foi licitado, tem... foi licitado, mas como é que tem licitação mas não o projeto? Precisamos investir - e vamos tocando com o básico - nas obras selecionadas, e que assim possamos cumprir. Precisamos dar velocidade na recuperação da minha Represa Guarapiranga e na nossa querida Billings, Secretário.

Eu tenho um carinho muito especial, luto e brigo por aquilo. Quando comecei a lutar, tempos atrás, para que houvesse investimento nos programas de mananciais, era para que recuperasse a represa. A minha indignação é que quando há recurso ele não chega, e falo não é contra o senhor, falo especificamente contra a estrutura. É uma máquina, e não chega à ponta.

Há vários absurdos. Se o senhor for ao Jardim Aracati, Secretário, há uma briga com a Sabesp. A empresa está contratada, mas há esgoto jorrando na Represa Guarapiranga, esgoto, é terrível. E na Favela Minhoquinha, na Estrada do M'Boi Mirim, estão jogando tudo na represa, e é a água que nós bebemos. E é por conta de um dinheiro que está aqui. As pessoas perguntam: vocês bebem essa água – desculpe a expressão – cheia de *m...* ? É, e vem dessa região, que contribui e é contra isso que eu luto, para que haja limpeza, que haja qualidade de vida para esse povo. Ajudamos as famílias não só com Bolsa Aluguel, mas com uma casa digna. Estamos lutando há muito tempo para isso, lutamos e cada vez que há uma ocupação – senhoras e senhores – nas margens da represa, a preocupação é saber para onde vai o esgoto.

Vejo as pessoas lutando pelo centro – e eu não atuo aqui -, mas a infraestrutura está pronta nos prédios abandonados. Se contar isso em outro país vão achar que é brincadeira, que é uma ofensa. Há tantos prédios fantasmas, com metrô, transporte, há tudo no centro da cidade! E vamos ocupar desordenadamente nossos mananciais – tanto a Billings quanto a Guarapiranga. Invadindo, arrebatando, destruindo e eu sou um dos poucos que estou na contramão, entrincheirado, brigando para corrigir o que está errado, dando qualidade de vida para as pessoas.

Quero que o senhor entenda a nossa luta, queremos ver a cidade melhor, e brigamos porque o projeto está emperrando e não é o cidadão, nós queremos que ele flua, que de resultado e então o esgoto saia da represa. Que a família que mora por sobre o córrego não sinta o fedor da *m...* quando estiver cozinhando feijão. Que esteja canalizado! E é verdade, é só assim que as pessoas entendem. Aqueles que não conhecem as margens da Represa Guarapiranga, que é a água que está hoje abastecendo São Paulo, é a água que nós bebemos. Eu bebo dessa água, moro na zona Sul!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quero entender a lógica da senhora, estamos brigando para limpar e a senhor não quer! Fica difícil. Mas vamos brigar, lutar por isso, para que haja desocupação. Que possamos ocupar os prédios vazios do centro da cidade, mas está difícil. Esse é um pedido, um apelo que fazemos a vossa Secretaria que, neste momento, tem papel fundamental. Estamos em embate com o Governador por dinheiro – e o senhor e ao Prefeito não pedimos – para que haja investimento na qualidade de vida, e isso passa pela água que há na região. É muito importante para nós, que moramos na zona Sul da cidade e para a cidade como um todo. A atuação da Secretaria do senhor é fundamental em todos os aspectos.

Quero agradecer, peço desculpas pelos excessos que, eventualmente, cometi com o senhor, mas a minha preocupação é com quem mora às margens da represa, e eu moro. A senhora quer saber onde eu moro? Na Estrada do Riviera, 333 esquina com Vale do Jacuí. A senhora quer saber se eu bebo dessa água? Há outra? (Pausa)

R – Vereador, como o senhor está encaminhando para o encerramento, apenas para um informe a V.Exa, ao Secretário e ao Presidente da Cohab: eu e o Vereador Dalton Silvano vamos encaminhar à Comissão de Finanças e para a Comissão de Administração Pública pedido de suspensão do acordo que a Cohab vem fazendo com os municípios, para que tenhamos o conhecimento do acordo. Tendo em vista que foi fala do Secretário de que é

necessário trabalhar de maneira conjunta com os vereadores. Temos esse interesse, não queremos atrapalhar, mas queremos ver o avançar das negociações, com olho crítico porque não é de agora – nem eu nem o Vereador Dalton Silvano – que pedimos para que a acompanhem esses TPU, para que acompanhem os comodatos. Mas infelizmente não fomos atendidos. Vamos assim fazer oficialmente esperando abertura do diálogo junto ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quero então concluir, Secretário, agradecer ao senhor e a sua equipe, e que se invistam do espírito daquilo que acontece na zona Sul da cidade de São Paulo, com aquilo que contribui para a cidade, que é o mais importante. Os homens, as pessoas vão, mas aquilo fica e é de todos nós.

Digo mais, o Córrego do Embu Guaçu, que vem de Itapeverica da Serra, Taboão, jogam água podre na Represa Guarapiranga, na nossa represa. Pouco podemos fazer, brigamos com o Governador – amanhã, se o senhor quiser ir, está convidado, haverá um debate. É uma mesa comigo e com alguns técnicos do meu gabinete, e vamos discutir como podemos impedir o que está acontecendo para recuperar a região.

O que o senhor está fazendo aqui, que se faça nas margens desse córrego, que é o que mais polui, e os outros o senhor tem escrito no programa. Precisamos concluir, é muito importante.

R – O projeto dos mananciais é muito rico de detalhes, é muito importante para a cidade de São Paulo. É uma prioridade para nós da Secretaria. E mais uma vez coloco a Secretaria, a Cohab à disposição de todos vocês, obrigado pela atenção em nome da nossa equipe que participou.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado. Convido o Secretário Ricardo Brandão, Secretário Adjunto do Verde e do Meio Ambiente, para que iniciemos a audiência pública. De início, quero cumprimentá-lo, Secretário Ricardo Brandão.

Suspendo os trabalhos por um minuto para que possamos nos despedir do Secretário Floriano.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Passo a palavra ao Secretário Ricardo Brandão, que fará a apresentação do Orçamento da sua pasta. A Assessoria já está com a cópia da apresentação.

Solicito cópia da vossa apresentação a todos os Vereadores.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde, Vereador. Vou encurtar bastante nossa apresentação em função do horário e deixar tempo para os debates das questões que forem levantadas.

Nosso Orçamento para 2015 é dividido em dois itens: um é da própria Secretaria. Como o senhor já colocou é a fonte 00 e, eventualmente, a fonte 07, num total de 244 milhões de reais. O segundo grande componente do nosso Orçamento são os recursos do FEMA, o Fundo Especial de Meio Ambiente, cujo total é de 79 milhões, aproximadamente.

Nos recursos da Secretaria estão incluídas 15 rubricas orçamentárias, das quais destacamos a nossa Administração, da Secretaria, com cerca de 79 milhões; a parte de operação, manutenção e conservação dos parques com 63 milhões e algumas outras verbas distribuídas em projetos de serviços ambientais, fiscalização, apoio a ações ambientais e outros. E no recurso do FEMA, com nove rubricas, destacamos também operação e manutenção dos parques com quase 50 milhões e reforma e adequação de parques com cerca de 11 milhões.

Vou dar um retrato rápido da Secretaria. Hoje estamos com cerca 980 funcionários. Temos perdido alguns em função de aposentadoria e concursos em outros órgãos com salários melhores. Nesses oito meses em que assumimos, desde março deste ano, cerca de cem funcionários da Secretaria já deixaram os nossos quadros.

A previsão para 2015 é de 344 milhões de reais, incluindo todas as despesas com salários, contratações, projetos, implantação e, principalmente, manejo e vigilância dos

parques. Quero destacar que quando assumimos havia uma certa confusão em relação às empresas de vigilância, algumas tinham quebrado recentemente, em janeiro e fevereiro. Tivemos problemas nas contratações hoje resolvidas. O mesmo aconteceu com as empresas que fazem manejo. Lembrando que vigilância e manejo são totalmente terceirizados nos parques. Esses problemas serão regularizados até o final do ano.

O nosso eixo passa pelo Plano Diretor Estratégico, aprovado por esta Casa, que prevê, entre outros itens importantes, a implantação de 164 novos parques, pagamentos de serviços ambientais, implantação de zona rural, fundo para criação de parques, plano municipal da Mata Atlântica e outros itens.

Vereador, para abreviar, é isso. Fico à disposição para questionamentos e debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Perfeito. Sr. Secretário, tenho algumas perguntas. Quantas DUPs o senhor tem para novos parques em aberto na Secretaria? Em aberto, porque foram feitas as DUPs e não foram cumpridas para novos parques.

O SR. RICARDO BRANDÃO – São cerca de 150 DUPs.

P – Agora, a pergunta é imediata, Sr. Secretário. Como é que vamos pagar tudo isso? Quanto custa e como pretendemos pagar?

R – Elas totalizam 2 bilhões de reais, aproximadamente. É uma peça de ficção, obviamente, a nossa avaliação é que os parques para serem criados precisam apenas de DUPs. Faz-se o decreto e cria-se o parque. O próprio Secretário Wanderley fala, reiteradamente, em seus discursos que realmente essa é uma peça de ficção.

P – Mas eu perguntei quantos novos parques o senhor vai implantar? Fora a peça de ficção, há a realidade e a escala de prioridades.

R – São onze parques.

P – Esse número que o senhor deu é astronômico: dois bilhões. Só tenho uma preocupação com o contribuinte. Ele recebe a DUP e fica engessado dois anos. Sabemos que

não se cumprirá. Isso é doloroso, mas serve, com a medida do gestor público, como um parque temporário. O que é isso? O sujeito não faz nada e, enquanto perdurar a DUP, fica lá a área parada e o mato crescendo. É o parque temporário ou o mato crescendo, enquanto perdura a DUP. Fica engessado. Estou errado, Secretário? E pagando IPTU ainda, o que é doloroso para o contribuinte. Mas, são instrumentos previstos por lei.

Aqueles que estão preocupados com o Parque Augusta, olhem só a situação. São dois bilhões para novos parques e quantos têm para fazer? Onze? Quanto o senhor pretende gastar? E quais são os parques?

R – Dos onze parques previstos, já no curto prazo, temos a Chácara do Jockey, que está em implantação; Tatuapé, que é a antiga Praça Lions; Paraisópolis, Feitiço da Vila...

P – Ao falar o nome do parque, o senhor mencione o valor na frente, por favor. Com o Parque do Jockey, quanto o senhor vai gastar para implementá-lo?

R – Com esse não houve gasto, Vereador, porque havia uma dívida muito grande...

P – De IPTU.

R – É, IPTU do Jockey. Então, houve uma troca e não houve gasto.

O Tatuapé, Praça Lions, não sei. Paraisópolis, cerca de três milhões. Esse eu sei porque está em licitação.

P – O senhor vai implantar o parque e não sabe o valor, Sr. Secretário?

R – Não, porque esse está pronto. Posso levantar.

P – Já está pago?

R – Já está pago.

P – Eu perguntei sobre novos parques.

R – É que não foi implantado ainda. Não foi aberto ao público. Continuando. Paraisópolis, cerca de três milhões. Está em licitação. Feitiço da Vila... Depois posso encaminhar os valores. A Praça do Pôr do Sol, em Pinheiros; o CEU Três Lagos; Horto do Ipê; Jardim das Perdizes; Parque Linear do Bispo; Sítio Morrinhos e Parque Brasilândia.

P – Com isso, o senhor consome o Orçamento de 2015? O que o senhor tem de dinheiro efetivamente?

R – Sim.

P – Fora isso, não há expectativa de nenhum novo parque? Não tem dinheiro.

R – Há expectativas com eventuais implementações, se aumentar a arrecadação.

P – Mais aí é pequeno.

R – Existe o Fundo de Parques, criado pelo Plano Diretor, que estamos estruturando.

P – Vamos imaginar que para os 132 parques que o senhor falou, é isso?

R – São 156.

P – Cento e cinquenta e seis parques. Quer dizer, nós vamos fazer... Não há dinheiro nos próximos dois anos. Nessa média, o senhor vai fazer, mais ou menos, uns dez novos parques por ano.

R – Oxalá. Esperamos. É a nossa expectativa.

P – Espero que sim.

R – Porque o Plano Diretor prevê 164, num horizonte de 16 anos.

P – Vi também o senhor otimista em uma situação. Fiz uma leitura dinâmica da peça e constatei que o senhor aprendeu a técnica de abrir rubrica. Essa é uma técnica usada nesta Casa. Não há dinheiro, abre mil reais. Onde diz: reforma e adequação do parque em unidade de conservação do Município: o senhor abriu uma rubrica; fonte 00, mil reais. Se aparecer dinheiro, faremos. Essa é uma técnica interessante. O senhor abriu várias rubricas.

- Manifestação fora do microfone.

P – É para ter a possibilidade. Se aparecer, a gente abraça o dinheiro, põe mil reais para fazer. O senhor aprendeu mais uma com esta Casa. O senhor tem bom técnico na Secretaria. Aprendeu na 08.

Implantação de ecopontos: 0808. São operações urbanas ou Fundo.

R – Fundo.

P – Mas, isso, se aparecer. O senhor colocou mil reais em uma, 300 em outra, mais mil reais. Isso aqui é preocupante: implantação de vias e ciclovias: mil reais na 08.

Os senhores têm alguma expectativa de aparecer algum recurso para isso. Estou certo, Sr. Secretário?

R – Sim.

P – Educação Ambiental, 08. Em algumas o senhor colocou dinheiro, mas aqui está: implantação de viveiros, na 08. Gostaria de ver implantados novos viveiros na cidade de São Paulo. Quais viveiros o senhor quer colocar, Sr. Secretário? Isso é tão importante, ofertas de mudas.

R – Hoje nós temos três.

P – Mas com relação às novas. O senhor está dizendo: “Implantação de viveiros”.
Quero entender essa rubrica.

R – Por enquanto temos apenas mil reais.

P – O senhor planeja. Se entrar dinheiro, vai fazer o que com ele?

R – Essa peça orçamentária já passou pelo crivo de Sempla. Já é uma peça orçamentária ajustada de acordo com as diretrizes da Prefeitura como um todo.

Hoje, gostaríamos de implantar, em termos de planejamento a longo prazo, é um viveiro por Subprefeitura. Mas isso a longo prazo. Não é para o Orçamento 2015. Nem para o de 2016.

P – Nem para uma gestão só?

R – Nem para uma gestão só.

P – Haja dinheiro, é preciso muito. Acho até que seria importante para a comunidade que a Prefeitura ofertasse plantas, mudas. Seria importante demais. Eu iria retirar se tivesse. Mas não tem. Precisaria de algum dinheiro para isso. Com a oferta de mudas para a Cidade, a população ficaria feliz e iria participar. Se houvesse próximo à sua residência entrega

de mudinhas para plantar, iria ajudar muito, Sr. Secretário.

Sr. Secretário, não vou lhe importunar muito. Vou, de imediato, passar a palavra ao Relator.

Fico triste, porque a gente vê a crise em São Paulo e precisa fazer muito pelo verde. Essa é uma área que me preocupa muito. O senhor viu a minha briga pelos mananciais Guarapiranga e Billings, a luta que temos, a briga que me insurjo a todo instante, a todo instante estou me insurgindo contra aqueles que vão lá bulir ou estragar aquilo. E ver a Secretaria do Verde com poucos recursos para podermos ter avanços significativos. É doloroso isso para a Cidade, que, em uma cidade como São Paulo não tem aquilo que demandaria ter para investir na Pasta do senhor. É uma daquelas que, se pudermos botar recursos, vamos botar, porque, Secretário, é duro.

Só uma última pergunta, Secretário, e uma curiosidade minha: aquele empreendimento às margens, à beira da Marginal Pinheiros, da empresa Bueno Neto, que foi segurado pela Justiça, a licença ambiental foi do Governo do Estado, aquela? Não é do senhor, não, é?

O SR. RICARDO BRANDÃO – Foi da Cetesb.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Do Estado ou da Secretaria?

R - Foi da Cetesb.

P - Cetesb, aquela que a Justiça embargou com um lá, não é? Ao lado do supermercado.

R - Sim.

P - Não foi de vocês aquela lá? Não pelo tamanho da área, não é isso?

R - Não, não é? Então acho que foi - quase certeza - da Cetesb. Posso confirmar com o senhor, mas acho que foi da Cetesb.

P - Está perfeito, Secretário.

Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES - Obrigado,

Milton, tem dinheiro, sim. Eles têm do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, 614 milhões; tem aqui, na Secretaria, 221 milhões. Não é pouco, não. É bastante dinheiro, não é?

Vocês sabem que é um barato. Vamos vendo assim algumas Secretarias tiveram um privilégio de Planejamento de uma forma diferenciada, não é? A do Verde caiu bastante aqui. Vocês ficam brigando lá com Leda Paulani.

Bem, vamos lá. Não tem?

Secretário, seguindo a ordem aqui da planilha, falta bastante recurso e algumas Secretarias, e a sua, de novo, aqui, a mesma surpresa com relação ao custo de Prodam: 506% para manter a manutenção do sistema, de 2 milhões para 12 milhões. Manutenção do sistema de informação da Prodam, da Fonte 00. Justifica isso, Secretário? De 2 milhões para 12 milhões. Não é a aquisição de *software*, nada. É para manutenção do sistema.

Com relação à fiscalização e monitoramento ambiental, caiu bastante. Era pouco, era de 1 milhão, mas foi para 415 mil. Não está tendo sistema de fiscalização, Secretário? Se o senhor pudesse só ver, de repente consegue tirar de algum lugar e somar aqui.

Com relação à inspeção veicular, que votamos no ano passado nesta Casa, o senhor tem aí, da Fonte 00, 348 mil reais; e, da Fonte 07, que é do IPTU, que está contingenciado, 40,5 milhões. Se não liberar o dinheiro do IPTU, não vai ter a inspeção veicular, não é, Secretário? Então, se o senhor puder falar um pouquinho, porque, se não for haver nada, talvez fosse melhor pegarmos 348 mil aqui e colocar em outra atividade, dentro da própria Secretaria, senão o senhor vai ficar com o dinheiro preso lá, 348 mil reais presos, dependendo de liberar o 07.

Outra questão, Secretário: sua Secretaria teve emendas parlamentares: 100 mil reais vai lá para o Itec, 200 mil reais vai para o SAMU, 100 mil reais para eventos ligados a meio ambiente. E, pelo menos, até 30 de setembro, nenhuma dessas emendas foi empenhada,

não é? Então, se o senhor puder nos dar uma informação de se está tendo dificuldade com relação a executar as emendas dos Vereadores. São 400 mil reais aqui que não foram executados e estão lá à disposição do senhor.

Aqui também, Secretário, o senhor tem, na questão de pessoal e encargos: em 2014, 51 milhões; e, proposto para 2015, 50 milhões. Então, está baixando um pouquinho, não é? Só para entender: o senhor perdeu funcionários, porque não está previsto nem o reajuste do funcionário aqui, não é? Se o senhor puder explicar um pouquinho com relação a essa questão do pessoal e encargos sociais, que diminuiu.

Do Fundo de Saneamento - não é seu.

Fundo Especial, este aqui. O senhor já respondeu aqui ao Vereador Milton Leite, implantação de parques e unidades de conservação. Então, estão previstos 8,8 milhões de reais, implantação de parques. Imagino que seja o que o senhor falou, que serão feitos 11, não é? Esses 11 são agora em 2014?

O SR. RICARDO BRANDÃO – A partir de, não é? Alguns já começaram.

O SR. RICARDO NUNES - Ah, tá.

R - Até 2016.

P - Esses 8,8 milhões, Secretário, seriam relativos a quais parques? Porque várias Secretarias têm adotado destrinchar a Peça Orçamentária. Saúde, por exemplo, ela põe lá: vou fazer uma UBS no bairro tal, uma UBS no bairro tal, uma UBS no bairro tal.

Aqui, na Peça Orçamentária da Secretaria do Meio Ambiente, não estão discriminados quais são os parques que estão previstos. Acho que seria interessante seríamos o modelo que toda a Cidade está fazendo, porque ele só tem lá: operação, manutenção e centro de manejo da fauna, sistema de informação e de comunicação, operação, manutenção e hospital veterinário, operação, manutenção e construção de parques, manutenção... Não se destrincha quais seriam os parques previstos para 2015. Se fosse possível, depois, com sua assessoria técnica, poderemos ter isso, Secretário, que aí já colocaríamos no Orçamento, de

uma forma mais elucidativa para a população. - a exemplo, como já falei aqui, que tem feito a Assistência Social, a Educação, Saúde. Educação mandou fazer EMEF: mandou: vou fazer EMEF no bairro tal; vou fazer uma creche no bairro tal. Se pudéssemos relacionar quais seriam os parques que serão implantados em 2015, acho que seria importante.

São todos da Fonte 08, não é? Então, um dinheiro que o senhor vai ter lá, que é do Fundo. E é só.

Então, com relação aqui também, Secretário, à parte lá de investimento em sistema de informatização, o senhor tem lá os 12 milhões, que já falei, é Fonte 00; essa questão dos parques; a questão da folha e, no demais, era isso, Secretário.

Agora, só uma coisa: não tenho percebido aqui: todos os valores de multas vão para o fundo, ficam na Fonte 08. Quando o senhor multa alguém, recebe o recurso de multa, fica no 08? 08.

Está bem. Eram essas as perguntas, Secretário.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Bem, Vereador, sobre a Prodam: esse aumento se deve, em parte, à atualização do próprio sistema, dos *links*. Nosso *site* está sendo aprimorado - já estava sendo, nós continuamos com esse programa; atualização dos *links*. Fizemos também um serviço para a licitação de inspeção veicular - aproveito, que é o terceiro item que o senhor colocou: a inspeção veicular, atualmente - aliás, já houve uma discussão, há uns dois meses, aqui na Câmara, sobre isso. O Tribunal de Contas suspendeu a licitação; nós respondemos aos questionamentos do Tribunal de Contas; alguns foram aceitos, outros não. Então, hoje, estamos ainda com a licitação suspensa, respondendo ao Tribunal de Contas. Esse é o motivo pelo qual a inspeção veicular encontra-se dividida nessas duas fontes, sendo que a fonte menor, 00, é relativa a carros híbridos. Foi uma lei também aprovada aqui na Câmara para devolução parcial do IPVA para os carros elétricos e carros híbridos. Então a inspeção veicular, assim que for aprovada pelo Tribunal de Contas e assim que for a licitação - nós prevemos aí alguns meses ainda para isso -, ela será retomada, com os novos parâmetros implantados pelo

Prefeito Fernando Haddad a partir do ano passado.

Sobre a fiscalização e monitoramento ambiental, em 415 mil reais. Essas daí são apenas a parte de terceiros: material permanente, locação. São prestações de serviços para a área de fiscalização. Não é a fiscalização e monitoramento propriamente ditos. O pessoal que mexe com isso está no item 1, Administração da Unidade. Ressaltando que nosso quadro de fiscais está muito abaixo do necessário. Contamos hoje com apenas 25 fiscais para a Cidade inteira. Isso já está sendo equacionado pelo Governo, a abertura de concurso, etc. um dos motivos pelos quais temos poucos funcionários nessa área - não só nessa área, em outras da Prefeitura - são os baixos salários, a baixa atratividade e a falta até de uma política de retenção para que esses funcionários permaneçam nos nossos quadros.

Outro ponto que o senhor levantou foi sobre as emendas. De fato, assumimos em março a Secretaria e, a partir de julho, tivemos contato com alguns Vereadores, estruturamos esse nosso setor. Acredito que, até o final do ano, se não for empenhada essa totalidade, a maioria será. Já tivemos algumas... Andamos atrás disso, estamos acompanhando isso *pari passu* e estamos, nesse ponto, realmente, atrasados, e pretendemos recuperar esse atraso em breve. Sobre os salários e encargos sociais, que passou de 51 para 50 - é isso? É, isso foi estabelecido por Sempla. Quer dizer, nós diminuimos o número de nossos funcionários. Assim, isso acho que está atrelado a um valor que nós não temos o controle: a folha salarial não passa por nós, nem os encargos, nem a colocação. Mas o que nós, em discussões com Sempla, como houve uma diminuição, não haveria por que aumentar. E todo e qualquer concurso que aconteça e que esteja em andamento, só vai se refletir a partir de meados do ano que vem. Então, não teria por que estar aumentando esse valor nesse momento.

Finalmente, sobre os parques. Posso afirmar que esses três que mencionei aqui: Chácara do Jockey, Tatuapé e Paraisópolis serão efetivamente implantados. Desses três, o Tatuapé é o que está mais próximo de ser implantado. Paraisópolis: as obras começarão no ano que vem; e a Chácara do Jockey: estamos esperando a posse da área. Está tramitando na

Justiça. Já houve várias reuniões. A PGM em está liderando esse processo e, assim que estiver, vamos iniciar todos os procedimentos. Por enquanto, temos só estudos de viabilidade. Mas me comprometo a passar aqui para o senhor e para a Câmara exatamente as definições por ordem de prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Secretário, agora vamos ouvir as pessoas que aqui se dirigiram para formular. Dado o tempo, normalmente nos concedemos três minutos, excepcionalmente farei, darei dois minutos para que sejam – todos aqueles que formularem questões - objetivos, porque, impreterivelmente, às 15h, temos de encerrar a sessão, por conta do Plenário, respondendo ou não. Então, encaminho: o senhor anotarás as perguntas das pessoas e as responderá em bloco.

De imediato, então, Marcos Oliveira, pelo tempo de dois minutos impreterivelmente. Peço à Assessoria que controle, porque não teremos mais tempo.

O SR. MARCOS OLIVEIRA - Boa tarde, senhores; boa tarde, Presidente; boa tarde, Ricardo Nunes e Secretário.

Sou morador da região de Cidade Ademar, Subdistrito de Cidade Ademar. A Prefeitura está fazendo uma obra de canalização, vai fazer acho que um dos primeiros modelos de piscinão fechado. Em cima do piscinão, eles vão fazer uma nova reurbanização de praça. Já estive em contato com o Secretário da Siurb e nos informou que vai fazer uma pista de skate. É o meu propósito, fazer uma pista de skate, só que há restrição da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Gostaria saber, com essa nova questão de esporte que vamos ter agora em 2016, gostaria de saber com a Secretaria se, nas nossas praças públicas de São Paulo que temos hoje, podemos entrar com o novo modelo de praça, onde podemos colocar alguns circuitos de esportes que estão ligados à própria Olimpíada; se podemos fazer alguns obstáculos ou algum tipo de obstáculos que fique para que a população da nossa região, ou que sirva de modelo para toda a Cidade, que se possam fazer esses novos tipos de praça. É uma carência muito

grande nossa hoje e, por consequência da Secretaria, acho que seria a melhor forma de resposta aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Sônia. (Pausa) ausente. Laerte Brasil, por dois minutos improrrogáveis.

O SR. LAERTE BRASIL - Então não vou nem me apresentar. Secretário, em Londres há cerca de 420 parques na cidade. Esses parques são abertos ao povo e cerca de 65 deles têm até moradias. Além disso, 95% dos parques se Londres, 15%, 20% da área é destinada à prática de esportes, lazer e entretenimento. Mas os parques que a gestão Kassab quer implantar em São Paulo seriam totalmente fechados ao povo. Isso aí não existe. Acho que, quando você implanta um parque, deve prever o que vai habitar, até os pássaros. Nos parques em São Paulo você não vê um reservatório para as aves beberem água.

A nossa sugestão é que 15% da área da Chácara do Jockey seja destinada à prática de esportes, inclusive à construção de uma pista de *cooper*, de quadras, um campo de futebol, quadra para a prática do futsal, de handebol, de basquete e de vôlei e para outras modalidades.

Mas vou voltar aqui para a lagoa Billings e a Guarapiranga. Nas ocupações que houve nessas duas represas, não houve uma previsão de construção da orla dessas duas lagoas. As orlas dessas duas lagoas não existem, estão comprometidas. A tese que a gente apresentou nas 60 audiências públicas do PDE é que sejam recuperadas as orlas e as famílias que moram em torno dessas lagoas sejam indenizadas e assim construídas novas habitações para recuperar as orlas das duas represas.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Daniel. Parque Augusta

O SR. DANIEL – Bom dia. Hoje é dia 4 de novembro de 2014, quase 15h, nós estamos na audiência pública do orçamento da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

para 2015. Nós queremos – Rede Novos Parques SP – não só o Parque Augusta. A gente também trabalha em prol dessa causa que é um símbolo do direito à cidade, o Parque Augusta, que foi sancionado pela Lei 15.941, pelo Prefeito Haddad no natal de 2013, divulgado de forma sensacionalista, Vereador Ricardo Montoro, e até agora o Prefeito Fernando Haddad, o Secretário Wanderley Meira não cumpriram a Lei 15.941, promovendo um grande desgaste político, certamente contribuindo para a impopularidade do Prefeito - que vem melhorando com a implantação de ciclovias.

Nós estamos apoiando várias iniciativas da Prefeitura, mas na área ambiental a Prefeitura tem sido realmente uma Prefeitura a que falta energia para implantar os projetos que a cidade precisa. Então nós estamos aqui como Rede Novos Parques SP questionando a prefeitura de São Paulo pela não implantação do Parque Augusta, que uma lei municipal aprovada nesta Casa, que é a Casa do Povo, o parlamento, Lei 15.941.

Queremos questionar também a não implantação, que está no orçamento, Secretário adjunto Ricardo Brandão... Nós queremos lamentar a ausência do seu chefe, o Secretário Wanderley Meira, e lamentar também o horário que a audiência pública é marcada, às 10h, começa quase às 15h. O cineasta (ininteligível) Biela, filma aqui a audiência que deveria estar cheia de pessoas da cidade de São Paulo, trabalhadores, estudantes; não tem ninguém. São assessores parlamentares e alguns funcionários públicos, mas população mesmo não tem ninguém. Então nós não temos controle social, nós não temos participação pública de verdade. Isso eu quero ver alguém questionar aqui. É uma denúncia que a gente faz. O horário público da audiência deveria ser às 19h, para que as pessoas que trabalham possam participar.

Quero questionar o Secretário adjunto, Vereador Milton Leite, a não implantação do Parque Ângelo Cristiane no Jardim Miriam, que estava orçado e não foi executado; a implantação do Parque São Lucas, que estava orçado e não foi executado. Companheiro da Cidade Ademar, depois vamos conversar juntos. Troca de bebedouros e reforma das quadras

do Parque Piqueri, tinha 180 mil reais no orçamento que não foi usado; para onde foi esse dinheiro, Secretário Ricardo Brandão? Outra coisa: manutenção dos parques da cidade de São Paulo; estavam orçados 50 milhões, foram gastos 13 milhões, só 30% de execução orçamentária, Vereador Ricardo Montoro, Ricardo Nunes.

Educação ambiental: sem educação ambiental a gente não vai contribuir para melhorar a questão da água, que o senhor tão bem colocou. Olha que vergonha: a Secretaria do Verde e Meio Ambiente da cidade de São Paulo tinha orçado 850 mil reais para educação ambiental. Sabe quanto o Prefeito Haddad e a Secretaria Municipal do Verde gastaram? Só 24 mil, uma vergonha de 1% de execução. E sabe quanto vai ter para 2015? Setecentos e cinquenta mil orçados; eles não vão usar, provavelmente. Uma queda de 12% da proposta orçamentária de 2015 para 2015.

Outra coisa absurdamente grave: a Secretaria do Verde e Meio Ambiente não fiscaliza e não monitora as áreas verdes e os mananciais. Aprova o orçamento. Tinha orçado 1,050 milhão de reais para fiscalização e monitoramento. Sabe quanto o Sr. Ricardo Brandão e o Sr. Wanderley Meira e o Fernando Haddad gastaram? Doze mil reais. Sabe quanto isso dá em porcentagem? Só 2% de execução orçamentária para fiscalização e monitoramento ambiental. E a proposta para 2015 sabe quanto é? Só de 415. Estavam orçados um milhão de reais em 2014, em 2015 a proposta do Secretário Ricardo Brandão e do Prefeito Fernando Haddad é 415 mil reais, uma queda de 60%.

Outra questão: o Prefeito Fernando Haddad e o Governador Geraldo Alckmin celebraram um acordo para construir prédios numa área de manancial durante a mais grave crise de falta de água, no Parque dos Búfalos, que é um santuário que tem mais de 11 nascentes, Secretário Ricardo Brandão. Quero que o senhor explique como é que o Prefeito e o Governador se unem para destruir uma área de manancial localizada na Pedreira, às margens da Represa Billings. O Parque dos Búfalos não pode ter prédio. Tem um monte de terreno vazio e de prédios ociosos, como bem falou o Vereador Milton Leite; temos que ocupar

os prédios ociosos do Centro em vez de destruir os nossos mananciais.

Parque Augusta sem prédio já. Nós não aceitamos quintalzinho de empreiteiras que financiam campanhas de políticos e de partidos de todo o espectro. E nós não aceitamos prédios no Parque dos Búfalos.

Era isso. A revolução somos nós. Parque Augusta sem prédios já. Valeu.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Maria José.

A SRA. MARIA JOSÉ – Boa tarde. Estou aqui em nome da vossa excelentíssima presidenta Dilma Rousseff. Eu vim aqui solucionar todos os problemas.

Eu quero saber por que não tem dinheiro para a ONG de água mineral Rosário. Por que o paulistano tem que beber água com cloro? Para queimar o cérebro (*sic*) e ficar todo envenenado. Isso é certo? Qual é a química do cloro? Isso é errado, por que tem mananciais aí que fornecem água mineral. Eu sobrevivo com água mineral. E por que tem água mineral aqui? Por que não trouxeram água com cloro? É mentira? Não é mentira! Aqui tem mineral. Então, se tem água mineral em todos os supermercados, de um real, de cinco reais, o galão de água Petrópolis de vinte reais! Tem água mineral para todo mundo! É mentira? Água com cloro é para matar nossos jovens, nossas crianças nos colégios. Eu digo “não”!

Presidenta Dilma Rousseff, eu estou vendo o trabalho excelente dos Srs. Vereadores aqui, do Sr. Prefeito Fernando Haddad, do Sr. Governador Geraldo Alckmin, mas falta algo. Nós temos a maior riqueza, a Casa da Moeda, onde fabrica cédulas e moeda, mas os nossos políticos não têm dinheiro! Nós precisamos de dinheiro!

E eu vou reformar o monumento do Pedro Álvares Cabral! Eu quero um milhão de reais! Eu vou trazer o meu projeto, resistrado (*sic*) no cartório 15 de Novembro.

Sabe, eu merecia muito mais do que dois minutos. É muito pouco, Sr. Vereador!.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado. É o tempo de que eu disponho, infelizmente. Secretário.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Sr. Marcos Oliveira, Cidade Ademar, eu não sabia

dessa colocação e vale um esclarecimento. Nós, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, cuidamos de parques, áreas verdes, parques, unidades de conservação, áreas de proteção ambiental, áreas de proteção permanente. As praças em si estão subordinadas à Secretaria Municipal da Coordenação das Subprefeituras. Claro que nós podemos ajudar no que for possível, se houver licenciamento ambiental vai passar por nós, mas para o encaminhamento eu sugiro procurar a Secretaria das Subprefeituras para ver a questão das praças. Nós cuidamos realmente de parques. Se for um parque está afeto a nossa secretaria.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Autorização (ininteligível) das praças, autorização ambiental. Ele quer, na verdade (ininteligível) autorização ambiental, Secretário.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Da nossa parte, não vejo nenhum problema do ponto de vista ambiental. Nesse caso precisa da praça e nesse caso específico, praça com esportes, tem que mover também a Secretaria de Esportes, que ela que faz esse tipo de aprovação, ela que está imbuída desse dever.

O Sr. Laerte Brasil também vai um pouco por essa linha da prática esportiva. Não sei se nós temos aqui - a nossa diretora de parques está aqui – algum dado sobre as áreas, mas acredito que a maioria dos parques de São Paulo tenha áreas para a prática esportiva. Não saberia dimensionar exatamente, mas isso já é uma preocupação nossa. Inclusive esses novos parques que eu mencionei aqui, todos eles já vão sair com novos formatos, incluindo não só a questão esportiva como também a questão da sustentabilidade e da educação ambiental.

Quer dizer, vão ser parques, diferentemente do que foi mencionado aqui na gestão anterior, em que eram criados parques apenas no papel. Hoje nós temos uma série de problemas, quase a totalidade dos parques de São Paulo tem problemas fundiários; quase 20% deles têm problemas de esgoto a céu aberto, com a Sabesp; quase 15% deles têm ocupações irregulares, têm ferro velho; o PCC, o tráfico, toma conta de vários deles também.

Então a gente fala que criar um parque no papel, Vereador, é muito fácil. Implantá-lo e tocá-lo adequadamente é que é desafio. É isso que nós queremos modificar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, desculpe concordar com o senhor. Com 152 DUP(?) (ininteligível) papel é fácil. Quero ver o parque mesmo.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Essa foi a herança que nós recebemos, Vereador. Eu estou dizendo, estou dizendo quem. Criar no papel é fácil, 152 no papel na DUP(?). Já chama de parque temporário. Por que temporário? Enquanto perdurar a DUP, que não paga, ele não faz nada, o cidadão. É isso.

O SR. RICARDO BRANDÃO – É isso. Sobre a questão da Billings e Guarapiranga, acho que a Sehab falou um pouco, o Programa Mananciais está afeto a ela. No que diz respeito, ao sair, se esse programa for em frente e voltar verde, e voltar a ser parque, enfim, a nossa Secretaria vai cuidar também desses locais.

A questão do Daniel, o Parque Augusta, o Parque Augusta é uma área particular, é uma área privada. Como área é privada, o empreendedor, os proprietários ou quem quer que seja têm que seguir a legislação. Nós já conversamos, não sei se com o pessoal do Rede Novos Parques; nós recebemos pessoas no gabinete, em abril ou maio, recebemos os empreendedores também. O Prefeito Fernando Haddad recebeu também, está sempre aberto ao diálogo. Não foi nada implantado.

Eu me lembro, Daniel, que nessa oportunidade, nós estávamos chegando à Secretaria, eu coloquei para os representantes o seguinte: a questão não é parque ou não parque, porque o parque vai ter de qualquer maneira, independente da solução que for viabilizada em algum momento, algum dia, isso vai ter, o parque vai ter. Na época a discussão era parque ou não parque.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A questão do tamanho do parque.

O SR. RICARDO BRANDÃO – O tamanho, como é que vai ser, essa é a discussão, porque parque vai ter.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Empreiteira não. Lá é construtora, é diferente.

O SR. RICARDO BRANDÃO – O que nós temos, com muita tranquilidade - analisamos o projeto, tudo, não andou, tanto é que não foi implantado – é que o parque está garantidos. Isso foi bom, porque esse contato permitiu que os dois lados se conhecessem, porque no ano passado a discussão ficou um pouco neblinada.

Sobre as questões que você coloca de orçamento especificamente, os parques não implantados, eu teria que levantar, o Parque São Lucas. O das emendas eu já respondi anteriormente, as emendas estão atrasadas realmente e nós pretendemos até o final do ano zerar isso; mas realmente estão atrasadas por causa do Parque Piqueri, reforma dos bebedouros.

Os parques não implantados, o São Lucas e o Jardim Miriam, alguém da minha equipe tem alguma... Podemos levantar isso e encaminhar, não tem problema.

- Fala fora do microfone.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Ângelo Cristiano.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então dificilmente ele acontecerá. Se o Secretário e a equipe não sabem, já pode ir antecipando que não está... está começando a ganhar uma distância.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, pode prosseguir, por favor.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Não sei se você tem algumas informações sobre execução orçamentária em si.

- Fala fora do microfone.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Não. É, o que você colocou, Daniel, eu vou precisar

checar. O que eu sei é que o nosso programa de educação ambiental continua, não foi paralisado, não foi suspenso, não foi adiado; muito pelo contrário, nós estamos com o edital nº 11 do FEMA para ser publicado agora, até o final de novembro, com implantação de 10 novos polos de educação ambiental, ao custo de cerca de 1,2 milhão de reais; Esse é um fato concreto.

Sobre monitoramento e fiscalização, é o que eu já falei: nós temos 25 fiscais para a cidade inteira, continuamos fazendo a fiscalização na medida do possível, dá menos de um por subprefeitura. Agora, a questão orçamentária se refere a contratações, não é sobre a atuação da fiscalização, é sobre contratações. Não é o nosso foco aqui.

E construção de prédios no Parque dos Búfalos também eu vou levantar. A princípio, acho um absurdo Prefeito e Governador fazerem uma situação dessas, mas se for dentro da lei, a lei é que manda. Então é só para ressaltar. Tem um dogma aí que não pode desmatar. Não. A lei prevê desmatamento, desmatamento regular, com TAC, com TCA, com todo o arcabouço jurídico que regulamenta. Então, se a implantação dos prédios, como você está colocando, seguir toda a legislação... Ou se muda a legislação, e aqui é o foro adequado para isso. Mas nós, como Secretaria, somos obrigados a seguir a lei.

Por último, a questão da água eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Concluída, Secretário, a fala de V.Exa., queremos agradecer a sua presença. O senhor tem alguns segundos para se despedir.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, só para concluir a pergunta: nós temos alguma previsão orçamentária para pagamento de serviços ambientais, que foi colocado no Plano Diretor? Tem previsão orçamentária? Tem.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Esse novo mecanismo instituído pelo PDE, não é?

O SR. RICARDO NUNES – É.

O SR. RICARDO BRANDÃO – O que... o que...

O SR. RICARDO NUNES - A gente vai criar uma rubrica, então, porque está no

Plano Diretor. Está bom?

O SR. RICARDO BRANDÃO – Ótimo. Bom, eu agradeço, Vereador Milton Leite, Vereador Ricardo, população presente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, eu é que agradeço a paciência do senhor por esperar horas a fio o debate bem calmo com o Secretária de Habitação. O senhor notou que foi uma pasta bem calma. Não venham debate com esta Mesa desprevenidos. É sempre desagradável. O senhor, um homem humilde, já falou em 152 parques, acabou com a discussão; 152 DUP para parque, aí já acabou com a gente. Dois bi só de parque... Falar o quê, Secretário? Pedir para o senhor cumprir, fazer os poucos que tem aí, e tomara a sorte (ininteligível) do Parque Augusta. Pessoalmente eu acho difícil. Aos olhos da lei, as empresas... Independente de defender ou não, faço a leitura da lei. Assiste razão à parte que lhe cabe o direito de construir, porque ele comprou (ininteligível). Agora, o clamor... A prefeitura não consegue dinheiro para desapropriar e transformar aquilo em parque. Aí seria justo. Do jeito que está, se não me engano, até o lucro cessante dele será muito grande se parar o investimento. É um negócio monstruoso, me disseram, porque já não cabe mais (ininteligível), tem projeto andado, tem o lucro cessante deles. Quer dizer, é um absurdo a gente chegar a essa situação. Infelizmente avançou e acho difícil conseguirmos barrar esse empreendimento. Pessoalmente, não gosto dele, gostaria de ver ali um parque bonito, mas acho que não vai ter jeito, não, pelo menos não como a comunidade desejaria.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, só para constar, a Secretaria de Licenciamento nós adiamos para dia 10 de novembro, às 16h.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está adiado. Está encerrada a presente audiência pública tenham todos uma boa tarde.